

**Expediente:**

Associação dos Municípios Alagoanos -AMA

**DIRETORIA EXECUTIVA**

**Presidente:** Hugo Wanderley Cajú - Cacimbinhas  
**Vice-presidente:** Fernando Sérgio Lira Neto - Maragogi

**Secretário Geral:** Angela Vanessa Rocha Pereira Bezerra - São José da Laje

**1º Secretário:** Júlio Cezar da Silva - Palmeira dos Índios  
**2º Secretário:** Amaro Ferreira da Silva Junior - Jacuípe  
**1º Tesoureiro:** Pedro Henrique de Jesus Pereira - Teotônio Vilela  
**2º Tesoureiro:** Jorge Silvio Luengo Galvão - Jundiá  
**3º Tesoureiro:** José Luiz Vasconcellos dos Anjos - Olho D'água das Flores

**CONSELHO FISCAL****Titular:**

Vinícius José Mariano de Lima - Canapi  
 André Brandão de Almeida - Mar Vermelho  
 Olavo Calheiros Novais Neto - Murici

**Suplente:**

Manuilson Andrade Santos - Colônia Leopoldina  
 Marcelo Ricardo Vasconcelos Lima - Quebrangulo  
 Adelmo Moreira Calheiros - Capela

**COORDENADORIAS REGIONAIS**

**Coordenador da Região Agreste - Baixo São Francisco:** Manuel Lucas Kummer Feitas dos Santos  
**Coordenador da Região do Sertão - Theobaldo Cavalcanti Lins Netto**  
**Coordenador da Região Central - João Victor Calheiros Amorim Santos**  
**Coordenador da Região Norte:** Areski Damara de Omena Feitas Junior  
**Coordenador da Região Metropolitana - Cecília Lima Herrmann Rocha**  
**Coordenador Litoral Norte - Fernando Henrique Lima Cavalcante**  
**Coordenador Litoral Sul - Carlos Felipe Castro Jatobá Lins**

O Diário Oficial dos Municípios do Estado de Alagoas é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

### ESTADO DE ALAGOAS

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA

##### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 58/2022

(UASG: 982705)

**Objeto:** Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de equipamentos tecnológicos e materiais didático-pedagógicos a fim de melhorar o atendimento aos alunos da Educação Especial da Rede Municipal de Ensino que estão inseridos no ensino regular nas unidades educacionais. Disponibilidade do Edital: a partir de 15/09/2022 no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) ou <https://transparencia.arapiraca.al.gov.br/licitacao>. Entrega das Propostas: a partir de 15/09/2022 às 08h no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Abertura das Propostas: dia 28/09/2022, às 09:30h (horário de Brasília), no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

Arapiraca – AL, 14 de setembro de 2022.

**GABRIEL DE MELO ALMEIDA**

Pregoeiro – Portaria nº 1.096/2022

**Publicado por:**

Gabriel de Melo Almeida

**Código Identificador:**4DD9D1A2

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA

##### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2022

(UASG: 982705)

Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios (lanches) que serão destinados para os programas e serviços da Assistência Social, incluindo o restaurante popular do município de Arapiraca - AL. Disponibilidade do Edital: a partir de 15/09/2022 no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) ou <https://transparencia.arapiraca.al.gov.br/licitacao>. Entrega das Propostas: a partir de 15/09/2022, às 08h no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Abertura das Propostas: dia 28/09/2022, às 10h00 (horário de Brasília), no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

\*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Arapiraca – AL, 14 de setembro de 2022.

**JOSÉ EUCLIDES DA SILVA JÚNIOR**

Pregoeiro – Portaria nº 1.096/2022

**Publicado por:**

José Euclides da Silva Júnior

**Código Identificador:**625DB06A

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA

##### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO CONTRATO Nº 4945/2022

##### CONTRATO Nº 4945/2022 – CONCORRÊNCIA Nº 003//2022.

**DAS PARTES:** MUNICÍPIO DE ARAPIRACA – CNPJ nº 12.198.693/0001-58 E A EMPRESA CITE CONSULTORIA E CONSTRUÇÕES EIRELI– CNPJ/MF nº 03.521.089/0001-20.

**DO OBJETO:** OBRAS E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO NO POVOADO BATINGAS, NO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA/AL.

**DO VALOR:** O VALOR GLOBAL DO PRESENTE CONTRATO CORRESPONDE A R\$ 4.561.585,29 (QUATRO MILHÕES E QUINHENTOS E SESENTA E UM MIL E QUINHENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E VINTE E NOVE CENTAVOS).

**DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS:** AS DESPESAS RESULTANTES DESTES CONTRATOS CORRERÃO A CONTA DO PROGRAMA DE TRABALHO 13.13.15.452.1030.1030 E ELEMENTO DE DESPESA 4.4.90.51-20010.

**DA VIGÊNCIA:** O PRAZO DE VIGÊNCIA DO TERMO DE CONTRATO É DE 08 (OITO) MESES, CONTADOS A PARTIR DA EMISSÃO DA ORDEM INICIAL DE SERVIÇOS.

**DOS SIGNATÁRIOS:** JOSÉ LUCIANO BARBOSA DA SILVA – CPF nº 296.681.744-53 – P/CONTRATANTE – JOSÉ JORGE DE ARAÚJO – CPF nº 140.423.474-87 – P/CONTRATADA.

**DA DATA DE ASSINATURA:** 12 DE SETEMBRO DE 2022.

**Publicado por:**  
Louise Emmanuelle Silva Paixo  
**Código Identificador:**787F1360

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA**  
**CONTRATO Nº 466/2022**

**CONTRATO Nº 466/2022**

**Processo Administrativo nº 466/2022 – 1Doc.**

**DAS PARTES:** O Município de Arapiraca/AL, CNPJ sob o nº 12.198.693/0001-58 com a intervenção da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE, neste ato representado por sua secretária a Sra. LAURA CRISTIANE DE SOUZA, inscrita no CPF sob o nº 027.489.014-36 E O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL JOÃO DE BARRO, inscrito no CNPJ sob o nº 22.831.828/0001-24.

**DO OBJETO:** Copatrocínio tem por objeto o apoio financeiro, pelo Município de Arapiraca, a O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL JOÃO DE BARRO, PARA REALIZAÇÃO DO "SIMPÓSIO INTERESTADUAL DE FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE GARANTIAS DE DIREITOS: SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO, SISTEMA JUDICIÁRIO E CONSELHOS TUTELARES".

**DO VALOR:** R\$ 20.100,00 (VINTE MIL E CEM REAIS)

**DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS:** Programa de Trabalho: 06.60.12.361.2010. 2128– INOVA + GESTÃO – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS. Elemento de Despesa 3.3.5.0.41.0010 – Contribuições,

**DA VIGÊNCIA:** A execução do presente Contrato ocorrerá até 31 de dezembro de 2022, acrescido de 30 (trinta dias) para fins de apresentação de prestação de contas, sua vigência terá início na data de sua publicação na Imprensa Oficial.

**DOS SIGNATÁRIOS:** JOSÉ LUCIANO BARBOSA DA SILVA - CPF 296.681.744-53 – P/CONTRATANTE - LAURA CRISTIANE DE SOUZA - cpf 027.489.014-36 p/interviniente - KERMONE RODRIGO PEREIRA DA SILVA - CPF nº 046.055.244-95, p/contratada.

**Da data de assinatura.**  
13 de setembro de 2022

**Publicado por:**  
Gean Fábio Carvalho de Oliveira  
**Código Identificador:**B2141F24

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo nº 06070061/2022

Pregão Eletrônico nº 23/2022

Tipo: menor preço por item.

**OBJETO:** Registro de preços para aquisição de materiais de expediente.

Data: 30/09/2022, às 09h00min. (horário de Brasília).

O pregão será realizado através do sistema BNC.

O edital encontra-se disponível no site: <http://www.bnc.org.br>.

Informações: [cplatalaia01@gmail.com](mailto:cplatalaia01@gmail.com).

**MELRY DAYANE CAVALCANTE SILVA MONTEIRO**

Pregoeira

**Publicado por:**  
Melry Dayane Cavalcante  
**Código Identificador:**008FE512

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTO ANTONIO**

**GABINETE DO PREFEITO**  
**DESPACHO**

Considerando o Parecer favorável da Procuradoria Jurídica do Município da Barra de Santo Antônio, para adesão das Atas de Registro de Preços nº 235/2021, 237/2021 e 238/2021, resultantes do Pregão Eletrônico nº 10.355/2021, realizado pela Agência de Modernização da Gestão de Processos – AMGESP, **AUTORIZO** a adesão à referida Ata.

Providencie-se o preenchimento do termo de adesão com as Fornecedoras Registradas: **EDM EMPRESA DISTRIBUIDORA DE MOBILIÁRIO EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 31.472.249/0001-23, localizada na Avenida Governador Bley, nº 186, Loja 24, Bairro – Centro, Vitória/ES, CEP:29.010-902, neste ato representada por seu administrador o Sr. **Eduardo Ernesto Bazhuni Maia**, inscrito no CPF sob o nº 015.615.387-44, **WPB COMÉRCIO, SERVIÇOS E ASSESSORIA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 28.610.644/0001-10. Localizada na Rua Ana Maria Martinez, 121, Assunção – CEP: 09.811-000, São Bernardo do Campo/SP, representada por seu Sócio o Senhor Willian Paulo Burkle, portador do RG sob nº 33.806.531-3 e CPF sob nº 318.847.358-35 e **MÓVEIS JB INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 02.464.845/0001-63, localizada na Rodovia BR-101 KM 127, Distrito Industrial, São José de Mipibu/RN – CEP: 59.162-000, representada neste ato pelo senhor José Zito Bezerra Filho, portador do CPF sob nº 200.376.354-68

Depois de assinado o Termo, expeça-se a respectiva Ordem de fornecimento.

Barra de Santo Antônio/AL, 25 de Agosto de 2022.

**LÍVIA CARLA DA SILVA ALVES**  
Prefeita

**EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 12/2022**

Fundamento Legal: Federal Nº 8.666/93 e Decreto Federal Nº 7.892/2013

Órgão não Participante: MUNICÍPIO DA BARRA DE SANTO ANTÔNIO/AL;

Fornecedora Registrada: **EDM EMPRESA DISTRIBUIDORA DE MOBILIÁRIO EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 31.472.249/0001-23

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DESTA MUNICÍPIO.

Valor: R\$ 649.000,00 (seiscentos e quarenta e nove mil reais).

Prazo de vigência: 12 (doze) meses.

Celebrado em: 25/08/2022

Signatários: Lívia Carla da Silva Alves e Eduardo Ernesto Bazhuni Maia.

**EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 13/2022**

Fundamento Legal: Federal Nº 8.666/93 e Decreto Federal Nº 7.892/2013

Órgão não Participante: MUNICÍPIO DA BARRA DE SANTO ANTÔNIO/AL;

Fornecedora Registrada: **MÓVEIS JB INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 02.464.845/0001-63

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DESTES MUNICÍPIO.

Valor: R\$ 37.800,00 (trinta e sete mil reais).

Prazo de vigência: 12 (doze) meses.

Celebrado em: 25/08/2022

Signatários: Lívia Carla da Silva Alves e José Zito Bezerra Filho

#### EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 14/2022

Fundamento Legal: Federal Nº 8.666/93 e Decreto Federal Nº 7.892/2013

Órgão não Participante: MUNICÍPIO DA BARRA DE SANTO ANTÔNIO/AL;

Fornecedora Registrada: **WPB COMÉRCIO, SERVIÇOS E ASSESSORIA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 28.610.644/0001-10

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DESTES MUNICÍPIO.

Valor: R\$ 451.870,00 (quatrocentos e cinquenta e um mil, oitocentos e setenta reais).

Prazo de vigência: 12 (doze) meses.

Celebrado em: 25/08/2022

Signatários: Lívia Carla da Silva Alves e Willian Paulo Burkle

**Publicado por:**  
Thatiane Verissimo dos Santos  
**Código Identificador:**043F4761

#### GABINETE DO PREFEITO DESPACHO

Considerando o Parecer favorável da Procuradoria Jurídica do Município de Barra de Santo Antônio, para adesão a Ata de Registro de Preços nº 21/2022, resultante do Pregão Eletrônico nº 11/2022, do Poder Executivo Municipal de Jacuípe/AL, AUTORIZO a adesão à referida Ata.

Providencie-se o preenchimento do termo de adesão com a Fornecedora Registrada: **INNOVA TECNOLOGIA EDUCACIONAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 45.537.689/0001-26, estabelecida Avenida Hamilton de Barros Soutinho, nº 674, Jatiúca, Maceió/AL- CEP: 57.035-690, representada neste ato pelo Srº Luiz Wellington Santos Moreira, portador do RG sob nº 4853169 SSP/PE e CPF sob nº 033.448.214-31.

Depois de assinado o Termo, expeça-se a respectiva Ordem.

Barra de Santo Antônio/AL, 05 de Agosto de 2022.

**LIVIA CARLA DA SILVA ALVES**  
Prefeita

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 10/2022

Fundamento Legal: Federal Nº 8.666/93 e Decreto Federal Nº 7.892/2013

Órgão não Participante: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO / MUNICÍPIO DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO/AL

Fornecedora Registrada: **INNOVA TECNOLOGIA EDUCACIONAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 45.537.689/0001-26

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material lúdico pedagógico e laboratórios multidisciplinares infantil, fundamental I e II, para atender as necessidades da Secretaria de Educação do Município da Barra de Santo Antônio/AL.

Valor: R\$ 157.000,00 (cento e cinquenta e sete mil reais)

Prazo: 12 meses.

Celebrado em: 05/08/2022

Signatários: Lívia Carla da Silva Alves e Luiz Wellington Santos Moreira

**Publicado por:**  
Thatiane Verissimo dos Santos  
**Código Identificador:**0430214A

#### GABINETE DO PREFEITO EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE REALINHAMENTO DE PREÇO DO CONTRATO Nº 07/2022

#### EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE REALINHAMENTO DE PREÇO DO CONTRATO Nº 07/2022

Fundamento Legal: inciso II, do Art. 65 § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

Contratante: MUNICÍPIO DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO/AL;  
**Contratada: AN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ Nº 26.259.857/0001-14

**OBJETO:** Contratação de empresa para aquisição de Gêneros Alimentícios (Merenda Escolar).

DO VALOR: O valor unitário do item 3 – (Açúcar) que é na ordem de R\$ 4,11 (quatro reais e onze centavos), por força deste instrumento recebe um acréscimo, onde consequentemente, seu valor passa a ser de R\$ 4,73 (quatro reais e setenta e três centavos); O valor unitário do item 15 – (extrato) que é na ordem de R\$ 1,29 (um real e vinte e nove centavos), por força deste instrumento recebe um acréscimo, onde consequentemente, seu valor passa a ser de R\$ 1,84 (um real e oitenta e quatro centavos); O valor unitário do item 17 – (Feijão) que é na ordem de R\$ 6,82 (seis reais e oitenta e dois centavos), por força deste instrumento recebe um acréscimo, onde consequentemente, seu valor passa a ser de R\$ 8,80 (oito reais e oitenta centavos); O valor unitário do item 22 – (Proteína de Soja) que é na ordem de R\$ 4,54 (quatro reais e cinquenta e quatro centavos), por força deste instrumento recebe um acréscimo, onde consequentemente, seu valor passa a ser de R\$ 5,32 (cinco reais e trinta e dois centavos); O valor unitário do item 25 – (sal) que é na ordem de R\$ 0,59 (cinquenta e nove centavos), por força deste instrumento recebe um acréscimo, onde consequentemente, seu valor passa a ser de R\$ 0,86 (oitenta e seis centavos);

O valor unitário do item 29 – (Ervilha) que é na ordem de R\$ 2,92 (dois reais e noventa e dois centavos), por força deste instrumento recebe um acréscimo, onde consequentemente, seu valor passa a ser de R\$ 4,00 (quatro reais);

Celebrado: 12/09/2022

Signatários: Lívia Carla da Silva Alves e Alecilda Nascimento dos Santos

**Publicado por:**  
Thatiane Verissimo dos Santos  
**Código Identificador:**A408DF4E

#### GABINETE DO PREFEITO AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

Autorizo, com fundamento na art. 75 da lei 14.133/2021, e parecer da Procuradoria Jurídica do Município, referente à dispensa de licitação,

Processo nº 20221808001, para contratação da empresa **J G FEITOSA FOGUETERIA**, inscrita no CNPJ sob o nº **10.585.947/0001-65**, situada na **RUA MAJ CICERO DE GOIS MONTEIRO**, Nº 03, Centro, São José da Laje/AL – CEP: **57.860-000**, neste ato, representada pelo Sr. **Josenildo Gomes Feitosa**, inscrito no CPF sob o nº 497.341.724-68 e RG sob o nº 09.437-988, para aquisição de fogos de artifícios, nos termos da proposta apresentada.

Fundamentação Legal: Art. 75, inciso II, da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021.

Valor: **R\$ 49.040,00 (quarenta e nove mil e quarenta reais);**

Data da autorização: 09/09/2022.

Signatário autorizado: **Hervert Cosmo da Silva Alves** – Secretário de Administração.

Fornecedor autorizado: **Josenildo Gomes Feitosa**

**LÍVIA CARLA DA SILVA ALVES**

Prefeita

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 90/2022

Dispensa de Licitação;

Fundamento Legal: Art. 75, Inciso II da Lei nº14.133 de 1º de abril de 2021;

Contratante: **MUNICÍPIO DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO/AL;**

Contratada: **J G FEITOSA FOGUETERIA**, inscrita no CNPJ sob o nº **10.585.947/0001-65;**

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de Fogos de Artifício, em atendimento a Secretaria de Administração.

Valor: **R\$ 49.040,00 (quarenta e nove mil e quarenta reais);**

Celebração: 09/09/2022;

Vigência: 60 (sessenta) dias;

Signatários: **Lívia Carla da Silva Alves** e **Josenildo Gomes Feitosa**

**Publicado por:**

**Thatiane Verissimo dos Santos**

**Código Identificador:6CE015BB**

#### GABINETE DO PREFEITO EXTRATO DO CONTRATO

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 88/2022

**Tomada de Preços nº 02/2022;**

Fundamento Legal: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

Contratante: **MUNICÍPIO DA BARRA DE SANTO ANTÔNIO/AL;**

Contratado: **CRITÉRIO ENGENHARIA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº **05.786.268/0001-14;**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a realização dos serviços de construção da Praça de Santa Luzia da Prefeitura Municipal de Barra de Santo Antônio, cujo encontra-se localizada na Avenida Gen. Luiz de França Albuquerque na Barra de Santo Antônio - AL

Valor Global: **701.242,31 (setecentos e um mil, duzentos e quarenta e dois reais e trinta e um centavos).**

Vigência: 12 (doze) meses.

Firmado em: 15/08/2022.

Signatários: **Lívia Carla da Silva Alves** e **Israel José Coelho da Paz** da Lima

**Publicado por:**

**Thatiane Verissimo dos Santos**

**Código Identificador:547FB07D**

#### ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO MIGUEL

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN., FINANÇAS E PLANEJAMENTO AVISO DE PEDIDO COTAÇÃO Nº07/2022

#### AVISO DE PEDIDO COTAÇÃO Nº07/2022

A Prefeitura de Barra de São Miguel, inscrita no CNPJ sob o nº12.263.869/0001-08, representado neste ato pelo Setor de Compras, informa que está recebendo cotações para o seguinte processo:

**Objeto: Registro de preços para serviço de locação de estrutura para eventos, visando atender às necessidades do Município de Barra de São Miguel/AL**

O prazo para envio de propostas e documentação de regularidade fiscal será de 03 (três) dias, a partir desta publicação.

Mais informações e retirada do Termo de Referência do aviso de cotação nº 07/2022: **setorcomprasbsm@hotmail.com**

Barra de São Miguel, 14 de setembro de 2022.

**VÂNIA MARIA DOS SANTOS**

Setor de compras

**Publicado por:**

**Daniele Marques dos Santos**

**Código Identificador:C92BC901**

#### ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE BATALHA

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO PE 010/2022

#### AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PE 010/2022

Face ao constante nos autos do procedimento licitatório Pregão Eletrônico nº 010/2022, do Tipo Menor Preço, referente ao Processo Administrativo nº 057.2022/001. Objeto: Aquisição de Material De Construção em Geral, **HOMOLOGO**, com fundamento no Artigo 4º, Inciso XXII, da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal 10.024/2019, e conforme Decreto Municipal nº 002/2021, a presente licitação para que a Adjudicação nela contida produza seus efeitos jurídicos e legais.

**DENIS FIRMINO DE MORAIS**

Secretário Municipal de Finanças

#### MUNICÍPIO DE BATALHA/AL EXTRATOS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 010/2022

Processo Administrativo nº 057.2022/001– Pregão Eletrônico nº 010/2022 – Fundamentação Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal 10.024/2019, Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 002/2021 – Objeto: Aquisição de Material De Construção em Geral - Fornecedor Registrado: **Ata de Registro de Preços nº 041/2022 – CENTRAL CONSTRUÇÕES LTDA**, CNPJ nº 45.735.190/0001-23, com o valor global R\$ 1.419.085,10 (um milhão quatrocentos e dezenove mil e oitenta e cinco reais e dez centavos) - Vigência: 12 (doze) meses.

**Publicado por:**

**Albert Leite e Silva**

**Código Identificador:601CE26A**



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E PLANEJAMENTO  
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO  
PE 013/2022**

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PE 013/2022**

Face ao constante nos autos do procedimento licitatório Pregão Eletrônico nº 013/2022, do Tipo Menor Preço, referente ao Processo Administrativo nº 060.2022/001. Objeto: Aquisição de Eletrodomésticos, para atender às necessidades do Município de Batalha, **HOMOLOGO**, com fundamento no Artigo 4º, Inciso XXII, da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal 10.024/2019, e conforme Decreto Municipal nº 002/2021, a presente licitação para que a Adjudicação nela contida produza seus efeitos jurídicos e legais.

**DENIS FIRMINO DE MORAIS**  
Secretário Municipal de Finanças

**MUNICÍPIO DE BATALHA/AL  
EXTRATOS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 013/2022**

Processo Administrativo nº 060.2022/001 – Pregão Eletrônico nº 013/2022 – Fundamentação Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal 10.024/2019, Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 002/2021 – Objeto: Aquisição de Eletrodomésticos, para atender às necessidades do Município de Batalha - Fornecedor Registrado: **Ata de Registro de Preços nº 043/2022** – CEZARIOS MOVEIS E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 03.016.072/0001-15, com o valor global R\$ 5.925,00 (cinco mil, novecentos e vinte e cinco reais), **Ata de Registro de Preços nº 044/2022** – CENTRAL CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 45.735.190/0001-23, com o valor global R\$ 580.399,00 (quinhentos e oitenta mil, trezentos e noventa e nove reais) e **Ata de Registro de Preços nº 042/2022** – MICROFORT INFORMÁTICA LTDA, CNPJ nº 24.675.507/0001-03, com o valor global R\$ 13.140,00 (treze mil, cento e quarenta reais) - Vigência: 12 (doze) meses - Vigência: 12 (doze) meses.

**Publicado por:**  
Albert Leite e Silva  
**Código Identificador:2348A54D**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E PLANEJAMENTO  
AVISO DE AUTORIZAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO D  
020/2022**

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO**

Em cumprimento ao Artigo 72, inciso VIII, Lei Federal nº 14.133/2021, considerando os documentos que consta dos autos do presente processo, fica AUTORIZADO o referido processo de Dispensa, para Contratação de Pessoa Jurídica para a Prestação de Serviço na Área de Comunicação Social, para Cobertura da 39ª Expo Bacia Leiteira. BCCOM Comunicação Ltda., inscrita no CNPJ nº: 09.467.583/0001-30, com um valor contratado de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), com fulcro na inteligência do art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21.

**DENIS FIRMINO DE MORAIS**  
Secretário Municipal de Finanças

**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO nº 044/2022 – Processo Administrativo: 064.2022/02. Dispensa nº 020/2022. Fundamentação Legal: art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21 – Contratante: Município de Batalha/AL – Contratada: BCCOM Comunicação Ltda (CNPJ/MF nº 09.467.583/0001-30) – Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para a Prestação de Serviço na Área de Comunicação Social, para Cobertura da 39ª Expo Bacia Leiteira. Valor Contratado: R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais).

**Publicado por:**  
Albert Leite e Silva  
**Código Identificador:2B7EAC17**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E PLANEJAMENTO  
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO  
INEX 008/2022**

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO**

Em cumprimento ao Artigo 72, inciso VIII, Lei Federal nº 14.133/2021, considerando os documentos que consta dos autos do presente processo, fica AUTORIZADO o referido processo de Dispensa, para Contratação Empresa Especializada para Disponibilização de Acesso a Banco de Dados Específico para Pesquisa, Valores de Referência e Comparativo de Preços nas Contratações Públicas. NP Tecnologia e Gestão de Dados Ltda, inscrita no CNPJ nº: 07.797.967/0001-95, com um valor contratado de R\$ 26.100,00 (vinte e seis mil e cem reais), com fulcro na inteligência do art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21.

**DENIS FIRMINO DE MORAIS**  
Secretário Municipal de Finanças

**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO nº 044-1/2022 – Processo Administrativo: 062.2022/02. Inexigibilidade nº 008/2022. Fundamentação Legal: art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21 – Contratante: Município de Batalha/AL – Contratada: NP Tecnologia e Gestão de Dados Ltda. (CNPJ/MF nº 07.797.967/0001-95) – Objeto: Contratação Empresa Especializada para Disponibilização de Acesso a Banco de Dados Específico para Pesquisa, Valores de Referência e Comparativo de Preços nas Contratações Públicas. Valor Contratado: R\$ 26.100,00 (vinte e seis mil e cem reais).

**Publicado por:**  
Albert Leite e Silva  
**Código Identificador:99CB0EF8**

**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO MONTE**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO MONTE  
EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº 52/2022, firmado em 19/08/2022, com a empresa CARLOS VITOR RAMOS BEZERRA LIMA 10496701401, inscrita no CNPJ/MF nº 46.638.879/0001-00; Objeto: Prestação de serviços de Produção de Shows Artísticos com apresentação da Banda “Vitor Lima” durante as comemorações dos festejos da Padroeira Nossa Senhora dos Prazeres no Assentamento Posso de Pedra Município de Belo Monte/AL; Amparo: Inexigibilidade 13/2022, Fundamentação Legal Art. nº 25, inciso III da Lei Federal 8.666/93; Processo: 08150001/2022; Vigência: 30 (trinta) dias; Cobertura Orçamentária: Órgão: Secretaria Municipal da Juventude, Esporte, Lazer e Cultura – SEMJU / Funcional Programática: 15.1515.27.122.0006.2038 – Apoio aos Eventos e às Festividades Cívicas, Tradicionais e Culturais do Município / Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica / Fonte: 0010; Valor: R\$ 5.000,00; Signatários: pelo Contratante, Dalmo Augusto de Almeida Júnior e, pela contratada, Carlos Vitor Ramos Bezerra Lima.

Belo Monte/AL, 14/09/2022.

**DALMO AUGUSTO DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Alexsandro Silva de Santana  
**Código Identificador:E97F0B62**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO MONTE  
EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº 53/2022, firmado em 18/08/2022, com a empresa EXPRESSO FORRONEJO E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 14.798.064/0001-94; Objeto: Prestação de serviços de Produção de Shows Artísticos apresentação da banda “EXPRESSO FORRONEJO” durante as comemorações dos festejos da Padroeira Nossa Senhora dos Prazeres no Assentamento Posso de Pedra

Município de Belo Monte/AL; Amparo: Inexigibilidade 12/2022, Fundamentação Legal Art. nº 25, inciso III da Lei Federal 8.666/93; Processo: 08080003/2022; Vigência: 30 (trinta) dias; Cobertura Orçamentária: Órgão: Secretaria Municipal da Juventude, Esporte, Lazer e Cultura – SEMJU / Funcional Programática: 15.1515.27.122.0006.2038 – Apoio aos Eventos e às Festividades Cívicas, Tradicionais e Culturais do Município / Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica / Fonte: 0010; Valor: R\$ 20.000,00; Signatários: pelo Contratante, Dalmo Augusto de Almeida Júnior e, pela contratada, José Lito Barbosa da Silva.

Belo Monte/AL, 14/09/2022.

**DALMO AUGUSTO DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Alexsandro Silva de Santana  
**Código Identificador:**D7701416

#### **PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO MONTE** **EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº 56/2022, firmado em 25/08/2022, com a empresa CARLOS VITOR RAMOS BEZERRA LIMA 10496701401, inscrita no CNPJ/MF nº 46.638.879/0001-00; Objeto: Prestação de serviços de Produção de Shows Artísticos com apresentação da Banda “Vitor Lima” durante as comemorações dos festejos da Padroeira Nossa Senhora dos Prazeres no Povoado Barra do Ipanema Município de Belo Monte/AL; Amparo: Inexigibilidade 14/2022, Fundamentação Legal Art. nº 25, inciso III da Lei Federal 8.666/93; Processo: 08220001/2022; Vigência: 30 (trinta) dias; Cobertura Orçamentária: Órgão: Secretaria Municipal da Juventude, Esporte, Lazer e Cultura – SEMJU / Funcional Programática: 15.1515.27.122.0006.2038 – Apoio aos Eventos e às Festividades Cívicas, Tradicionais e Culturais do Município / Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica / Fonte: 0010; Valor: R\$ 5.000,00; Signatários: pelo Contratante, Dalmo Augusto de Almeida Júnior e, pela contratada, Carlos Vitor Ramos Bezerra Lima.

Belo Monte/AL, 14/09/2022.

**DALMO AUGUSTO DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Alexsandro Silva de Santana  
**Código Identificador:**1F1C1870

#### **PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO MONTE** **EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº 57/2022, firmado em 26/08/2022, com a empresa LCS DA SILVA EVENTOS ME, inscrita no CNPJ/MF nº 42530.257/0001-03; Objeto: Prestação de serviços de Produção de Shows Artísticos apresentação do Cantor “HIGHLANDER CAVALCANTE” durante as comemorações dos festejos da Padroeira Nossa Senhora dos Prazeres no Povoado Barra do Ipanema Município de Belo Monte/AL; Amparo: Inexigibilidade 15/2022, Fundamentação Legal Art. nº 25, inciso III da Lei Federal 8.666/93; Processo: 08240001/2022; Vigência: 30 (trinta) dias; Cobertura Orçamentária: Órgão: Secretaria Municipal da Juventude, Esporte, Lazer e Cultura – SEMJU / Funcional Programática: 15.1515.27.122.0006.2038 – Apoio aos Eventos e às Festividades Cívicas, Tradicionais e Culturais do Município / Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica / Fonte: 0010; Valor: R\$ 20.000,00; Signatários: pelo Contratante, Dalmo Augusto de Almeida Júnior e, pela contratada, Luiz Carlos Santos da Silva.

Belo Monte/AL, 14/09/2022.

**DALMO AUGUSTO DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Alexsandro Silva de Santana  
**Código Identificador:**27D24843

#### **PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO MONTE** **EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº 58/2022, firmado em 01/09/2022, com a empresa PS VENDAS E SERVIÇOS EM GERAL, inscrita no CNPJ/MF nº 34.101.483/0001-32; Objeto: Aquisição de Equipamentos/Utensílios; Amparo: Dispensa de Licitação nº 09/2022, Fundamentação Legal Art. nº 24, inciso II da Lei Federal 8.666/93; Processo: 05020025/2022; Vigência: 12 (doze) meses; Cobertura Orçamentária: Órgão: Secretaria Municipal de Saúde / Funcional Programática: 05.0551.10.301.0005.5016 – Bloco de Est. Da Rede de Serv. Púb. De Saúde (AT. PRIM) Aq. De Veículos e Equipamentos / Elemento de Despesa: 4.4.90.52 – Equipamento e Material Permanente / Fonte: 0428; Valor: R\$ 16.803,00; Signatários: pelo Contratante, Dalmo Augusto de Almeida Júnior e, pela contratada, Pedro Victor José Sampaio Wanderley.

Belo Monte/AL, 14/09/2022.

**DALMO AUGUSTO DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Alexsandro Silva de Santana  
**Código Identificador:**98D048DC

#### **ESTADO DE ALAGOAS** **PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBINHAS**

#### **PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBINHAS** **CARTA DE CONVOCAÇÃO**

Considerando o que consta nos autos do presente Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 015/2022, nos termos e condições preconizadas pelo artigo 90, caput, da Lei nº 14.133/21, fica a proponente **VALERIA SILVA PORTO**, empresa com sede na Rua Florival Amorim, nº 106, B, Bairro Primavera, Barra do Rocha/BA, CEP: 45.120-000, inscrita no CNPJ/MF de nº **30.473.186/0001-67**, regulamente convocada, para no prazo de 5(cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, proceder a assinatura do contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, seja na forma presencial ou digital, consoante artigo 1º da MP nº 2.200-2/2001, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.

**EDSON ALVES RIBEIRO**  
Presidente da CPL

**Publicado por:**  
Jose Fagner Targino Barbosa  
**Código Identificador:**D5384A33

#### **PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBINHAS** **CARTA DE CONVOCAÇÃO**

Solicitamos o comparecimento do responsável legal ou procurador com poderes de outorga em nome da empresa, **ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIRO CIVIL DE PALMEIRA DOS INDIOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ de nº **22.236.717/0001-70**, sediada na Rua Jose Amaral 640, Paraíso, Olho D'Água das Flores – Estado de Alagoas, CEP de nº 57.602-140, neste ato representado pelo Senhor **KLEBSON SOUZA AGUIR**, brasileira, portador da carteira de identidade nº 1.554.443, inscrita no CPF/MF sob nº 030.658.914.17, para assinatura do termo de **Contrato Nº 079/2022/DL/PMC**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no aviso de dispensa de licitação

Outrossim, informamos que o não comparecimento do representante legal da empresa pelo prazo de **03 (Três)** dias, contados do recebimento desta comunicação, será interpretado como falta de interesse.

Atenciosamente,

Cacimbinhas/AL, 14 de setembro de 2022.

**EDSON ALVES RIBEIRO**

Presidente da CPL

Portaria 02/2020 de 03 de Janeiro de 2022

Solicitamos o comparecimento do responsável legal ou procurador com poderes de outorga em nome da empresa, **LEAL SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 13.964.649/0001-74, estabelecida à Rua Joana Felix, nº 104, Bairro Cavaco, cidade de Arapiraca, Estado de Alagoas, CEP 57.306-840 representado pelo Sr. **KELMONNE RODRIGO PEREIRA DA SILVA** com CPF/MF nº 046.055.244-95, para assinatura do termo de **Contrato Nº 080/2022/PMC**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no aviso de dispensa de licitação

Outrossim, informamos que o não comparecimento do representante legal da empresa pelo prazo de **03 (Três)** dias, contados do recebimento desta comunicação, será interpretado como falta de interesse.

Atenciosamente,

Cacimbinhas/AL, 14 de setembro de 2022.

**EDSON ALVES RIBEIRO**

Presidente da CPL

Portaria 02/2020 de 03 de Janeiro de 2022

**Publicado por:**

Jose Fagner Targino Barbosa

Código Identificador:EEFF1AC4

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**  
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - CONTRATO**  
**Nº 01010093/2022**

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Pregão Eletrônico nº. 93/2022  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE CONTRATADA: MRB DISTRIBUIDORA DE ACESSÓRIOS EMPRESARIAIS EIRELI  
VALOR: R\$ 1.390.335,38 (um milhão e trezentos e noventa mil e trezentos e trinta e cinco reais e trinta e oito centavos)  
PRAZO: O presente Contrato terá vigência da data de sua assinatura até 24/08/2023(24 de Agosto de 2023), por se tratar de fornecimento, não podendo exceder ao respectivo exercício financeiro, nos termos do art. 57 da Lei nº. 8.666/93.  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/1993  
DATA DA ASSINATURA: 24/08/2022

Campo Alegre, 14 de Setembro de 2022

**NICOLAS TEIXEIRA TAVARES PEREIRA**

Prefeito(a)

**Publicado por:**

Sâmara Mayra da Silva Ferreira

Código Identificador:D423EC01

**PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL**  
**LEI Nº 1085, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.**

INSTITUI A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO ALEGRE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, ESTADO DE ALAGOAS**, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art.1º** Institui a Gestão Democrática da Rede Pública Municipal de Educação de Campo Alegre, Alagoas em conformidade com as seguintes leis:

I - Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;

II - Resolução CNE/CP nº 01, de 27 de outubro de 2020, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação continuada de professores da educação básica.

III - Constituição Federal de 1988;

IV - Lei Federal nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação;

V - Lei Federal nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação;

VI - Lei Municipal nº 926, de 12 de junho de 2019, que Reestrutura o Sistema Municipal de Ensino;

VII - Lei Municipal nº 773/2015 que dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Educação;

VIII - Lei Municipal nº 962, de 26 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a reestruturação do plano de cargos, carreira e remuneração da rede pública municipal de ensino de Campo Alegre;

IX - Lei Municipal nº 1.009 de 17 de março de 2021, dispõe sobre a instituição, estruturação e regulamentação do conselho municipal de acompanhamento e controle social do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - CACS-Fundeb;

X - Lei Municipal nº 838 de 12 de abril de 2017, que institui o Fórum Municipal de Educação do município de Campo Alegre e estabelece as diretrizes para o seu funcionamento.

**CAPÍTULO II**

**DA CONCEPÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

**Art. 2º** Para os efeitos desta Lei entende-se por gestão democrática o processo intencional, sistemático, participativo de tomada de decisão, de sua execução, orientado para a obtenção de resultados mediante mobilização de meios e procedimentos para se atingir os objetivos da unidade educacional com envolvimento dos aspectos pedagógicos, técnico-administrativos e gerenciais do processo de gestão, bem como dos segmentos da comunidade escolar.

**Art. 3º** A gestão democrática na Rede Pública Municipal de Campo Alegre reger-se-á pelos seguintes fins e princípios:

I - Participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico – PPP da escola;

II - Participação das comunidades escolar e local em órgãos colegiados;

III - Gestão descentralizada com autonomia para as unidades escolares elaborarem e executarem seus PPPs, respeitadas as normas comuns do Sistema Municipal de Ensino;

IV - Garantia de financiamento público da educação municipal e da escola nos diferentes níveis e modalidades de ensino;

V - Gestão de responsabilidade com definição clara de competências e efetiva participação nos diferentes processos de prestação de contas;

VI - Gestão de resultados com processos claros e bem definidos de acompanhamento e avaliação permanentes;

VII - Gestão estratégica voltada para a qualidade do ensino, com foco no acesso, na permanência e no aproveitamento do estudante;

VIII - Transparência nos mecanismos pedagógicos, administrativos e financeiros;

IX - Valorização dos profissionais da educação.

**Art. 4º** São mecanismos que asseguram a efetivação da Gestão Democrática:

I – Órgãos Colegiados:

Conselho Municipal de Educação;

b) Fórum Municipal de Educação;

c) Conselho Escolar;

d) Conselho de Classe.

II - Grêmios Estudantis;

III – Projeto Político Pedagógico das Unidades Educacionais;

IV – Processo Seletivo Simplificado para escolha das Equipes Gestoras Escolares

**CAPÍTULO III**

**SEÇÃO I**

**DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS**



**Art. 5º** Órgãos Colegiados são instâncias de participação compostas por membros de diferentes segmentos, possibilitando que o processo decisório seja mais qualificado em razão das diferentes experiências trazidas por cada um desses membros, regulamentado por legislação própria.

#### SUBSEÇÃO I

##### DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Art. 6º** O Conselho Municipal de Educação de Campo Alegre - CME, é um órgão colegiado, de caráter normativo, consultivo, deliberativo, fiscalizador e de controle social do Sistema Municipal de Ensino.

**Art. 7º** O Conselho destina-se a fortalecer a participação dos diversos segmentos da sociedade civil organizada e do poder público no Sistema Municipal de Ensino e tem como finalidades:

I - Contribuir para a elaboração de planos e políticas educacionais que proporcionem uma educação de qualidade, vinculada ao mundo do trabalho e a prática social;

II - Propor e apoiar metas buscando a universalização do atendimento escolar no âmbito do Sistema Municipal de Ensino e do Desenvolvimento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental de acordo com os princípios da Constituição Federal e das Diretrizes Curriculares Nacionais, elaborados pelo Conselho Nacional de Educação para essas etapas de ensino;

III - Acompanhar e avaliar as políticas educacionais e a distribuição, transferência e aplicação dos recursos destinados à educação do município de Campo Alegre-AL zelando pela transparência da gestão.

#### SUBSEÇÃO II

##### DO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Art. 8º** O Fórum Municipal de Educação é um espaço de participação da sociedade, de caráter permanente e interinstitucional com a finalidade de acompanhar e atuar no processo de concepção, implementação, monitoramento e avaliação da política educacional, bem como coordenar as conferências municipais de educação.

**Art. 9º** O Fórum Municipal de Educação é composto por membros titulares e membros suplentes, que representam instituições, entidades, órgãos, movimentos sociais e sindicais representativos dos segmentos da educação e dos setores da sociedade com atuação reconhecida no âmbito da educação municipal.

§1º. São considerados segmentos da educação: os/as estudantes; os/as pais/mães/responsáveis de estudantes; os/as profissionais da educação e os/as dirigentes (gestores/as dos órgãos educacionais e instituições educativas, conselheiros/as da educação).

§2º. São consideradas categorias representativas dos setores da sociedade:

I. Sindicatos da área educacional;

II. Confederação dos Empresários (Federação das Indústrias/Associação Comercial);

III. Movimentos em Defesa da Educação;

IV. Movimentos de Afirmação da Diversidade;

V. Comunidade Científica;

VI. Entidades de Estudos e Pesquisa em Educação;

VII. Órgãos Municipais de Fiscalização e de Controle Interno e Social;

VIII. Representantes da comissão de educação da Câmara Municipal de Vereadores do município.

#### SUBSEÇÃO III

##### DO CONSELHO ESCOLAR

**Art. 10** O Conselho Escolar é um órgão colegiado, formado por representantes da comunidade escolar e local com o objetivo de contribuir para o bom desempenho administrativo, pedagógico e financeiro da instituição educacional.

**Parágrafo Único** – Compreende-se por comunidade escolar professores e servidores administrativos em efetivo exercício na unidade educacional estudantes matriculados e suas famílias, e por comunidade local os representantes da sociedade civil organizada.

**Art. 11** O Conselho Escolar exercerá função deliberativa, consultiva, fiscalizadora e mobilizadora.

**Art. 12** O Conselho Escolar deve atuar de acordo com os seguintes princípios:

I - Democratização da gestão escolar, garantindo o acesso às informações de forma transparente e a participação ativa da comunidade escolar e comunidade local nos processos decisórios da instituição.

II – Compromisso com a qualidade da gestão pedagógica, administrativa e financeira da instituição educacional.

#### SUBSEÇÃO IV

##### DO CONSELHO DE CLASSE

**Art. 13** O Conselho de Classe é órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, fundamentado no Projeto Político Pedagógico da instituição e no Regimento Escolar, e deve ser realizado por todas as instituições educacionais ao final de cada unidade letiva, com a responsabilidade de analisar as ações educacionais, indicando alternativas que busquem garantir a efetivação do processo de ensino e aprendizagem.

**Art. 14** É de responsabilidade da Equipe Gestora da unidade escolar organizar as informações e dados a serem analisados pelo Conselho de Classe.

**Parágrafo Único** - Para efeito desta Lei é considerado membro da equipe gestora da unidade educacional o Diretor-Geral, o Diretor-Adjunto e o Coordenador Pedagógico.

**Art. 15** O Conselho de Classe é constituído pelo (a) diretor (a) e/ou diretor (a) adjunto quando houver, pela coordenação pedagógica, por toda a equipe docente e representantes de estudantes, das crianças da Educação Infantil e representação de pais/mães/responsáveis.

**Art. 16** Caberá a equipe gestora mediar as discussões do Conselho de Classe, tornando-as produtivas, de modo a deliberar sobre as situações apresentadas e/ou gerar acordos pedagógicos a partir das discussões, devendo registrar em ata suas deliberações.

**Art. 17** O Pré-Conselho é condição para a realização do conselho de classe e deverá ser organizado pela equipe gestora a partir dos seguintes passos:

I - Mobilizar e sensibilizar os envolvidos;

II - Orientar a eleição de representantes de turmas e do professor orientador;

III - Orientar estudantes e professores quanto a sua participação no Conselho Escolar;

IV - Organizar e orientar a aplicação de questionários aos estudantes para elaborar os relatórios das turmas;

V – Realizar a escuta ativa das crianças da educação infantil, organizando informações sobre o trabalho pedagógico e sobre o seu desenvolvimento;

VI- Coletar dados para a pauta do Conselho;

VII - Elaborar estratégias que oportunizem os debates durante o Conselho;

VIII- Coordenar a socialização dos relatórios de turma.

#### SEÇÃO II

##### DOS GRÊMIOS ESTUDANTIS

**Art. 18** O Grêmio Estudantil é uma organização constituída por representantes de estudantes, que atua na defesa de seus interesses e tem como finalidade fomentar a participação na vida social, cultural e política, oportunizando o protagonismo juvenil.

**Art. 19** O Grêmio Estudantil tem por objetivos:

I - Representar condignamente o corpo discente;

II - Defender os interesses individuais e coletivos dos estudantes da instituição educacional;

III - Incentivar a cultura literária, artística, desportiva, social e política de seus membros;

IV - Promover a cooperação entre equipes profissionais da educação e estudantes no ambiente escolar, buscando seus aprimoramentos.

#### SEÇÃO III

##### DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**Art. 20** O Projeto Político Pedagógico – PPP é o documento norteador da instituição educacional que deve contemplar as concepções políticas e teórico-metodológicas, a partir de ações que serão desenvolvidas em todas as dimensões da gestão escolar, considerando as especificidades do território onde cada instituição está inserida.

**Art. 21** São as principais dimensões que organizam a Gestão Escolar:

I - Gestão escolar democrática e participativa que se assenta no pressuposto de educação como um processo social colaborativo que demanda a participação de todos da comunidade interna (profissionais e estudantes) e externa (família e comunidade) da instituição;

II - Gestão Administrativa que contempla o planejamento, a análise e o controle do espaço físico e do patrimônio da instituição sendo a organização, direção e manutenção dos recursos da instituição;

III - Gestão Estratégica de Pessoas que cuida de traçar estratégias de desempenho em nível de excelência para o alcance dos resultados organizacionais;



IV - Gestão do ensino que contempla as questões pedagógicas relativas à organização e desenvolvimento coletivo do processo de ensino e aprendizagem, para cumprimento da função social da escola.

**Art. 22** O PPP deve representar a autonomia da escola, a capacidade de delinear sua própria identidade, como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundamentado na legislação vigente e na reflexão coletiva.

**Parágrafo Único** – A equipe gestora deve liderar o processo de construção e atualização do PPP, garantindo a participação de todos os sujeitos que compõem a comunidade escolar e representação da sociedade civil organizada.

**Art. 23** São etapas no processo de construção e implementação do PPP:

I - Envolvimento e mobilização dos profissionais da escola para o desenvolvimento do trabalho;

II - Planejamento do processo coordenado pela equipe gestora, definindo-se ações, prazos e responsáveis;

III - Estudo dos principais aspectos do currículo local e do papel da reelaboração do projeto político pedagógico no contexto da implementação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC;

IV - Levantamento e análise de dados e indicadores educacionais, bem como definição de prioridades, metas e ações que constarão no PPP;

V - Mobilização da comunidade escolar externa (pais/mães/responsáveis, e representantes da sociedade civil organizada) para discussão e coleta de contribuições;

VI - Validação pela comunidade escolar e socialização da versão final do documento;

VII - Uso permanente como referência para formações, tomada de decisões e para acompanhamento e revisão do plano de ação.

## SEÇÃO V

### DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA A ESCOLHA DAS EQUIPES GESTORAS ESCOLARES

**Art. 24** O Processo Seletivo Simplificado refere-se a um conjunto de métodos, desenvolvidos a partir de critérios técnicos de mérito e desempenho, utilizados para selecionar professores com experiência docente comprovada para o provimento das funções de Diretor-Geral, Diretor-Adjunto e Coordenador Pedagógico.

**Art. 25** O processo de escolha para o exercício das Funções de Diretor-Geral, Diretor-Adjunto e Coordenador Pedagógico das instituições educacionais previsto nesta Lei, observará aos princípios:

I – Autonomia;

II – Cidadania;

III - Dignidade da pessoa humana;

IV - Gestão democrática do ensino público;

V - Pluralismo político;

VI - Igualdade perante a lei;

VII - Valorização dos profissionais da educação;

VIII - Promoção da integração instituição de ensino/comunidade;

IX – Legalidade;

X – Impessoalidade;

XI – Moralidade;

XII – Publicidade;

XIII – Eficiência;

XIV - Melhoria da qualidade social da educação pública.

**Art. 26** Será nomeada a Comissão Especial de Organização e Avaliação do Processo Seletivo Simplificado - PSS, nomeada através de Portaria expedida pelo(a) Secretária(o) Municipal de Educação, que se responsabilizará pela condução e resultado do processo.

**Art. 27** O PSS para o exercício das funções de Equipe Gestora será deflagrado por Edital a ser amplamente divulgado no sítio oficial do município de Campo Alegre - AL, bem como em todas as instituições educacionais mantidas pela Rede Pública Municipal.

**Art. 28** São critérios para inscrever-se no Processo Seletivo Simplificado:

I – Ser professor ocupante de cargo de provimento efetivo integrante do quadro permanente de pessoal do Magistério Público Municipal;

II – Possuir curso de licenciatura em pedagogia e/ou especialização em nível de Pós-Graduação Lato Sensu concluída em Gestão Escolar, com carga horária de no mínimo 360 horas, em Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo MEC;

III – Ter experiência docente ou de gestão na área educacional;

IV – Ter disponibilidade para atendimento à demanda de jornada de trabalho estipulada pela Secretaria Municipal de Educação - SEMED;

V – Não ter sofrido nenhuma penalidade administrativa nos últimos cinco anos;

VI - Não acumular cargos ou funções de maneira a ferir os princípios constitucionais.

**Art. 29** O processo Seletivo Simplificado será realizado considerando critérios técnicos de mérito e desempenho mediante as seguintes etapas:

I - Análise de títulos acadêmicos e de experiência profissional;

II - Apresentação do Plano de Ação;

III - Teste de conhecimentos teóricos objetivos;

IV – Teste situacional subjetivo;

V – Entrevistas individuais dirigidas;

VI – Apreciação e validação pelo Conselho Escolar.

§ 1º – Finalizado o PSS, deve o mesmo ser encaminhado ao Conselho Municipal de Educação.

§ 2º Os candidatos aprovados no PSS serão nomeados e empossados pelo chefe do executivo para um mandato de dois anos, podendo ser reconduzido por igual período.

§ 3º - A equipe Gestora empossada deverá participar das reuniões técnico-administrativas e das formações ofertadas pela Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

**Art. 30** Os candidatos convocados dentro das vagas existentes passarão por um curso de aperfeiçoamento de suas potenciais competências identificadas pela comissão organizadora e avaliadora do certame, o qual deverá ter início logo após a publicação do resultado final.

**Art. 31** No caso do não preenchimento das vagas no PSS, a Secretária Municipal de Educação designará, provisoriamente, servidor efetivo para ocupar a função de Diretor-Geral, Diretor-Adjunto e Coordenador Pedagógico, ou, ainda, em alguma das seguintes hipóteses:

I – Quantidade insuficiente de candidatos inscritos;

II - Vacância;

III - Na criação de nova instituição educacional;

IV – Atender aos critérios descritos no artigo 28 desta lei.

**Parágrafo Único** - A vacância se dará por pedido de exoneração, aposentadoria, falecimento ou dispensa motivada da função, assegurado o direito de defesa.

**Art. 32** O Diretor Escolar Geral, o Diretor-Adjunto e o Coordenador Pedagógico terão seu desempenho avaliado segundo os critérios e procedimentos regulamentados em norma própria, mediante Decreto que dispõe sobre Avaliação de Desempenho por Competências com foco em resultados organizacionais.

**Art. 33** Sem prejuízo da eventual apuração da responsabilidade administrativa, o Diretor-Geral, o Diretor-Adjunto e o Coordenador Pedagógico, poderão ser livremente dispensados das respectivas funções em caso de insuficiência na avaliação de desempenho Individual, de inobservância dos preceitos constantes no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais de Campo Alegre e demais legislações pertinentes.

**Art. 34** O Diretor-Geral, Diretor-Adjunto e o Coordenador Pedagógico responderão civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, conforme disposto em lei.

## SUBSEÇÃO I

### DAS COMPETÊNCIAS DA EQUIPE GESTORA

**Art. 35** São competências Gerais do Diretor-Geral e do Diretor Adjunto:

I - A coordenação da organização escolar nas dimensões político-institucional, pedagógica, administrativo-financeira, pessoal e relacional, construindo coletivamente o Projeto Político Pedagógico da instituição educacional e exercendo uma gestão orientada por princípios éticos, com equidade e justiça social;

II - A configuração da cultura organizacional com a equipe, na perspectiva de um ambiente escolar produtivo, organizado e acolhedor, centrado na excelência do ensino e da aprendizagem;

III - A segurança no cumprimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes, crianças, jovens e adultos têm direito, bem como o cumprimento da legislação e das normas educacionais;

IV - A valorização do desenvolvimento profissional de toda a equipe escolar, promovendo, em articulação com o sistema de ensino, formação e apoio com foco nas competências gerais dos docentes, assim como nas competências específicas vinculadas às dimensões do

conhecimento, da prática e do engajamento profissional, conforme a BNC - Base Nacional Comum Curricular da Formação Continuada, proporcionando condições de atuação com excelência;

V - A coordenação da construção e implementação da proposta pedagógica da escola, engajando e corresponsabilizando-se todos os profissionais da instituição por seu sucesso, aplicando conhecimentos teórico-práticos que impulsionem a qualidade da educação e o aprendizado dos estudantes e (re)orientando o trabalho educativo por evidências, obtidas através de processos contínuos de monitoramento e de avaliação;

VI - A realização da gestão de pessoas e dos recursos materiais e financeiros, garantindo o funcionamento eficiente e eficaz da organização escolar, identificando e compreendendo problemas, com postura profissional para solucioná-los;

VII - A busca por soluções inovadoras e criativas para aprimorar o funcionamento da escola, criando estratégias e apoios integrados para o trabalho coletivo, compreendendo sua responsabilidade perante os resultados esperados e desenvolvendo o mesmo senso de responsabilidade na equipe escolar;

VIII - A integração da escola com outros contextos, com base no princípio da gestão democrática, incentivando a parceria com as famílias e a comunidade, incluindo equipamentos sociais e outras instituições, mediante comunicação e interação positivas orientadas para a elaboração coletiva do Projeto Político Pedagógico da escola e sua efetivação;

IX - O exercício da empatia, do diálogo e da mediação de conflitos e da cooperação, além de desenvolver na escola ações orientadas para a promoção de um clima de respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem;

X - A ação e incentivo pessoal e coletivo, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, refletidos no ambiente de aprendizagem;

XI - Contribuir com o clima escolar propício para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem;

XII - Ter proatividade na busca de diferentes soluções para aprimorar os processos de gestão, com espírito inovador, criativo e orientado para resolução de problemas.

**Art. 36** São competências gerais do Coordenador Pedagógico:

I - Planejar e organizar os processos da gestão pedagógica;

II - Acompanhar, monitorar, avaliar e intervir no processo de ensino e aprendizagem, contribuindo com a busca de soluções para os problemas de aprendizagem identificados;

III - Comprometer-se com o cumprimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a todos os estudantes;

IV - Valorizar o desenvolvimento dos professores, promovendo formação e apoio com foco nas Competências Gerais dos Docentes, assim como nas competências específicas vinculadas às dimensões do conhecimento, da prática e do engajamento profissional, conforme a BNC - Formação Continuada;

V - Contribuir com o clima escolar propício para a aprendizagem, realizando monitoramento e avaliação constante do desempenho dos estudantes e engajando a equipe de professores para o compromisso com o projeto pedagógico da escola.

VII - Ter proatividade na busca de diferentes soluções para aprimorar a gestão pedagógica, com espírito inovador, criativo e orientado para resolução de problemas.

#### CAPÍTULO IV

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 37** Além dos instrumentos normativos mencionados nesta Lei, as instituições de ensino obrigam-se a acatar outras instruções e normas complementares operacionais emitidas pela Secretaria Municipal de Educação de Campo Alegre, não podendo alegar, sob qualquer pretexto, o desconhecimento destas disposições, para quaisquer fins de direito admitido.

**Art. 38** Fica a Secretaria Municipal de Educação responsável pela implantação/implementação de políticas que visem o fortalecimento da gestão democrática.

**Art. 39** Esta lei poderá ser regulamentada se necessário.

**Art. 40** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**NICOLAS TEIXEIRA TAVARES PEREIRA**

Prefeito

A presente lei foi publicada, registrada e arquivada na Secretaria de Administração, Gestão e Planejamento desta municipalidade, em 14 de setembro de 2022.

**MARIA JASLLINNY DE ARAÚJO SANTOS**

Secretária Municipal de Administração, Gestão e Planejamento

**Publicado por:**

Alessandro dos Santos

**Código Identificador:**154A36BC

### ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO AVISO

#### AVISO DE LICITAÇÃO

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 006/2022 – OBJETO:** Registro de Preço para Eventual Contratação de Empresa Especializada para o Fornecimento de Serviços Gráficos. **DATA/HORA:** 27/09/2022; às 08:30.

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 007/2022 – OBJETO:** Registro de Preço para Eventual Contratação de Empresa Especializada para o Fornecimento de Água Mineral. **DATA/HORA:** 27/09/2022; às 09:00

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2022 – OBJETO:** Registro de Preço para Eventual Contratação de Empresa Especializada para o Fornecimento de Gêneros Alimentícios destinados as Secretarias Municipais. **DATA/HORA:** 27/09/2022; às 10:00.

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 009/2022 – OBJETO:** Registro de Preço para Eventual Contratação de Empresa Especializada para o Fornecimento de Combustíveis, destinados a demanda das Secretarias. **DATA/HORA:** 27 de setembro de 2022; às 11:00.

**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:** O edital e seus anexos em inteiro teor encontram-se disponíveis para downloads nos sites: ([www.bnc.org.br/](http://www.bnc.org.br/)), e ainda, poderá ser obtido pessoalmente nos horários das 08:00hs às 12:00hs, na sede administrativa da Prefeitura, situada na Rua 31 de Maio, 96, Centro,

Campo Grande/AL, 13 de setembro de 2022.

**TEOGENES HIGINO MELO LESSA**

Prefeito.

**Publicado por:**

Eduardo Hélio da Silva Barros

**Código Identificador:**3772255E

### ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNEIROS

#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO

#### AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura de Carneiros, com sede na Praça Cônego José Bulhões, nº 100, Centro – Carneiros/AL., informa aos interessados que estará realizando na sede da Prefeitura, Licitação como segue: **Pregão Presencial nº 003/2022-SRP.** Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de sinalização e comunicação visual. **DATA DA REALIZAÇÃO: 28/09/2022 às 13:00 h.** (horário local). O edital, encontra-se a disposição dos interessados na sala da CPL, no horário das 8:00 às 13:00 h, no endereço acima citado, ou solicitado

através e-mail: carneiros.licitacoes@gmail.com. Demais informações pelo fone (82) 99315-8520.

Carneiros/AL., 14 de setembro de 2022.

**ARNALDO DE ARAUJO ALÉCIO**

Pregoeiro

**Publicado por:**

Arnaldo de Araujo Alecio

**Código Identificador:**8251A3EC

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COQUEIRO SECO**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**DESPACHO**

Coqueiro Seco/AL, em 13 de setembro de 2022

Tendo em vista o não comparecimento da empresa PROJETAR CONSTRUÇÕES E PROJETOS EIRELI para assinatura da ata de registro de preços, referente ao Pregão Eletrônico nº 13/2022, solicito abertura de processo administrativo para apuração do fato, bem como aplicações da sanção cabível conforme art. 81 da lei 8.666/93. Solicito que seja feita a convocação e negociação dos licitantes remanescentes, caso não haja deflagra a abertura da segunda chamada do processo em epígrafe.

**MARIA DECELE DAMASO DE ALMEIDA**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Ana Maria Soares da Silva

**Código Identificador:**A9497EDE

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CRAÍBAS**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**LEI Nº 518/2022 DE 13 DE SETEMBRO DE 2022**

INSTITUI A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CRAÍBAS/AL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CRAÍBAS**, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela legislação pertinente, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**

**DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Art. 1º A presente Lei institui a Gestão Democrática do Ensino Público Municipal de Craíbas/AL, em conformidade com as seguintes leis:

I - Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;

II - Resolução CNE/CP nº 01, de 27 de outubro de 2020, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação continuada de professores da educação básica.

III - Constituição Federal de 1988;

IV - Lei Federal nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação;

V - Lei Federal nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação;

VI - Lei Municipal nº 292, de 15 de setembro de 2008, que instituiu o Sistema e o Conselho Municipal de Educação de Craíbas e dá outras providências, alterado pela Lei Municipal nº 484, de 04 de junho de 2021;

VII - Lei Municipal nº 397, de 23 de junho de 2015, que dispõe sobre a criação do Plano Municipal de Ensino (PME) e dá outras providências;

VIII - Lei Municipal nº 360, de 28 de novembro de 2013, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Cargo, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Escolar Pública da Rede Municipal de Ensino de Craíbas e dá outras providências, atualizada pela Lei Municipal nº 498, de 22 de dezembro de 2021, conforme a Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020;

IX - Lei Municipal nº 424, de 12 de junho de 2017, que dispõe sobre a criação dos Conselhos Escolares, sob a forma de sociedade civil, nas escolas do Sistema Municipal de Ensino;

X - Lei Municipal nº 482, de 30 de março de 2021, que revogou a Lei Municipal nº 282, de 22 de junho de 2007 e instituiu o Novo Conselho de Acompanhamento e Controle Social (CACS) do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), em conformidade com o art. 212-A, da Constituição Federal, regulamentado na forma da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020;

XI - Decreto Municipal nº 13, de 23 de fevereiro de 2022, que institui o Fórum Municipal de Educação (FME) do Município de Craíbas.

**CAPÍTULO II**

**DA CONCEPÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Art. 2º Para os efeitos desta Lei entende-se por gestão democrática o processo intencional, sistemático, participativo de tomada de decisão, de sua execução, orientado para a obtenção de resultados mediante mobilização de meios e procedimentos para se atingir os objetivos da unidade educacional com envolvimento dos aspectos pedagógicos, técnico-administrativos e gerenciais do processo de gestão, bem como dos segmentos da comunidade escolar.

Art. 3º A gestão democrática na Rede Pública Municipal de Craíbas reger-se-á pelos seguintes fins e princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico – PPP da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em órgãos colegiados;

III - gestão descentralizada com autonomia para as unidades escolares elaborarem e executarem seus PPP's, respeitadas as normas comuns do Sistema Municipal de Ensino;

IV - garantia de financiamento público da educação municipal e da escola nos diferentes níveis e modalidades de ensino;

V - gestão de responsabilidade com definição clara de competências e efetiva participação nos diferentes processos de prestação de contas;

VI - gestão de resultados com processos claros e bem definidos de acompanhamento e avaliação permanentes;

VII - gestão estratégica voltada para a qualidade do ensino, com foco no acesso, na permanência e no aproveitamento do estudante;

VIII - transparência nos mecanismos pedagógicos, administrativos e financeiros;

IX - valorização dos profissionais da educação.

Art. 4º São mecanismos que asseguram a efetivação da Gestão Democrática:

I - Órgãos Colegiados:

a) Conselho Municipal de Educação;

b) Fórum Municipal de Educação;

c) Conselho Escolar;

d) Conselho de Classe.

II - Grêmios Estudantis;

III - Projeto Político Pedagógico das Unidades Educacionais;

IV - Processo Seletivo Simplificado para escolha das Equipes Gestoras Escolares.

**CAPÍTULO III**

**SEÇÃO I**

**DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS**

Art. 5º Órgãos Colegiados são instâncias de participação compostas por membros de diferentes segmentos, possibilitando que o processo decisório seja mais qualificado em razão das diferentes experiências trazidas por cada um desses membros, regulamentado por legislação própria.

**SUBSEÇÃO I**

**DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Art. 6º O Conselho Municipal de Educação de Craíbas/AL – CME, é um órgão colegiado, de caráter normativo, consultivo, deliberativo, fiscalizador e de controle social do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 7º O Conselho se destina a fortalecer a participação dos diversos segmentos da sociedade civil organizada e do poder público no Sistema Municipal de Ensino e tem como finalidades:



I - contribuir para a elaboração de planos e políticas educacionais que proporcionem uma educação de qualidade, vinculada ao mundo do trabalho e a prática social;

II - propor e apoiar metas buscando a universalização do atendimento escolar no âmbito do Sistema Municipal de Ensino e do Desenvolvimento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental de acordo com os princípios da Constituição Federal e das Diretrizes Curriculares Nacionais, elaborados pelo Conselho Nacional de Educação para essas etapas de ensino;

III - acompanhar e avaliar as políticas educacionais e a distribuição, transferência e aplicação dos recursos destinados à educação do Município de Craíbas/AL, zelando pela transparência da gestão.

#### SUBSEÇÃO II

##### DO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 8º O Fórum Municipal de Educação é um espaço de participação da sociedade, de caráter permanente e interinstitucional com a finalidade de acompanhar e atuar no processo de concepção, implementação, monitoramento e avaliação da política educacional, bem como coordenar as conferências municipais de educação.

Art. 9º O Fórum Municipal de Educação é composto por membros titulares e membros suplentes, que representam instituições, entidades, órgãos, movimentos sociais e sindicais representativos dos segmentos da educação e dos setores da sociedade com atuação reconhecida no âmbito da educação municipal.

§ 1º São considerados segmentos da educação: os/as estudantes; os/as pais/mães/responsáveis de estudantes; os/as profissionais da educação e os/as dirigentes (gestores/as dos órgãos educacionais e instituições educativas, conselheiros/as da educação).

§ 2º São consideradas categorias representativas dos setores da sociedade:

I - Sindicatos da área educacional;

II - Confederação dos Empresários (Federação das Indústrias/Associação Comercial);

III - Movimentos em Defesa da Educação;

IV - Movimentos de Afirmação da Diversidade;

V - Comunidade Científica;

VI - Entidades de Estudos e Pesquisa em Educação;

VII - Órgãos Municipais de Fiscalização e de Controle Interno e Social;

VIII - Representantes da comissão de educação da Câmara Municipal de Vereadores do município.

#### SUBSEÇÃO III

##### DO CONSELHO ESCOLAR

Art. 10. O Conselho Escolar é um órgão colegiado, formado por representantes da comunidade escolar e local com o objetivo de contribuir para o bom desempenho administrativo, pedagógico e financeiro da instituição educacional.

Parágrafo Único. Compreende-se por comunidade escolar professores e servidores administrativos em efetivo exercício na unidade educacional estudantes matriculados e suas famílias, e por comunidade local os representantes da sociedade civil organizada.

Art. 11. O Conselho Escolar exercerá função deliberativa, consultiva, fiscalizadora e mobilizadora.

Art. 12. O Conselho Escolar deve atuar de acordo com os seguintes princípios:

I - democratização da gestão escolar, garantindo o acesso às informações de forma transparente e a participação ativa da comunidade escolar e comunidade local nos processos decisórios da instituição;

II - compromisso com a qualidade da gestão pedagógica, administrativa e financeira da instituição educacional.

#### SUBSEÇÃO II

##### DO CONSELHO DE CLASSE

Art. 13. O Conselho de Classe é órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, fundamentado no Projeto Político Pedagógico da instituição e no Regimento Escolar, e deve ser realizado por todas as instituições educacionais ao final de cada unidade letiva, com a responsabilidade de analisar as ações educacionais, indicando alternativas que busquem garantir a efetivação do processo de ensino e aprendizagem.

Art. 14. É de responsabilidade da Equipe Gestora da unidade escolar organizar as informações e dados a serem analisados pelo Conselho de Classe.

Parágrafo Único. Para efeito desta Lei é considerado membro da equipe gestora da unidade educacional o Diretor-Geral, o Diretor-Adjunto e o Coordenador Pedagógico.

Art. 15. O Conselho de Classe é constituído pelo(a) diretor(a) e/ou diretor(a) adjunto quando houver, pela coordenação pedagógica, por toda a equipe docente e representantes de estudantes, das crianças da Educação Infantil e representação de pais/mães/responsáveis.

Art. 16. Caberá a equipe gestora mediar as discussões do Conselho de Classe, tornando-as produtivas, de modo a deliberar sobre as situações apresentadas e/ou gerar acordos pedagógicos a partir das discussões, devendo registrar em ata suas deliberações.

Art. 17. O Pré-Conselho é condição para a realização do conselho de classe e deverá ser organizado pela equipe gestora a partir dos seguintes passos:

I - mobilizar e sensibilizar os envolvidos;

II - orientar a eleição de representantes de turmas e do professor orientador;

III - orientar estudantes e professores quanto a sua participação no Conselho Escolar;

IV - organizar e orientar a aplicação de questionários aos estudantes para elaborar os relatórios das turmas;

V - realizar a escuta ativa das crianças da educação infantil, organizando informações sobre o trabalho pedagógico e sobre o seu desenvolvimento;

VI - coletar dados para a pauta do Conselho;

VII - elaborar estratégias que oportunizem os debates durante o Conselho;

VIII - coordenar a socialização dos relatórios de turma.

#### SEÇÃO II

##### DOS GRÊMIOS ESTUDANTIS

Art. 18. O Grêmio Estudantil é uma organização constituída por representantes de estudantes, que atua na defesa de seus interesses e tem como finalidade fomentar a participação na vida social, cultural e política, oportunizando o protagonismo juvenil.

Art. 19. O Grêmio Estudantil tem por objetivos:

I - representar condignamente o corpo discente;

II - defender os interesses individuais e coletivos dos estudantes da instituição educacional;

III - incentivar a cultura literária, artística, desportiva, social e política de seus membros;

IV - promover a cooperação entre equipes profissionais da educação e estudantes no ambiente escolar, buscando seus aprimoramentos.

#### SEÇÃO III

##### DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Art. 20. O Projeto Político Pedagógico – PPP é o documento norteador da instituição educacional que deve contemplar as concepções políticas e teórico-metodológicas, a partir de ações que serão desenvolvidas em todas as dimensões da gestão escolar, considerando as especificidades do território onde cada instituição está inserida.

Art. 21. São as principais dimensões que organizam a Gestão Escolar:

I - gestão escolar democrática e participativa que se assenta no pressuposto de educação como um processo social colaborativo que demanda a participação de todos da comunidade interna (profissionais e estudantes) e externa (família e comunidade) da instituição;

II - gestão Administrativa que contempla o planejamento, a análise e o controle do espaço físico e do patrimônio da instituição sendo a organização, direção e manutenção dos recursos da instituição;

III - gestão Estratégica de Pessoas que cuida de traçar estratégias de desempenho em nível de excelência para o alcance dos resultados organizacionais;

IV - gestão do ensino que contempla as questões pedagógicas relativas à organização e desenvolvimento coletivo do processo de ensino e aprendizagem, para cumprimento da função social da escola.

Art. 22. O PPP deve representar a autonomia da escola, a capacidade de delinear sua própria identidade, como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundamentado na legislação vigente e na reflexão coletiva.

Parágrafo Único. A equipe gestora deve liderar o processo de construção e atualização do PPP, garantindo a participação de todos os sujeitos que compõem a comunidade escolar e representação da sociedade civil organizada.

Art. 23. São etapas no processo de construção e implementação do PPP:

- I - envolvimento e mobilização dos profissionais da escola para o desenvolvimento do trabalho;
- II - planejamento do processo coordenado pela equipe gestora, definindo-se ações, prazos e responsáveis;
- III - estudo dos principais aspectos do currículo local e do papel da reelaboração do projeto político pedagógico no contexto da implementação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC;
- IV - levantamento e análise de dados e indicadores educacionais, bem como definição de prioridades, metas e ações que constarão no PPP;
- V - mobilização da comunidade escolar externa (pais/mães/responsáveis, e representantes da sociedade civil organizada) para discussão e coleta de contribuições;
- VI - validação pela comunidade escolar e socialização da versão final do documento;
- VII - uso permanente como referência para formações, tomada de decisões e para acompanhamento e revisão do plano de ação.

#### SEÇÃO V

#### DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA A ESCOLHA DAS EQUIPES GESTORAS ESCOLARES

Art. 24. O Processo Seletivo Simplificado refere-se a um conjunto de métodos, desenvolvidos a partir de critérios técnicos de mérito e desempenho, utilizados para selecionar professores com experiência docente comprovada para o provimento das funções de Diretor-Geral, Diretor-Adjunto e Coordenador Pedagógico.

Art. 25. O processo de escolha para o exercício das Funções de Diretor-Geral, Diretor-Adjunto e Coordenador Pedagógico das instituições educacionais previsto nesta Lei, observará aos princípios:

- I - autonomia;
- II - cidadania;
- III - dignidade da pessoa humana;
- IV - gestão democrática do ensino público;
- V - pluralismo político;
- VI - igualdade perante a lei;
- VII - valorização dos profissionais da educação;
- VIII - promoção da integração instituição de ensino/comunidade;
- IX - legalidade;
- X - impessoalidade;
- XI - moralidade;
- XII - publicidade;
- XIII - eficiência;
- XIV - melhoria da qualidade social da educação pública.

Art. 26. Será nomeada a Comissão Especial de Organização e Avaliação do Processo Seletivo Simplificado - PSS, nomeada através de Portaria expedida pelo(a) Secretária(o) Municipal de Educação, que se responsabilizará pela condução e resultado do processo.

Art. 27. O PSS para o exercício das funções de Equipe Gestora será deflagrado por Edital a ser amplamente divulgado no sítio oficial do Município de Craíbas/AL, bem como em todas as instituições educacionais mantidas pela Rede Pública Municipal de Educação.

Art. 28. São critérios para inscrever-se no Processo Seletivo Simplificado:

- I - ser professor ocupante de cargo de provimento efetivo integrante do quadro permanente de pessoal do Magistério Público Municipal;
- II - possuir curso de licenciatura em pedagogia e/ou especialização em nível de Pós-Graduação Lato Sensu concluída em Gestão Escolar, com carga horária de no mínimo 360h (trezentos e sessenta horas), em Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo MEC;
- III - ter experiência docente ou de gestão na área educacional;
- IV - ter disponibilidade para atendimento à demanda de jornada de trabalho estipulada pela Secretaria Municipal de Educação - SEMED;
- V - não ter sofrido nenhuma penalidade administrativa nos últimos cinco anos;
- VI - não acumular cargos ou funções de maneira a ferir os princípios constitucionais.

Art. 29. O processo Seletivo Simplificado será realizado considerando critérios técnicos de mérito e desempenho mediante as seguintes etapas:

- I - análise de títulos acadêmicos e de experiência profissional;
- II - apresentação do Plano de Ação;
- III - teste de conhecimentos teóricos objetivos;
- IV - teste situacional subjetivo;
- V - entrevistas individuais dirigidas;
- VI - apreciação e validação pelo Conselho Escolar.

§ 1º Finalizado o PSS, deve o mesmo ser encaminhado ao Conselho Municipal de Educação.

§ 2º Os candidatos aprovados no PSS serão nomeados e empossados pelo chefe do executivo para um mandato de dois anos, podendo ser reconduzido por igual período.

§ 3º A equipe Gestora empossada deverá participar das reuniões técnico-administrativas e das formações ofertadas pela Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

Art. 30. Os candidatos convocados dentro das vagas existentes passarão por um curso de aperfeiçoamento das suas potenciais competências identificadas pela comissão organizadora e avaliadora do certame, o qual deverá ter início logo após a publicação do resultado final.

Art. 31. No caso do não preenchimento das vagas no PSS o(a) Secretário(a) Municipal de Educação designará, provisoriamente, servidor efetivo para ocupar a função de Diretor-Geral, Diretor-Adjunto e Coordenador Pedagógico, desde que este preencha os seguintes requisitos:

- I - quantidade insuficiente de candidatos inscritos;
- II - vacância;
- III - na criação de nova instituição educacional;
- IV - atender aos critérios descritos no artigo 28 desta lei.

Parágrafo Único. A vacância se dará por pedido de exoneração, aposentadoria, falecimento ou dispensa motivada da função, assegurado o direito de defesa.

Art. 32. O Diretor Escolar Geral, o Diretor-Adjunto e o Coordenador Pedagógico terão seu desempenho avaliado segundo os critérios e procedimentos regulamentados em norma própria, mediante Decreto, que disporá sobre Avaliação de Desempenho por Competências com foco em resultados organizacionais.

Art. 33. Sem prejuízo da eventual apuração da responsabilidade administrativa, o Diretor-Geral, o Diretor-Adjunto e o Coordenador Pedagógico, poderão ser livremente dispensados das respectivas funções em caso de insuficiência na avaliação de desempenho Individual, de inobservância dos preceitos constantes no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais de Craíbas e demais legislações pertinentes.

Art. 34. O Diretor-Geral, Diretor-Adjunto e o Coordenador Pedagógico responderão civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, conforme disposto em lei.

#### SUBSEÇÃO I

#### DAS COMPETÊNCIAS DA EQUIPE GESTORA

Art. 35. São competências Gerais do Diretor-Geral e do Diretor Adjunto:

- I - a coordenação da organização escolar nas dimensões político-institucional, pedagógica, administrativo-financeira, pessoal e relacional, construindo coletivamente o Projeto Político Pedagógico da instituição educacional e exercendo uma gestão orientada por princípios éticos, com equidade e justiça social;
- II - a configuração da cultura organizacional com a equipe, na perspectiva de um ambiente escolar produtivo, organizado e acolhedor, centrado na excelência do ensino e da aprendizagem;
- III - a segurança no cumprimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes, crianças, jovens e adultos têm direito, bem como o cumprimento da legislação e das normas educacionais;
- IV - a valorização do desenvolvimento profissional de toda a equipe escolar, promovendo, em articulação com o sistema de ensino, formação e apoio com foco nas competências gerais dos docentes, assim como nas competências específicas vinculadas às dimensões do conhecimento, da prática e do engajamento profissional, conforme a BNC- Base Nacional Comum Curricular da Formação Continuada, proporcionando condições de atuação com excelência;
- V - a coordenação da construção e implementação da proposta pedagógica da escola, engajando e corresponsabilizando-se todos os profissionais da instituição por seu sucesso, aplicando conhecimentos teórico-práticos que impulsionem a qualidade da educação e o aprendizado dos estudantes e (re)orientando o trabalho educativo por evidências, obtidas através de processos contínuos de monitoramento e de avaliação;
- VI - a realização da gestão de pessoas e dos recursos materiais e financeiros, garantindo o funcionamento eficiente e eficaz da

organização escolar, identificando e compreendendo problemas, com postura profissional para solucioná-los;

VII - a busca por soluções inovadoras e criativas para aprimorar o funcionamento da escola, criando estratégias e apoios integrados para o trabalho coletivo, compreendendo sua responsabilidade perante os resultados esperados e desenvolvendo o mesmo senso de responsabilidade na equipe escolar;

VIII - a integração da escola com outros contextos, com base no princípio da gestão democrática, incentivando a parceria com as famílias e a comunidade, incluindo equipamentos sociais e outras instituições, mediante comunicação e interação positivas orientadas para a elaboração coletiva do Projeto Político Pedagógico da escola e sua efetivação;

IX - o exercício da empatia, do diálogo e da mediação de conflitos e da cooperação, além de desenvolver na escola ações orientadas para a promoção de um clima de respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem;

X - a ação e incentivo pessoal e coletivo, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, refletidos no ambiente de aprendizagem;

XI - contribuir com o clima escolar propício para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem;

XII - ter proatividade na busca de diferentes soluções para aprimorar os processos de gestão, com espírito inovador, criativo e orientado para resolução de problemas.

Art. 36. São competências gerais do Coordenador Pedagógico:

I - planejar e organizar os processos da gestão pedagógica;

II - acompanhar, monitorar, avaliar e intervir no processo de ensino e aprendizagem, contribuindo com a busca de soluções para os problemas de aprendizagem identificados;

III - comprometer-se com o cumprimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a todos os estudantes;

IV - valorizar o desenvolvimento dos professores, promovendo formação e apoio com foco nas Competências Gerais dos Docentes, assim como nas competências específicas vinculadas às dimensões do conhecimento, da prática e do engajamento profissional, conforme a BNC - Formação Continuada;

V - contribuir com o clima escolar propício para a aprendizagem, realizando monitoramento e avaliação constante do desempenho dos estudantes e engajando a equipe de professores para o compromisso com o projeto pedagógico da escola;

VII - ter proatividade na busca de diferentes soluções para aprimorar a gestão pedagógica, com espírito inovador, criativo e orientado para resolução de problemas.

#### CAPÍTULO IV

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37. Além dos instrumentos normativos mencionados nesta Lei, as instituições de ensino obrigam-se a acatar outras instruções e normas complementares operacionais emitidas pela Secretaria Municipal de Educação de Craíbas, não podendo alegar, sob qualquer pretexto, o desconhecimento destas disposições, para quaisquer fins de direito admitido.

Art. 38. Fica a Secretaria Municipal de Educação responsável pela implementação de políticas que visem o fortalecimento da gestão democrática.

Art. 39. Esta lei poderá ser regulamentada, pelo Poder Executivo, se necessário.

Art. 40 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**TEÓFILO JOSÉ BARROSO PEREIRA**

Prefeito

A presente lei foi registrada, publicada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, ao décimo terceiro dia do mês de setembro de 2022 e posteriormente publicada no Diário da AMA.

**Publicado por:**

Claubenía da Silva Barbosa

**Código Identificador:**7B526376

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DECISÃO DE RECURSO

Com fulcro na Resolução CD/FNDE No 06, de 08 de maio de 2020, alterada pela Resolução No 21, de 16 de novembro de 2021, bem como no Instrumento convocatório da Chamada Pública nº 004/2022, conheço e aprovo o Relatório de Julgamento de Recurso Administrativo que se posiciona pela IMPROCEDÊNCIA dos recursos apresentados pela **COOPERATIVA DE PRODUÇÃO LEITEIRA DE ALAGOAS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 04.811.676/0001-16 e **COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DA REFORMA AGRÁRIA DO AGRESTE ALAGOANO – COOPERMARIABONITA**, inscrita no CNPJ nº 17.994.753/0001-62, sendo retificada a ordem de classificação no sentido atender ao critério de priorização estabelecido no edital e na Resolução CD/FNDE Nº 06, de 08 de maio de 2020, alterada pela Resolução Nº 21, de 16 de novembro de 2021 em conformidade com o art. 25, da Resolução FNDE nº 26/2013.

Demais disso, houve a observância à vinculação do instrumento convocatório, assegurando o cumprimento dos demais princípios concernentes a Chamada Pública, tais como o da legalidade, transparência, igualdade, impessoalidade, publicidade, moralidade, probidade administrativa e julgamento objetivo, que foi o objeto deste recurso.

Registre-se a presente decisão e publiquem-se seus termos para que sejam conhecidos por todos os interessados, em conformidade com o previsto no competente instrumento convocatório, e em seguida, encaminhem-se os autos, à Comissão Permanente de Licitação para providências de praxe.

Craíbas/AL, 14 de setembro de 2022.

**TEÓFILO JOSÉ BARROSO PEREIRA**

Prefeito

**Publicado por:**

Tiago José de Lima

**Código Identificador:**CED19092

### ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 0897/2022

#### GABINETE DO PREFEITO

#### PORTARIA Nº 0897/2022

**A PREFEITA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Nº749/1997,

#### RESOLVE:

CONCEDER, gratificação de estímulo ao (a) servidor (a) **BARBARA GIOVANNA BRITTO**, portador (a) do CPF: 136.112.554-32, no valor de R\$ 888,00(Oitocentos e Oitenta e oito Reais).

Delmiro Gouveia, 14 de setembro de 2022.

**ROSANGELA FREIRE R. DE MENEZES COSTA**

Secretária de Administração e Recursos Humanos

**Publicado por:**

Lucinea Lopes Santos Silva

**Código Identificador:**C98192F9

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO Nº 85/2022, 14 DE SETEMBRO DE 2022.



**DECRETO Nº 85/2022, 14 DE SETEMBRO DE 2022.**

**DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL À RESPEITO DA AVALIAÇÃO DAS COTAS RACIAIS E PCD DO CONCURSO PÚBLICO REALIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA**, estado de Alagoas, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais Diplomas Legais.

**CONSIDERANDO** a necessidade de adotar medidas voltadas a propiciar agilidade e cumprimento do Edital 001/2020, diante do exame e análise da Banca Examinadora do Concurso à respeito da análise dos candidatos que obtiveram a autodeclaração como pretos/pardos e Portadores de Deficiência Física (PCD) indeferidos/deferidos pela banca estando estes regidos pela Lei Federal 12.990, de 09 de junho de 2014.

**CONSIDERANDO** a concorrência às vagas reservadas a candidatos negros, portadores de deficiência, bem como a análise dos requerimentos/recursos, fundada em razões, apresentados em quesitos a apreciação dos tópicos arrolados analisadas pela Comissão Julgadora.

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica homologado o Resultado Final do Concurso Público, concernente ao Edital 001/2020, à vista do relatório apresentado pela Comissão Especial do Concurso para preenchimento de cargos vagos ao quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Delmiro Gouveia, consagrando-se como exatos e definitivos os resultados das listagens do Relatório de Conclusão em anexo sobre Cotas Raciais.

**Art. 2º** Publique-se a classificação definitiva.

**Art. 3º** O Concurso Público tem validade de 02 anos, podendo ser prorrogado por igual período, para atender o interesse público da administração.

**Art. 4º** Expeçam-se os certificados de habilitação a todos os candidatos classificados.

**Art.5º** As despesas com a execução deste decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 6º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Delmiro Gouveia/AL, 14 de SETEMBRO de 2022.

**ELIZIANE FERREIRA COSTA LIMA**

Prefeita do Município de Delmiro Gouveia- AL

**Publicado por:**

Lucinea Lopes Santos Silva

**Código Identificador:**87B9ABC9

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO  
RESULTADO FINAL DO PROCEDIMENTO DE  
HETEROIDENTIFICAÇÃO PARA CANDIDATOS NEGROS  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 17/2022**

**RESULTADO FINAL DO PROCEDIMENTO DE  
HETEROIDENTIFICAÇÃO PARA CANDIDATOS NEGROS  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 17/2022**

INSC.	NOME	RG	CARGO	RESULTADO
970763	IGOR EDUARDO SANTOS DE MELO	36825450 SSP/AL	AGENTE ADMINISTRATIVO (A)	AUSENTE
1114751	JAMYLLE JÉSSICA MOTA BRITO DE MIRANDA	1611435633 SSP	ODONTÓLOGO (A)	AUSENTE
1033353	SANDERLUCIA FERREIRA	31341837 SSP/AL	TÉCNICO (A) EM ENFERMAGEM	DEFERIDO

	CAVALCANTI NORBERTO			
1014338	CAROLA DA SILVA MALTA	32391340 SSP/AL	PROFESSOR (A) DE ATIVIDADES	DEFERIDO

**Publicado por:**

Lucinea Lopes Santos Silva

**Código Identificador:**34DCD000

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO  
RESULTADO FINAL DO PROCEDIMENTO DE VALIDAÇÃO  
DA RESERVA DE VAGAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA  
(PCD) EDITAL DE CONVOCAÇÃO 18/2022**

**RESULTADO FINAL DO PROCEDIMENTO DE VALIDAÇÃO  
DA RESERVA DE VAGAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA  
(PCD)  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 18/2022**

INSC.	NOME	RG	CARGO	RESULTADO
1101770	ALVACI LAURENTINO FARIAS	546763340 SSP	AGENTE ADMINISTRATIVO (A)	DEFERIDO
1019847	JULIANO ALBUQUERQUE SILVA	2055954 SSP	PROFESSOR (A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA	AUSENTE

**Publicado por:**

Lucinea Lopes Santos Silva

**Código Identificador:**3BE9A2CF

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO  
PORTARIA Nº 0896/2022**

**GABINETE DO PREFEITO**

**PORTARIA Nº 0896/2022**

A **PREFEITA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei nº 1.029/2011,

**RESOLVE:**

**CONCEDER, ENQUADRAMENTO NO CARGO DE GUARDA MUN. 3ª CLASSE NV R5**, no Plano de Cargos e Carreiras da Rede Pública Municipal de Delmiro Gouveia-AL, ao servidor **HAILSON MOREIRA BEZERRA**.

Delmiro Gouveia-AL, 14 de setembro de 2022.

**ROSANGELLA FREIRE R. DE MENEZES COSTA**

Secretária de Administração e Recursos Humanos

**Publicado por:**

Lucinea Lopes Santos Silva

**Código Identificador:**25BE5D5A

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO  
PORTARIA Nº 0895/2022**

**GABINETE DO PREFEITO**

**PORTARIA Nº 0895/2022**

A **PREFEITA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei nº 1.029/2011,

**RESOLVE:**

**CONCEDER, ENQUADRAMENTO NO CARGO DE GUARDA MUN. 3ª CLASSE NIII R5**, no Plano de Cargos e Carreiras da Rede Pública Municipal de Delmiro Gouveia-AL, ao servidor **LUCIANO CORREIA DA SILVA**.

Delmiro Gouveia-AL, 14 de setembro de 2022.

**ROSANGELLA FREIRE R. DE MENEZES COSTA**

Secretária de Administração e Recursos Humanos

**Publicado por:**  
Lucinea Lopes Santos Silva  
**Código Identificador:**CD29A0B2

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO**  
**PORTARIA Nº 0898/2022**

**GABINETE DO PREFEITO**

**PORTARIA Nº 0898/2022**

A **PREFEITA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Nº1.029/2011,

**RESOLVE:**

CONCEDER, a **MARIA NELMA DE ARAÚJO GOMES**, inscrita no CPF sob o nº 029.###.###-44, Incorporação de Gratificação ao salário de 5/5 (cinco quintos) do valor remuneratório de gratificação por direção, através do Processo Administrativo nº 08030009/2022.

Delmiro Gouveia, 14 de setembro de 2022.

**ROSANGELLA FREIRE R. DE MENEZES COSTA**  
Secretária de Administração e Recursos Humanos

**Publicado por:**  
Lucinea Lopes Santos Silva  
**Código Identificador:**340E458F

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO**  
**PORTARIA Nº 0894/2022**

**GABINETE DO PREFEITO**

**PORTARIA Nº 0894/2022**

A **PREFEITA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei nº 1.029/2011,

**RESOLVE:**

CONCEDER, **ENQUADRAMENTO NO CARGO DE GUARDA MUN. 2ª CLASSE NV R5, acumulado a curso de aperfeiçoamento de 180h**, no Plano de Cargos e Carreiras da Rede Pública Municipal de Delmiro Gouveia-AL, ao servidor **TIAGO LOPES SILVA**.

Delmiro Gouveia-AL, 14 de setembro de 2022.

**ROSANGELLA FREIRE R. DE MENEZES COSTA**  
Secretária de Administração e Recursos Humanos

**Publicado por:**  
Lucinea Lopes Santos Silva  
**Código Identificador:**870A9340

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO**  
**PORTARIA Nº 0899/2022**

**GABINETE DO PREFEITO**

**PORTARIA Nº 0899/2022**

A **PREFEITA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Nº1.029/2011,

**RESOLVE:**

CONCEDER, a **JOSE CARLOS DE SOUZA SILVA**, inscrito no CPF sob o nº 050.###.###-00, Incorporação de Gratificação ao salário de 1/5 (um quinto) do valor remuneratório de gratificação por direção, através do Processo Administrativo nº 07110022/2022.

Delmiro Gouveia, 14 de setembro de 2022.

**ROSANGELLA FREIRE R. DE MENEZES COSTA**  
Secretária de Administração e Recursos Humanos

**Publicado por:**  
Lucinea Lopes Santos Silva  
**Código Identificador:**4AA001F5

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO**  
**PORTARIA Nº 0900/2022**

**GABINETE DO PREFEITO**

**PORTARIA Nº 0900/2022**

A **Prefeita do Município de DELMIRO GOUVEIA, ALAGOAS**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela lei nº 860/2005, alterada pela Lei nº 1.061/2012.

**RESOLVE:**

**EXONERAR, ANDRESSA SILVA SANTOS**, portador (a) do CPF: 106.814.534-00, do cargo de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO CC-07 da Secretaria de Administração e Recursos Humanos**, do quadro de cargos de provimento em comissão do Município de Delmiro Gouveia.

Delmiro Gouveia, 14 de setembro de 2022.

**ROSANGELLA FREIRE R. DE MENEZES COSTA**  
Secretária de Administração e Recursos Humanos

**Publicado por:**  
Lucinea Lopes Santos Silva  
**Código Identificador:**47C7A7C1

**SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE**  
**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

**GABINETE DA PREFEITA**

Processo Administrativo nº 09080043/2022

Inexigibilidade nº 35/2022

**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

A **PREFEITA DO MUNICIPIO DE DELMIRO GOUVEIA/AL**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista que o Processo Administrativo em epígrafe, encontra-se regularmente instituído na forma da Lei nº. 8.666/93 e o quanto exposto nas manifestações jurídicas e contábeis, bem como da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes no referido processo, **RATIFICA** a mencionada declaração de inexigibilidade para Contratação de empresa especializada em realização de Show artístico com Banda Musical para apresentação no dia 18/09/2022, durante a realização da 27ª Missa de Vaqueiro no Distrito de Barragem Leste - zona rural deste município, para atender a Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes, através de seu representante legal para prestação dos serviços, através da empresa **JACKSON ALEXANDRE COSTA CAVALCANTE -ME, CNPJ Nº 23.493.546/0001-27, com sede à Logradouro TV Belém nº 30, Bairro Tropical, Paulo Afonso/BA, CEP: 48.605-772, representada pelo Senhor, Jackson Alexandre Costa Cavalcante, portador da Carteira de Identidade nº0685327418 SSP/BA, CPF: 966.347.905-15, com fundamento no art. 25, III da Lei Federal nº 8.666/93, para que produza dos seus jurídicos e legais efeitos.**

O valor total do contrato é de **R\$ 3.000,00 (três mil reais)**.

O pagamento será efetuado pela Contratante, de forma única, através de depósito bancário em conta corrente fornecida pela contratada, logo após a realização do serviço, mediante a apresentação nota fiscal, recibo e certidões necessárias, devidamente analisadas e atestadas pelo servidor designado pela Contratante, contado da data de atesto da nota fiscal, e atesto do Fiscal do contrato, **Silvio José dos Santos CPF: nº 033.478.724-60.**

Voltem os presentes autos para o Setor de Contratos para lavratura e registro do Contrato de Prestação de Serviços pertinente.

Publique-se na forma da lei.

Delmiro Gouveia/AL, 14 de setembro de 2022.

**ROSANGELLA FREIRE ROCHA DE MENEZES COSTA**

Secretária de Adm. e Recursos Humanos

Decreto nº 01/2021 de 04/01/2021

**Publicado por:**

Ivone Godoi Leite

**Código Identificador:**FD4D214B

**SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE**  
**EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 32/2022

INEXIGIBILIDADE Nº 35/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09080043/2022

OBJETO: Contratação de empresa especializada em realização de Show artístico com Banda Musical para apresentação no dia 18/09/2022, durante a realização da 27ª Missa de Vaqueiro no Distrito de Barragem Leste - zona rural deste município.

CONTRATANTE: Município de Delmiro Gouveia.

CONTRATADA: JACKSON ALEXANDRE COSTA CAVALCANTE - ME

CNPJ sob nº 23.493.546/0001-27

Valor: R\$ 3.000,00 (três mil reais).

VIGÊNCIA: 45 (quarenta e cinco) dias.

**Publicado por:**

Ivone Godoi Leite

**Código Identificador:**CBEE1603

**SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE**  
**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

**GABINETE DA PREFEITA**

Processo Administrativo nº 09080059/2022

Inexigibilidade nº 36/2022

**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

A PREFEITA DO MUNICIPIO DE DELMIRO GOUVEIA/AL, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista que o Processo Administrativo em epigrafe, encontra-se regularmente instituído na forma da Lei nº. 8.666/93 e o quanto exposto nas manifestações jurídicas e contábeis, bem como da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes no referido processo, RATIFICA a mencionada declaração de inexigibilidade para Contratação de empresa especializada em realização de Show artístico com Banda Musical para apresentação no dia 17/09/2022, durante a realização da Festa de Nossa Senhora Aparecida – Padroeira do Povoado Turco - zona rural deste município, para atender a Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes, através de seu representante legal para prestação dos serviços, através da empresa **JACKSON ALEXANDRE COSTA CAVALCANTE -ME, CNPJ Nº 23.493.546/0001-27, com sede à Logradouro TV Belém nº 30, Bairro Tropical, Paulo Afonso/BA, CEP: 48.605-772, representada pelo Senhor, Jackson Alexandre Costa Cavalcante, portador da Carteira de Identidade nº0685327418 SSP/BA, CPF: 966.347.905-15, com fundamento no art. 25, III da Lei Federal nº 8.666/93, para que produza dos seus jurídicos e legais efeitos.**

O valor total do contrato é de **R\$ 3.000,00 (três mil reais).**

O pagamento será efetuado pela Contratante, de forma única, através de depósito bancário em conta corrente fornecida pela contratada, logo após a realização do serviço, mediante a apresentação nota fiscal, recibo e certidões necessárias, devidamente analisadas e atestadas pelo servidor designado pela Contratante, contado da data de atesto da nota fiscal, e atesto do Fiscal do contrato, Silvio José dos Santos CPF: nº 033.478.724-60.

Voltem os presentes autos para o Setor de Contratos para lavratura e registro do Contrato de Prestação de Serviços pertinente.

Publique-se na forma da lei.

Delmiro Gouveia/AL, 14 de setembro de 2022.

**ROSANGELLA FREIRE ROCHA DE MENEZES COSTA**

Secretária de Adm. e Recursos Humanos

Decreto nº 01/2021 de 04/01/2021

**Publicado por:**

Ivone Godoi Leite

**Código Identificador:**55DF0BAE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE**  
**EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 33/2022

INEXIGIBILIDADE Nº 36/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09080059/2022

OBJETO: Contratação de empresa especializada em realização de Show artístico com Banda Musical para apresentação no dia 17/09/2022, durante a realização da Festa de Nossa Senhora Aparecida – Padroeira do Povoado Turco - zona rural deste município.

CONTRATANTE: Município de Delmiro Gouveia.

CONTRATADA: JACKSON ALEXANDRE COSTA CAVALCANTE - ME

CNPJ sob nº 23.493.546/0001-27

Valor: R\$ 3.000,00 (três mil reais).

VIGÊNCIA: 45 (quarenta e cinco) dias.

**Publicado por:**

Ivone Godoi Leite

**Código Identificador:**B744299E

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DE ALAGOAS**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO**

A Prefeitura de Estrela de Alagoas, com sede na Praça Luiz Duarte, nº 110, Centro, informa aos interessados que estará realizando licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 014/2022-SRP** - Tipo: Menor Preço por Item. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de combustíveis e óleo lubrificante. Data/Horário: 29 de setembro de 2022, às 13:00hs (horário de Brasília). O Edital e seus Anexos encontram-se à disposição dos interessados no site <http://bnc.org.br/>, a partir das 14:00hs. Demais informações pelo fone (82) 99315-8520.

Estrela de alagoas/AL, 14 de setembro de 2022.

**ALAN ARAUJO DA SILVA**

Pregoeiro

**Publicado por:**

Arnaldo de Araujo Alecio

**Código Identificador:**20398EF6

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**AVISO 008/2022 DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Nos termos do art. 75, §3º, da Lei nº 14.133/2021, o Município de Estrela de Alagoas/AL informa que pretende contratar empresa para Aquisição de fogos de artifício, convidando as empresas interessadas a apresentarem proposta, no prazo de 03 (três) dias úteis. Quaisquer esclarecimentos, deverão ser solicitados através do e-mail: [estreladealagoas.licitacoes@gmail.com](mailto:estreladealagoas.licitacoes@gmail.com). O envio da Proposta, favor realizar através do mesmo endereço eletrônico.

Estrela de Alagoas/AL, 14 de setembro de 2022.



**ALDO LIRA DE JESUS**

Prefeito de Estrela de Alagoas/AL

**Publicado por:**

Arnaldo de Araujo Alecio

**Código Identificador:**457310E5**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLEXEIRAS****SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E  
CONTROLE  
AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇO****OBJETO:** MATERIAIS ESPORTIVOS PARA PREMIAÇÕES.**PROCESSO:** 0908.0004.057/2022**INTERESSADO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Maiores informações na Coordenadoria de Compras situada na rua Coronel Alcantara, S/N, Centro, Flexeiras/AL, através do e-mail compras@flexeiras.al.gov.br, ou telefone (82) 98894-7663.

Prazo para recebimento de propostas no máximo 03 (três) dias úteis a partir desta publicação.

**Publicado por:**

Gabrielle Barbosa da Rocha Lins

**Código Identificador:**6FC5956A**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE INHAPI****PREFEITURA MUNICIPAL DE INHAPI  
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

O Prefeito da cidade Inhapi/AL, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, considerando os procedimentos adotados e tendo em vista o parecer conclusivo da PGM – Procuradoria Geral do Município, e ainda, para que se produzam os devidos e legais efeitos, RESOLVE HOMOLOGAR o resultado do Pregão Eletrônico INHAPI SRP Nº 019/2022, oriundo do processo administrativo 1965/2022, publicado no DOM no dia 14 de setembro de 2022, em favor da empresa IMPACTO MULTISERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 39.832.146/0001-39, que apresentou proposta mais vantajosa para o lote 01 no valor global R\$ 481.867,73 (quatrocentos e oitenta e um mil oitocentos e sessenta e sete reais e setenta e três centavos), para o lote 02 no valor global R\$ 54.507,64 (cinquenta e quatro mil quinhentos e sete reais e sessenta e quatro centavos), para o lote 03 no valor global R\$ 82.479,60 (oitenta e dois mil quatrocentos e setenta e nove reais e sessenta centavos), para o lote 04 no valor global R\$ 9.164,40 (nove mil cento e sessenta e quatro reais e quarenta e centavos), para o lote 05 no valor global R\$ 1.031.394,70 (um milhão trinta e um mil trezentos e noventa e quatro reais setenta centavos), para o lote 06 no valor global R\$ 112.660,80 (cento e doze mil seiscentos e sessenta reais e oitenta centavos), para o lote 09 no valor global R\$ 121.039,80 (cento e vinte e um mil trinta e nove reais e oitenta centavos), para o lote 11 no valor global R\$ 70.177,00 (setenta mil cento e setenta e sete reais), para o lote 12 no valor global R\$ 8.346,00 (oito mil trezentos e quarenta e seis reais), para o lote 13 no valor global R\$ 8.344,00 (oito mil trezentos e quarenta e quatro reais), para o lote 14 no valor global R\$ 143.313,80 (cento e quarenta e três mil trezentos e treze reais e oitenta centavos), para o lote 15 no valor global R\$ 15.862,70 (quinze mil oitocentos e sessenta e dois reais e setenta centavos); em favor da empresa S&C COMERCIO DE UTILIDADES EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n.º 19.394.342/0001-61, que apresentou proposta mais vantajosa para o lote 07 no valor global R\$ 68.967,90 (sessenta e oito mil novecentos e sessenta e sete reais e noventa centavos), para o lote 08 no valor global R\$ 7.684,70 (sete mil seiscentos e oitenta e quatro reais e setenta centavos) e para o lote 10 no valor global R\$ 14.917,80 (quatorze mil novecentos e dezessete reais e oitenta centavos).

**VALOR TOTAL ADJUDICADO NA LICITAÇÃO** R\$ 2.230.728,57 (dois milhões duzentos e trinta reais setecentos e vinte e oito mil e cinquenta e sete centavos).

PUBLIQUE-SE.

Inhapi/AL, 14 de setembro de 2022.

**LUIZ CELSO MALTA BRANDÃO FILHO**

Prefeito

**Publicado por:**

Jesse Rocha da Silva

**Código Identificador:**A97149AA**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DO CONTRATO INHAPI Nº 050-2022****Processo:** Nº. 02239/2022**Inexigibilidade de licitação nº 14-2022****Contratante:** Município de Inhapi/AL**Contratado:** NOVA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA – ME**CNPJ nº** 19.079.444/0001-92**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE SHOWS ARTÍSTICOS**Vigência:** 31 de dezembro do corrente ano**Valor Global:** R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).**Signatários:** LUIZ CELSO MALTA BRANDÃO FILHO e CÍCERO DIOGO TENÓRIO LOPES**Celebrado:** em 08/09/2022**\*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO****Publicado por:**

Jose Flavio Lisboa da Silva

**Código Identificador:**238F65C4**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARATINGA****GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 024/2022, DE 09 DE SETEMBRO DE 2022.**

“REGULAMENTA FERIADO NO MUNICÍPIO DE JAPARATINGA/AL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAPARATINGA, ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 43, inciso XII, da Lei Orgânica do Município, reza que compete privativamente ao Prefeito dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal, na forma da Lei;

**DECRETA:**

**Art. 1º** Feriado no Município de Japaratinga Alagoas no dia 15 de Setembro de 2022, em razão da comemoração do dia Nossa Senhora das Dores Co padroeira do Município de Japaratinga-Al.

**Art. 2º.** Feriado Estadual do dia 16 de Setembro ocasião que se comemora a Emancipação Política do Estado de Alagoas.

**Art. 3º.** Não haverá nestas datas interrupção na prestação dos serviços públicos essenciais, assim considerados por sua natureza e urgência tais como: saúde, limpeza, serviços funerários/cemitérios e congêneres.

**Art. 4º.** Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

**\*Retificação.**

Gabinete do Prefeito de Japaratinga/AL, 09 de Setembro de 2022.

**JOSÉ SEVERINO DA SILVA**

Prefeito

**Publicado por:**

Isadora Moreno de Oliveira

**Código Identificador:**F7906F0D**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAMATAIA**

**GABINETE DO PREFEITO**  
**DECRETO Nº 05/2022 DE 12 DE SETEMBRO DE 2022**

**DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JARAMATAIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Jaramataia, Estado de Alagoas, no uso das suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município:

**DECRETA:**

**TÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Fica instituída a Gestão Democrática na Rede Municipal de Ensino do Município de Jaramataia, Alagoas, prevista na Constituição Federal de 1988, art. 206, inciso VI, Lei nº 9.394/1996, art. 3º, inciso VIII e arts. 14 e 15, Lei nº 13.005/2014, Lei nº 14.113/2020, e dá outras providências.

Art. 2º Para fins desta Lei, considera-se:

I - Unidade Educacional: instituição de ensino criada e mantida pelo Poder Público, onde são atendidos (as) educandos (as) nas etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental e nas modalidades de Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial da Educação Básica;

II - Comunidade Escolar: coletividade composta por educandos, pais ou responsáveis, profissionais da educação escolar e servidores escolares não-docentes, corresponsáveis pela conquista dos objetivos escolares;

III - Conselho Escolar: órgão colegiado de natureza pública, formado por representantes da comunidade escolar, cuja principal finalidade é participar da gestão escolar, assegurando a regularidade, a transparência e a efetividade dos atos praticados;

IV - Associação de Pais e Professores (APP): associação civil de natureza privada, sem fins lucrativos, de participação voluntária, com o principal objetivo de promover a integração entre unidades educacionais e sociedade em geral, colaborando com a unidade educacional de forma complementar ou auxiliar aos atos e procedimentos praticados na gestão escolar;

V - Grêmios Estudantis: grupo de educandos (as) de uma unidade educacional de Ensino Fundamental, reunidos sob a tutela de um ou mais profissionais dessa unidade, com os objetivos de estimular a participação deles (as) nas atividades escolares culturais, desportivas e sociais, sugerir atitudes que auxiliem o processo de ensino-aprendizagem e contribuir para o desenvolvimento do protagonismo juvenil.

**TÍTULO II**  
**DOS PRINCÍPIOS E FINALIDADES**

Art. 3º A Gestão Democrática do Ensino Público Municipal é compreendida como a tomada de decisão conjunta quanto ao planejamento, organização, execução, acompanhamento e avaliação das questões administrativas, pedagógicas e financeiras, envolvendo a participação da comunidade escolar, e será exercida na forma da lei, obedecendo aos seguintes princípios:

I - participação da comunidade escolar na definição e implementação de decisões pedagógicas, administrativas e financeiras, por meio de órgãos colegiados e reuniões pedagógicas;

II - transparência e ética nos procedimentos pedagógicos, administrativos e financeiros;

III - respeito à pluralidade e à diversidade nas unidades educacionais;

IV - autonomia das unidades educacionais, nos termos da legislação;

V - criação de ambiente seguro e propício ao aprendizado, à construção do conhecimento e à disseminação da cultura;

VI - valorização do profissional da educação;

VII - eficiência no uso dos recursos materiais e financeiros;

VIII - liberdade de organização dos segmentos da comunidade escolar;

IX - compromisso com o cumprimento das metas e estratégias estabelecidas;

X - a equidade nos critérios de investimento de recursos públicos, segundo as condições de funcionamento e quantidade de matrículas nas unidades educacionais.

Parágrafo único. A educação de qualidade como um direito fundamental, deve garantir a possibilidade de atender às necessidades e às características dos educandos com diferentes capacidades e interesses, assegurando a todos a igualdade de direito ao aprendizado.

Art. 4º A Gestão Democrática tem por finalidade priorizar a qualidade educacional e promover a transparência dos processos pedagógico e administrativo, bem como a eficácia no uso dos recursos, conforme:

I - gestão descentralizada com autonomia para as unidades educacionais elaborarem e implementarem seus projetos pedagógicos, políticos e administrativos, respeitando a legislação vigente;

II - gestão participativa que garanta a presença de todos os segmentos nos processos de elaboração das políticas das unidades educacionais e em suas instâncias decisórias, bem como de estratégias de acompanhamento das ações a serem implementadas;

III - gestão de responsabilidade com definição clara de competências e efetiva implementação de prestação de contas respeitando a legislação vigente;

IV - gestão de resultados com processos definidos de acompanhamento e avaliação permanentes;

V - gestão com foco voltado para a qualidade de ensino.

**TÍTULO III**  
**DA ORGANIZAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL**

Art. 5º A organização político pedagógica administrativa no âmbito das unidades educacionais do Município de Jaramataia será composta pela seguinte estrutura:

I - Instâncias Colegiadas da Gestão das Unidades Educacionais Municipais:

a) Conselho Escolar;

b) APP;

c) Conselho de Classe;

d) Grêmios Estudantis.

II - Núcleo Gestor das Unidades Educacionais Municipais:

a) Diretor;

b) Vice-diretor.

**CAPÍTULO I**  
**DAS INSTÂNCIAS COLEGIADAS DA GESTÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS MUNICIPAIS**

**SEÇÃO I**  
**DO CONSELHO ESCOLAR**

Art. 6º As unidades educacionais do Município de Jaramataia devem organizar, estimular, apoiar a criação e o fortalecimento dos Conselhos Escolares, na sua estrutura e organização, pois são órgãos essenciais para gestão democrática de natureza consultiva, fiscalizadora, mobilizadora, deliberativa e representativa da comunidade.

**SEÇÃO II**  
**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES (APP)**

Art. 7º A Associação de Pais e Professores (APP) possui caráter educativo, cultural, desportivo e assistencial, sem fins lucrativos, vinculada às unidades educacionais e regida por estatuto próprio aprovado em assembleia, de acordo com a legislação vigente.

**SEÇÃO III**  
**DO CONSELHO DE CLASSE**

Art. 8º O Conselho de Classe é o órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos pedagógicos, tendo por objetivos principais avaliar o desempenho do educando e do processo de ensino-aprendizagem como um todo, tendo a participação dos profissionais da educação escolar, dos profissionais de apoio e dos educandos.

§ 1º É obrigatório o comparecimento dos professores e da direção às reuniões do Conselho de Classe, sendo que os faltosos serão passíveis de penalidades, quando não apresentarem justificativa.

§ 2º O Conselho de Classe será realizado em bimestre, durante o ano letivo, a ser definido pela direção da unidade educacional.

§ 3º Será feita a consulta prévia aos educandos pelo professor regente ou assistente técnico pedagógico da unidade educacional, a ser apresentada na reunião do Conselho de Classe, de acordo com os critérios definidos.

§ 4º As reuniões do Conselho de Classe deverão ser registradas em ata a ser assinadas pelos presentes.

#### **SEÇÃO IV DOS GRÊMIOS ESTUDANTIS**

Art. 9º As unidades educacionais do Município de Jaramataia, que atendem o Ensino Fundamental, devem estimular e apoiar a criação e o fortalecimento de grêmios estudantis, como forma de desenvolvimento da cidadania e da autonomia dos educandos.

Parágrafo único. A organização e o funcionamento dos grêmios estudantis serão estabelecidos em regimento próprio, de acordo com a orientação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 10 O Conselho Escolar, a Associação de Pais e Professores e o Grêmio Estudantil das unidades educacionais do Município de Jaramataia deverão participar dos eventos educacionais organizados no âmbito municipal para debater e acompanhar a política educacional municipal, resultante da implementação do Plano Municipal de Educação de Jaramataia.

#### **CAPÍTULO II DO NÚCLEO GESTOR DAS UNIDADES EDUCACIONAIS MUNICIPAIS**

Art. 11 O núcleo gestor é o órgão executor e orientador da Unidade Educacional e será composto por diretor(a) e vice-diretor(a).

Parágrafo único. Os dirigentes educacionais indicados no *caput* deste artigo deverão atuar de forma conjunta e permanente com as instâncias colegiadas da unidade educacional como meio de garantir o cumprimento das metas e estratégias definidas pelo plano de gestão com maior eficácia e excelência.

Art. 12 O número de vice-diretores das unidades educacionais será regulamentado por meio de ato normativo do poder executivo municipal.

Art. 13 O candidato eleito a diretor e vice-diretor que possuir carga horária inferior a 40 (quarenta) horas semanais na rede municipal de ensino fará jus a remuneração referente à complementação de carga horária.

#### **SEÇÃO I DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO GESTOR**

Art. 14 O diretor e o vice-diretor terão as seguintes atribuições e responsabilidades:

I - orientar e acompanhar direta ou indiretamente todas as atividades de natureza pedagógica, administrativa, financeira e disciplinar;

II - elaborar e apresentar Plano de Gestão de acordo com as normas do Projeto Político Pedagógico - PPP, do Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE e demais orientações definidas;

III - elaborar o Plano de Aplicação dos Recursos Financeiros da unidade educacional, em colaboração com o Conselho Escolar, apresentando-o à supervisão da Secretaria Municipal de Educação;

IV - elaborar e submeter a prestação de contas da aplicação dos recursos financeiros recebidos ao Conselho Escolar, para apreciação e parecer, encaminhando-a, posteriormente, à Secretaria Municipal de Educação;

V - divulgar para a comunidade escolar a movimentação financeira trimestral da unidade educacional;

VI - representar a instituição, quando se fizer necessário, ou delegar poderes de representação a quem de direito;

VII - articular e participar, em consonância com o Conselho Escolar, a elaboração, a execução e a avaliação do Projeto Político Pedagógico (PPP), do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), do Regimento Escolar e do Plano de Gestão Escolar, observando as Políticas

Públicas do Ministério da Educação e Cultura, da Secretaria Municipal de Educação e outros processos de planejamento;

VIII - construir, juntamente ao Conselho Escolar, diretrizes, objetivos, estratégias e metas a serem alcançados pela unidade educacional;

IX - agir com firmeza, habilidade e presteza a fim de evitar quaisquer problemas que venham perturbar o processo de ensino, aprendizagem e a ordem disciplinar;

X - cumprir, fazer cumprir e divulgar o regimento escolar, a legislação vigente;

XI - ouvir a comunidade escolar em relação às prioridades da escola e encaminhar ao Conselho Escolar para aplicação dos recursos financeiros, tomando como base os planos em desenvolvimento na unidade educacional;

XII - acompanhar os procedimentos acerca dos gêneros alimentícios destinados à merenda escolar, conforme cardápio pré-estabelecido, bem como observar sua organização e armazenamento, garantindo o preparo e sua distribuição aos alunos;

XIII - implementar e executar as decisões tomadas pelo Conselho Escolar quanto aos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros;

XIV - coordenar o processo de matrícula, a distribuição de carga horária, turmas e turnos de funcionamento e garantir o efetivo cumprimento do calendário escolar;

XV - organizar a escola, a escala de férias e os profissionais de apoio, de forma que a instituição fique aberta ao público, durante todo o ano;

XVI - prestar informações pertinentes ao trabalho desenvolvido pela unidade educacional, quando solicitado, respeitando os prazos determinados, mantendo cópia dos mesmos em seus arquivos;

XVII - participar de palestras, seminários, congressos, encontros pedagógicos, formações, cursos e outros eventos da área educacional e correlatos;

XVIII - estimular a participação do corpo docente, apoio pedagógico e técnico administrativo em cursos de aperfeiçoamento e formação continuada dos profissionais da unidade educacional;

XIX - garantir a organização e atualização do acervo (leis, decretos, portarias, comunicados e outros), bem como a sua ampla divulgação e acesso à comunidade escolar;

XX - assinar todos os documentos relativos à vida escolar dos alunos, expedidos pela unidade educacional, cuidando para que estejam atualizados ao final de cada ano letivo;

XXI - providenciar para que a circulação de toda informação de interesse da instituição se dê amplamente dentro da unidade educacional e no âmbito do Conselho Escolar;

XXII - articular juntamente ao Conselho Escolar parcerias com instituições públicas e privadas, bem como a comunidade em geral, o desenvolvimento de ações educacionais, fortalecendo os vínculos entre escola e comunidade;

XXIII - zelar para que os bens patrimoniais e a estrutura física da unidade educacional sejam conservados e preservados, mantendo atualizado seu tombamento;

XXIV - apresentar, anualmente, à Secretaria Municipal de Educação e à comunidade escolar, a avaliação das metas estabelecidas no PPP, PDE e no Plano de Gestão Escolar;

XXV - contribuir para a efetivação da Gestão Democrática da Educação, fortalecendo os instrumentos mediadores dessa política, com ênfase nos organismos colegiados (Conselhos Escolares e Grêmios Estudantis), em todos os níveis da Rede Pública de Ensino;

XXVI - dar conhecimento à comunidade escolar das diretrizes e normas emanadas dos órgãos educacionais;

XXVII - resolver com o Conselho Escolar as situações omissas, levando as de natureza grave à apreciação do órgão competente da Secretaria Municipal de Educação, exercendo com zelo as atribuições inerentes à sua função.

#### **TÍTULO IV DO PLANO DE GESTÃO ESCOLAR**

Art. 15 O Plano de Gestão Escolar definirá metas, objetivos e ações que evidenciem o compromisso do município em garantir o acesso, a permanência e a inclusão dos estudantes na Rede Municipal de Ensino, bem como o percurso formativo destes com ênfase na aprendizagem e na perspectiva de formação integral.

§ 1º O Plano de Gestão Escolar abrangerá um período de 2 (dois) anos.



§ 2º A SEMED definirá, por meio de ato normativo, anteriormente a cada processo de escolha, as dimensões e os elementos mínimos obrigatórios para a elaboração do Plano de Gestão Escolar.

§ 3º Deverá o Plano de Gestão Escolar ser elaborado com base no PPP de cada Unidade Educacional, Diretrizes Curriculares Nacionais e Municipais, bem como na legislação vigente.

## **CAPÍTULO I DO PROCESSO DE ESCOLHA DO PLANO DE GESTÃO ESCOLAR, DO DIRETOR ESCOLAR E DO VICE-DIRETOR ESCOLAR**

Art. 16 O Diretor Escolar de cada Unidade Educacional, aprovado em processo seletivo a ser realizado pela Secretaria Municipal de Educação a cada 02 (dois) anos, será nomeado e exonerado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. Em caso de exoneração ou vacância do cargo de Diretor antes do período para nova seleção, poderá o Chefe do Poder Executivo nomear substituto para o período remanescente, desde que possua qualificação para função, e apresente plano de gestão.

Art. 17 O processo de seleção dos candidatos a diretores das Unidades de Ensino da Rede Municipal de Jaramataia tem por objetivo a aferição da competência técnico-pedagógica dos candidatos e contará com a participação da comunidade escolar.

Art. 18 O candidato aprovado em 1º (primeiro) lugar pela Comissão Local de Escolha será nomeado pelo Chefe do Executivo para a função de Diretor Escolar, que assumirá na data estipulada pela Secretaria Municipal de Educação, considerando o calendário letivo em vigência.

Parágrafo único. Na ausência de candidatos, o Chefe do Poder Executivo indicará o profissional para exercer a função de Diretor Escolar, por meio de análise de currículo com qualificação correspondente, e apresente plano de gestão.

Art. 19 O Diretor assinará um termo de compromisso responsabilizando-se a exercer, com zelo, as atribuições específicas da função e responsabilizando-se, principalmente:

I - pela aprendizagem dos estudantes;

II - pelo cumprimento de, no mínimo, 200 (duzentos) dias letivos e 800 (oitocentas) horas anuais;

III - pelo cumprimento das diretrizes emanadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 20 O servidor poderá ser dispensado da função de Diretor Escolar, por ato discricionário do Chefe do Executivo, quando demonstrar:

I - insuficiência de desempenho, constatada por meio da avaliação anual realizada pela Secretaria Municipal de Educação, a ser regulamentada;

II - infração aos princípios da Administração Pública ou quaisquer obrigações legais decorrentes do exercício de sua função pública;

III - descumprimento do termo de compromisso por ele assinado.

Art. 21 Após transcorridos os 02 (dois) anos de gestão, o Diretor Escolar poderá participar de, apenas, 1 (um) processo seletivo consecutivo, no qual deverá apresentar o plano de gestão para os próximos 02 (dois) anos e cumprir todas as exigências previstas nesta lei.

Art. 22 O Vice-Diretor será submetido aos mesmos requisitos, critérios e etapas previstos para o Diretor que deverão compor o processo de inscrição em chapa conjunta, sempre que prevista a função de vice-diretor para a respectiva unidade educacional.

Parágrafo único. Caberá ao poder executivo municipal, por meio de ato próprio, dispor sobre as unidades educacionais em que será exigida função de Vice-Diretor.

Art. 23 São etapas do processo de escolha do Plano de Gestão Escolar:

I - inscrição do(s) proponente(s) com a apresentação da(s) proposta(s) do(s) Plano(s) de Gestão Escolar junto à Comissão Local de Escolha;

II - validação da inscrição do(s) proponente(s) pela Comissão Geral de Escolha;

III - interposição e análise de recurso quanto ao indeferimento da inscrição;

IV - entrevista e defesa do plano de gestão perante a Comissão Local de Escolha;

V - aprovação da(s) proposta(s) do(s) Plano(s) de Gestão Escolar pela Comissão Local de Escolha;

VI - homologação pelo Chefe do Poder Executivo do Plano de Gestão Escolar melhor classificado no processo seletivo e posterior publicação no portal eletrônico do Município de Jaramataia.

Parágrafo único. A SEMED publicará ato normativo no Diário Oficial com as diretrizes concernentes à condução do processo de escolha do PGE, anteriormente ao período em que inicia a inscrição.

Art. 24 O processo de escolha do Plano de Gestão Escolar será coordenado pelas comissões a seguir relacionadas, com a devida composição e atribuições:

I - Comissão Geral de Escolha: composta por membros designados pelo Secretário Municipal de Educação, com a atribuição de:

a) coordenar todo o processo de escolha da Rede Municipal de Ensino de Jaramataia;

b) apoiar as Comissões Locais em todas as etapas do processo;

c) decidir acerca das homologações e eventuais impugnações das inscrições;

d) decidir os recursos, em segundo grau, das denúncias durante o processo.

II - Comissão Local de Escolha: composta por 03 (três) representantes de servidores efetivos, 2 (dois) representantes de pais/responsáveis, 2 (dois) representantes dos estudantes da Educação Fundamental e 2 (dois) representantes de estudantes da Educação de Jovens e Adultos - EJA, quando for o caso, com atribuição de:

a) coordenar todo o processo na Unidade Educacional;

b) avaliar o candidato quanto ao domínio da Língua Portuguesa, do conhecimento de fundamentos de gestão escolar, da legislação da Educação Básica, dos documentos que regem a educação municipal e da defesa do Plano de Gestão;

c) receber e decidir, em primeiro grau, denúncias durante o processo;

d) comunicar, por escrito, à Comissão Geral, eventuais irregularidades.

## **CAPÍTULO II DA INSCRIÇÃO DO PROPONENTE**

Art. 25 Os profissionais da educação interessados em elaborar o Plano de Gestão Escolar, com vistas a ocupar a função de Diretor de Unidade Educacional, deverão preencher os seguintes requisitos:

I - ser professor ocupante de cargo de provimento efetivo do Magistério;

II - possuir habilitação em Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia, ou outra licenciatura e ter concluído Especialização (lato sensu) em Gestão Escolar, Coordenação Pedagógica, Inspeção Escolar, Planejamento Escolar ou Administração Escolar;

III - ter atuado durante 03 (três) anos letivos completos na Rede Municipal de Ensino de Jaramataia até a data da inscrição;

IV - estar atuando por, no mínimo, 6 (seis) meses consecutivos na Unidade Educacional em que inscrever sua proposta de Plano de Gestão Escolar, até a data da inscrição;

V - concluir o curso para Gestão Escolar oferecido pela SEMED no ano do processo de escolha;

VI - ter disponibilidade de trabalho durante 8 (oito) horas diárias, de acordo com o horário de funcionamento da Unidade de Ensino;

VII - ser pessoa idônea, sem antecedentes criminais, comprovada por meio de Certidão Cível e Criminal (no âmbito estadual e federal), Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e regularidade no SPC/Serasa;

VIII - apresentar proposta de trabalho dentro da realidade local para o qual irá se inscrever;

IX - não ter incorrido em penalidade administrativa, no exercício da função pública, em sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar (PAD), nos últimos 02 (dois) anos;

X - ter sido aprovado em processo seletivo, conforme previsto nesta lei.

Parágrafo único. Os profissionais de educação de que trata o *caput* deste artigo poderão inscrever sua proposta de Plano de Gestão Escolar em apenas uma Unidade Educacional.

## **CAPÍTULO III DA CONSULTA PÚBLICA À COMUNIDADE ESCOLAR**

Art. 26 Ao final de cada ano letivo, os resultados do Plano de Gestão em exercício serão submetidos para Consulta Pública pela comunidade escolar em Assembleia Geral.

Art. 27 O procedimento da Consulta Pública será regulamentado em norma própria.

#### **CAPÍTULO IV DA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO**

Art. 28 O Plano de Gestão aprovado e homologado será publicado no site da Prefeitura Municipal, para Consulta Pública, deverá ser apresentado à comunidade escolar em Assembleia Geral e realizar-se-á o acompanhamento de sua implementação pela comunidade escolar e Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. As orientações para a escrita do Plano de Gestão serão publicadas em anexo ao edital de abertura do processo seletivo.

#### **TÍTULO V DA FORMAÇÃO CONTINUADA**

Art. 29 O Diretor Escolar em exercício deverá participar, assiduamente, dos cursos de formação de Diretores Escolares ofertados pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 30 O Diretor Escolar deverá organizar, nas Reuniões Pedagógicas, espaços de formação continuada, por meio de estudos, a partir das necessidades do grupo.

Art. 31 O Diretor Escolar deverá viabilizar a participação dos profissionais da Educação nas formações continuadas ofertadas pela Secretaria Municipal de Educação.

#### **TÍTULO VI DA COMISSÃO**

Art. 32 Será constituída, via decreto pelo chefe do Poder Executivo, uma comissão composta por representantes da Secretaria Municipal de Educação, da seguinte forma:

I - 2 (dois) representantes do setor Pedagógico;

II - 1 (um) representante do setor Administrativo.

Art. 33 Os membros da Comissão elegerão um dos seus integrantes para presidi-la.

Art. 34 A Comissão terá como responsabilidades:

I - a sistematização e publicação do processo seletivo para Diretor Escolar e da consulta pública do Plano de Gestão;

II - monitoramento e avaliação da implementação do Plano de Gestão e do cumprimento dos requisitos estabelecidos no Termo de Compromisso.

#### **TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 35 Este Decreto aplica-se às Unidades de Educacionais da rede municipal de Jaramataia.

Art. 36 O primeiro processo de seleção previsto neste Decreto será realizado no decorrer do ano letivo de 2022, para nomeação a partir de 2023.

Art. 37 O Diretor Escolar e vice-diretor escolar, em exercício na data da entrada em vigor da presente lei, poderá permanecer na função até que o processo seletivo seja concluído.

Art. 38 Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 39 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaramataia/AL, 12 de setembro de 2022

**RICARDO MARTINS BARBOSA**  
Prefeito

**Publicado por:**  
José Claudio Luciano Freire  
**Código Identificador:**0DEABA2A

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÁ DA PRAIA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO**  
**PORTARIA GP Nº 298/2022**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JEQUIÁ DA PRAIA**, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelo Art. 43, § 1º da Lei Orgânica deste município, **RESOLVE**:

**Art. 1º - EXONERAR** o (a) Sr (a). **ALANA LARISSA CORREIA DE LIMA**, inscrito (a) no CPF sob nº 125.953.394-86, do cargo de provimento em Comissão de **Assessora de Gabinete III**, símbolo CC-10, com base na legislação municipal que dispõe sobre a estrutura administrativa do município.

**Art. 2º - NOMEAR** o (a) Sr (a). **ALANA LARISSA CORREIA DE LIMA**, inscrito (a) no CPF sob nº 125.953.394-86, para exercer o cargo de provimento em Comissão de **Coordenadora do Programa Criança Feliz**, símbolo CC-10, da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, com base na legislação municipal que dispõe sobre a estrutura administrativa do município.

**Art. 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se!

Gabinete do Prefeito de Jequiá da Praia – AL, 01 de agosto 2022.

**CARLOS FELIPE CASTRO JATOBÁ LINS**  
Prefeito

A presente portaria foi publicada, registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública desta municipalidade em 01 de agosto de 2022.

**LUIZ CÉSAR SOARES TEIXEIRA JÚNIOR**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Publicado por:**  
Sydney Pontes de Miranda Filho  
**Código Identificador:**5EB8524F

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO**  
**PORTARIA GP Nº 299/2022**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JEQUIÁ DA PRAIA**, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelo Art. 43, § 1º da Lei Orgânica deste município, **RESOLVE**:

**Art. 1º - DESIGNAR** o (a) Sr (a). **LUCIANA RODRIGUES DE SOUZA**, inscrito (a) no CPF sob nº 031.972.274-09, efetiva, para exercer o cargo de provimento em Comissão de **Assessora de Gabinete II**, símbolo CC-10, da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, com base na legislação municipal que dispõe sobre a estrutura administrativa do município.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se!

Gabinete do Prefeito de Jequiá da Praia – AL, 01 de agosto 2022.

**CARLOS FELIPE CASTRO JATOBÁ LINS**  
Prefeito

A presente portaria foi publicada, registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública desta municipalidade em 01 de agosto de 2022.

**LUIZ CÉSAR SOARES TEIXEIRA JÚNIOR**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Publicado por:**  
Sydney Pontes de Miranda Filho  
**Código Identificador:**D954DBF3

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO**  
**PORTARIA GP Nº 325/2022**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JEQUIÁ DA PRAIA**, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelo Art. 43, § 1º da Lei Orgânica deste município, **RESOLVE**:

**Art. 1º - EXONERAR** o (a) Sr (a). **GEVANDO ROSENDO DE LIMA NETO**, inscrito (a) no CPF sob nº 122.295.744-26, do cargo de provimento em Comissão de **Coordenador de Almoxarifado**, símbolo CC-15, com base na legislatura municipal que dispõe sobre a estrutura administrativa do município.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 14 de setembro de 2022.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se!

Gabinete do Prefeito de Jequiá da Praia – AL, 14 de setembro 2022.

**CARLOS FELIPE CASTRO JATOBÁ LINS**  
Prefeito

A presente portaria foi publicada, registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública desta municipalidade em 14 de setembro de 2022.

**LUIZ CÉSAR SOARES TEIXEIRA JÚNIOR**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Publicado por:**  
Sydney Pontes de Miranda Filho  
**Código Identificador:**7939424F

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO PORTARIA GP Nº 326/2022

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JEQUIÁ DA PRAIA**, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelo Art. 43, § 1º da Lei Orgânica deste município.

#### RESOLVE:

**Art. 1º - NOMEAR** o (a) Sr (a). **JANIELLE DOS SANTOS PEREIRA**, inscrito (a) no CPF sob nº 126.067.214-03, para exercer o cargo de provimento em Comissão de **Coordenadora de Almoxarifado**, símbolo CC-15, da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública, com base na legislatura municipal que dispõe sobre a estrutura administrativa do município.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 14 de setembro de 2022.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se!

Gabinete do Prefeito de Jequiá da Praia – AL, 14 de setembro de 2022.

**CARLOS FELIPE CASTRO JATOBÁ LINS**  
Prefeito

A presente portaria foi publicada, registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública desta municipalidade em 14 de setembro de 2022.

**LUIZ CÉSAR SOARES TEIXEIRA JÚNIOR**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Publicado por:**  
Sydney Pontes de Miranda Filho  
**Código Identificador:**ED06F838

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO PORTARIA GP Nº 327/2022

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JEQUIÁ DA PRAIA**, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelo Art. 43, § 1º da Lei Orgânica deste município, **RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designar a servidora **JANIELLE DOS SANTOS PEREIRA**, Mat. 88890430, inscrita no CPF sob o nº 126.067.214-03,

como encarregado de recepcionar, fiscalizar e atestar o recebimento de produtos e serviços, na Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública.

**Art. 2º** - A referida designação tem a finalidade de assumir os seguintes encargos:

I – Receber e conferir os materiais e serviços, atestando o recebimento dos materiais e a execução dos serviços junto a Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública;

II – Atestar o recebimento dos materiais e a execução dos serviços, mediante aposição de carimbo e atesto na respectiva nota fiscal, sob pena de responsabilidade, devendo todos os atos conter assinatura legível, carimbo identificador com nome, cargo/função e CPF, bem como data em que se deu o ato;

III – Comunicar formalmente ao Gestor da Pasta qualquer irregularidade constatada no recebimento da mercadoria ou na execução do serviço, para fins de providências cabíveis.

Parágrafo único. Os materiais e serviços, cuja natureza exija conhecimento técnico especializado, receberão atesto tanto do servidor por este instrumento designado, como de profissional com a devida aptidão técnica, assumindo este, a corresponsabilidade pelo atesto.

**Art. 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se!

Gabinete do Prefeito de Jequiá da Praia – AL, 14 de setembro de 2022.

**CARLOS FELIPE CASTRO JATOBÁ LINS**  
Prefeito

A presente portaria foi publicada, registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública desta municipalidade em 14 de setembro de 2022.

**LUIZ CÉSAR SOARES TEIXEIRA JÚNIOR**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Publicado por:**  
Sydney Pontes de Miranda Filho  
**Código Identificador:**3858B61F

#### ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM GOMES

#### GABINETE DO PREFEITO DECRETO Nº 15, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

#### DECRETO Nº 15, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

“Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor do Município de Joaquim Gomes/AL, o imóvel localizado neste município, cadastrado na prefeitura de Joaquim Gomes sob a inscrição nº 01.01.047.0108.001 em nome de Jendevaldo de Oliveira Santos, inscrito no CPF nº 786.890.404-63, com destinação para construção do centro administrativo municipal”.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAQUIM GOMES, ALAGOAS**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, c/c o art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941;

#### DECRETA:

**Art. 1º** - Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor do Município de Joaquim Gomes/AL, o



imóvel descrito no artigo 2º deste decreto, cujas coordenadas estão georeferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 45º00', fuso 23S, tendo como datum o SIRGAS 2000 9:

**Parágrafo único** – Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **P1**, de coordenadas X = 197379.3334 m e Y = 8988876.8528 m; deste, segue confrontando com a Rua 25 de Agosto, com distância de 1,25 m, até interceptar o vértice **P2**, de coordenadas X = 197379.4598 m e Y = 8988878.1007 m; deste, segue confrontando com a Rua 25 de Agosto, com distância de 12,86 m, até interceptar o vértice **P3**, de coordenadas X = 197392.1923 m e Y = 8988876.2797 m; deste, segue confrontando com a Rua 25 de Agosto, com distância de 1,50 m, até interceptar o vértice **P4**, de coordenadas X = 197391.9641 m e Y = 8988874.7972 m; deste, segue confrontando com a Rua Maria Pureza Gomes de Barros, com distância de 11,39 m, até interceptar o vértice **P5**, de coordenadas X = 197401.0710 m e Y = 8988869.3155 m; deste, segue confrontando com a Rua Maria Pureza Gomes de Barros, com distância de 16,57 m, até interceptar o vértice **P6**, de coordenadas X = 197397.3943 m e Y = 8988853.1549 m; deste, segue confrontando com a Rua Maria Pureza Gomes de Barros, com distância de m, até interceptar o vértice **P7**, de coordenadas X = 197392.5838 m e Y = 8988841.6616 m; deste, segue confrontando com a Rua Maria Pureza Gomes de Barros, com distância de 12,48 m, até interceptar o vértice **P8**, de coordenadas X = 197384.1537 m e Y = 8988834.4898 m; deste, segue confrontando com a Rua Maria Pureza Gomes de Barros, com distância de 1,28 m, até interceptar o vértice **P9**, de coordenadas X = 197383.9200 m e Y = 8988833.2349 m; deste, segue confrontando com a Rua Jose Correia de Araújo, com distância de 14,00 m, até interceptar o vértice **P10**, de coordenadas X = 197370.0751 m e Y = 8988835.3169 m; deste, segue confrontando com a Travessa Rua José Correia de Araújo, com distância de 42,17 m, até interceptar o vértice **P11**, de coordenadas X = 197375.9876 m e Y = 8988877.0737 m; deste, segue confrontando com a Travessa Rua José Correia de Araújo, com distância de 3,35 m, até interceptar o vértice **P1**, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georeferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao **Meridiano Central nº 45º00'**, fuso 23S, tendo como datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes, distâncias e área foram calculados no plano de projeção U T M.

**Art. 2º** A área desapropriada em favor do município de Joaquim Gomes corresponde a 981,30m<sup>2</sup> (novecentos e oitenta e um vírgula trinta metros quadrados), localizada à Rua José Correia de Araújo, nº 60, bairro Centro, Joaquim Gomes/AL, CEP.: 57980-000 e será destinada ao uso do município de Joaquim Gomes para a construção da sede do Centro Administrativo Municipal.

**Ar. 3º** A desapropriação do imóvel declarado de utilidade pública por este Decreto, é considerada de “urgência”, razão pela qual deverá efetivar-se mediante acordo administrativo, previsto no artigo 10 do Decreto Lei nº 3.365/1945, ou processar-se nos termos do artigo 10 c/c o artigo 15 e seus parágrafos, do Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1945 e Lei Federal nº 2.786, de 21/05/1956.

**Art. 4º** As despesas decorrentes da execução do disposto neste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias do município de Joaquim Gomes.

**Art. 5º** A Procuradoria-Geral do Município fica autorizada a promover, na forma prevista em legislação, a desapropriação do imóvel a que se refere o art. 1º, e pode, para efeito de imissão provisória na posse, alegar a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

**Art. 6º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Joaquim Gomes, Alagoas, 13 de setembro de 2022.**

**ADRIANO FERREIRA BARROS**  
Prefeito

Registrador por **William Barros de Siqueira** **Chefe de Gabinete** – Portaria **193/2021**, em **13 de setembro de 2022**.

**Publicado por:**  
Dionizio Bonifacio de Barros Junior 04184620469  
**Código Identificador:**642E8256

## ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ

### GABINETE DO PREFEITO PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ

#### AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito do Município de Jundiá, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no Art. 38, Inciso VII, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores,

#### RESOLVE:

#### **I- ADJUDICAR E HOMOLOGAR PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022PMJ**

**Processo Adm: Nº 07070012/2022 Objeto: Registro de Preços para contratações futuras e eventuais aquisição de veículos zero quilometro, destinados às atividades dos órgãos que compõem esta Administração Pública Municipal, conforme disposições contidas no Edital.**

**II- RATIFICAR** como Licitantes Empresas vencedoras valor total: R\$3.010.300,00 (três milhões e dez mil e trezentos reais): P G AGUIAR VIEIRA (27967465000172) com os lotes: 1, 3 e 4 no valor total de R\$2.266.000,00 (dois milhões e duzentos e sessenta e seis mil reais). FIBRA DISTRIBUIÇÃO & LOGÍSTICA EIRELI (29887078000151) com os lotes: 2 e 5 no valor total de R\$744.300,00 (setecentos e quarenta e quatro mil e trezentos reais), Item deserto: 6- JUNDIÁ- ALem06 de setembro de 2022.

**JORGE SILVIO LUENGO GALVÃO**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Maria Betânia Leite Valença  
**Código Identificador:**4A2007A5

### GABINETE DO PREFEITO PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ

#### TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2022

#### AVISO DE RETOMADA DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Jundiá, Estado de Alagoas, torna público aos interessados a retomada da sessão da licitação Tomada de preços 002/2022 – Melhorias Habitacionais, que acontecerá no dia 21 de setembro de 2022 às 14:00 (quatorze) horas na sala de reunião da Comissão Permanente de licitação situada na Rua do Comercio, s/n – Centro – Jundiá – AL.

**MARIA BETÂNIA LEITE VALENÇA**  
Presidente da CPL

**Publicado por:**  
Maria Betânia Leite Valença  
**Código Identificador:**5E2844DB

### GABINETE DO PREFEITO PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ

#### PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2022

#### AVISO DE RETOMADA DE LICITAÇÃO

A Pregoeira junto com sua equipe de apoio do Município de Jundiá, Estado de Alagoas, torna público aos interessados a retomada da sessão da licitação Pregão Presencial 003/2022 – Registro de preços para locação de transporte, que acontecerá no dia 21 de setembro de 2022 às 09:00 (nove) horas na sala de reunião da Comissão Permanente de licitação situada na Rua do Comercio, s/n – Centro – Jundiá – AL.

**MARIA BETÂNIA LEITE VALENÇA**  
Pregoeira

**Publicado por:**  
Maria Betânia Leite Valença  
**Código Identificador:**61AB01CC

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRO**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE**  
**LOCAÇÃO 032/2021**

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 08150024/2022. ESPÉCIE: Primeiro termo aditivo ao contrato de locação de imóvel 032/2021, que entre si fazem o Município de Junqueiro e Maria Cleoneide Barros Bonfim. OBJETO: Alterar a "CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO", do contrato de locação de imóvel n. 032/2021, passando a possuir a seguinte redação: "CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO O presente Contrato tem como objeto a locação dos imóveis de propriedade do LOCADOR, localizado na Rua Antônio Félix de Jesus, nº 55, Centro, Junqueiro/AL, destinado ao funcionamento da Secretaria Municipal de Assistência Social." BASE LEGAL: Lei n. 8.245, de 18 de outubro de 1991 e da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores. DATA DA ASSINATURA: 06 de setembro de 2022.

**Publicado por:**  
Roselânia Alves Santos  
**Código Identificador:**B826ACA1

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**RATIFICAÇÃO**

Consoante às informações procedentes da Procuradoria Geral do Município, **RATIFICO** os entendimentos firmados ao tempo em que AUTORIZO a celebração do contrato com a empresa **MARCIA DA SILVA ALVES MAGAZINE**, C.N.P.J. sob o nº 04.660.849/0001-42, no valor de R\$ 11.801,00 (onze mil oitocentos e um reais), oriundo do Processo Administrativo 07010036/2022, sob os fundamentos na Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993.

Cumpram-se os procedimentos legais e publique-se.

Junqueiro-AL, 02 de setembro de 2022.

**CÍCERO LEANDRO PEREIRA DA SILVA**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Roselânia Alves Santos  
**Código Identificador:**EA19A128

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO DE CONTRATO**

Processo Administrativo nº 07010036/2022. MODALIDADE: DISPENSA 009/2022. DATA DA RATIFICAÇÃO: 02/09/2022. VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias. OBJETO: CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS. CONTRATANTE: Município de Junqueiro, CNPJ Nº 12.265.468/0001-97. CONTRATADA: MARCIA DA SILVA ALVES MAGAZINE, Pessoa Jurídica do Direito Privado, inscrita no C.N.P.J sob o nº 04.660.849/0001-42. VALOR GLOBAL: R\$ 11.801,00 (onze mil oitocentos e um reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão: 02; Secretaria: 12, Unidade Orçamentária: 0113, Dotação: 12.361.0008.4009, Elemento: 33.390.52, Fonte de recurso: 0030.00.000.

**Publicado por:**  
Roselânia Alves Santos  
**Código Identificador:**7275B829

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**AVISO DE CANCELAMENTO CONCORRÊNCIA Nº 05/2022**

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Junqueiro, Estado de Alagoas, leva ao conhecimento dos interessados que a licitação da Concorrência nº 05/2022, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia referente a construção de 01 (uma) escola com 09 (nove) salas no Povoado Palmeirinha no Município de Junqueiro, está CANCELADA, vez que houve divergência no projeto básico.

**ROSELÂNIA ALVES SANTOS**  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**Publicado por:**  
Roselânia Alves Santos  
**Código Identificador:**321BDA48

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO 050.2022**

**AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO 050.2022**

Pregão Eletrônico nº 050/2022. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO, SOB MAIOR DESCONTO PERCENTUAL (%) SOBRE A TABELA SINAPI (SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL), DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (MADEIRAS E AFINS). Data: 30/09/2022, às 10h00min. Local: BNC – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS (www.bnc.org.br). Edital Disponível também no portal <https://junqueiro.al.gov.br/transparencia/portal/editaisx>, informações no e-mail: [licitacaopregoeiro@junqueiro.al.gov.br](mailto:licitacaopregoeiro@junqueiro.al.gov.br).

Junqueiro/AL, 14 de setembro de 2022.

**ALEX JUNIOR FERREIRA DA SILVA**  
Pregoeiro

**Publicado por:**  
Alex Junior Ferreira da Silva  
**Código Identificador:**ABAB4925

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DE ANADIA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO**  
**EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DE CONTRATO  
Contrato nº59/2022 – Processo nº 1877/2022– Inexigibilidade– Fundamentação Legal: Lei Federal nº 8.666/93– Fornecedor Registrado **WILLY JUAN FAUSTINO SILVA SANTOS 13291216431**, inscrita no CNPJ sob o nº 32.009.930/0001-00– Objeto: contratação do cantor Willy Vaqueiro para animação do evento Carroceata 2022 de Limoeiro de Anadia/AL. – Valor global: R\$ 12.000,00– Vigência: 60 dias.

**Publicado por:**  
Mikhael Kennedy Falcão Farias  
**Código Identificador:**68FAFDC5

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**  
**AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº01/2022 – 2ª CHAMADA**

**AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº01/2022 – 2ª CHAMADA**

O Município de Maravilha/AL, através da Secretaria de Cultura, torna pública abertura do Credenciamento nº. 01/2022 – 2ª Chamada, que tem como objetivo credenciar músicos individuais ou grupos musicais para apresentar-se durante as festividades locais deste município. O Edital está disponível na Prefeitura Municipal de Maravilha/AL, localizada Praça Francisco Soares, nº.29, Centro, CEP: 57.520-000. A documentação deverá ser entregue no Protocolo da Prefeitura de Maravilha/AL no endereço indicado acima até às 14h00min do dia 06

de outubro de 2022, interessados poderão solicitar o Edital através do e-mail: [licitacaomaravilhaal@gmail.com](mailto:licitacaomaravilhaal@gmail.com)

Maravilha/AL, 13 de setembro de 2022

**MARIA DA CONCEIÇÃO RIBEIRO DE ALBUQUERQUE**

Prefeita do município de Maravilha/AL

**Publicado por:**

Juan Rocha Soares

**Código Identificador:**552EB697

**GABINETE DA PREFEITA  
PORTARIA Nº 064 DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.**

**PORTARIA Nº 064 DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.**

PROMOVE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-CMDCA, DESTE MUNICÍPIO.

A **Prefeita do Município de Maravilha/AL**, no uso das atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe o Art. 42, VI, que lhe confere a Lei Orgânica do Município, **RESOLVE**.

Nomear, os Membros **DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-CMDCA** do Município de Maravilha, Estado de ALAGOAS, para um mandato de 02 anos, os cidadãos abaixo relacionados.

**DIRETORIA**

**PRESIDENTE:** JANAINA GODEZ DE BRITO – 043.964.694-46

**VICE PRESIDENTE:** JOSÉ DHAVI GERÔNIMO BARBOSA – 098.895.214-90

**1ª SECRETÁRIA:** VANESSA GOMES DE OLIVEIRA – 078.250.194-07

**2ª SECRETÁRIA:** THAINÁ GOMES SILVA – 091.330.924-94

**COORDENADORA DO FUNDO MUNICIPAL:** JACIARA MARQUES DE MENEZES – 109.432.224-51

**REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO**

**I – Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:**

Janaina Godez de Brito – Titular

Vanessa Gomes de Oliveira - Suplente

**II – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:**

Ivone Gomes Araújo - Titular

Marly Braz Neto - Suplente

**III – Representantes da Secretaria de Saúde:**

Jaciara Marques de Menezes – Titular

Jordânia Juliana Marques – Suplente

**REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL**

**IV – Representantes da Igreja Católica:**

José Dhavi Alves Gerônimo Barbosa – Titular

Thainá Gomes Silva – Suplente

**V – Representantes da Pastoral da Criança**

Juliana Soares Calixto – Titular

Maria Aparecida Soares Silva – Suplente

**VI – Representantes da Igreja Presbiteriana**

Fábio Ferreira Santos - Titular

Art. 2º A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Dê-se Ciência.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita do Município de Maravilha/AL, em 14 de setembro de 2022.

**MARIA DA CONCEIÇÃO RIBEIRO DE ALBUQUERQUE**

Prefeita

CERTIFICO que a presente PORTARIA foi publicada no quadro de avisos deste poder Executivo e no Diário Oficial da Associação dos Municípios Alagoanos – AMA, em 14 de setembro de 2022. (<http://www.diariomunicipal.com.br/ama>).

**CARLOS HENRIQUE COSTA SILVA**

Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**

Juan Rocha Soares

**Código Identificador:**409E1755

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 00073/2022**

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 00073/2022**

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO, RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

A Prefeita do Município de Maravilha/AL, no uso de suas atribuições resolve **Homologar e Ratificar** o Processo nº 08290007/2022, Dispensa de Licitação nº 08.00073/2022, e **Adjudicar** à **SENILTON SEZARIO MELO**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 725.522.554-34, cujo objeto é a prestação de serviço de arbitragem durante os jogos da 1ª Liga Futsal Maravilhense 2022, no valor total de R\$ 4.824,00 (quatro mil e oitocentos e vinte e quatro reais), consoante disposto no art. 75 Inciso II, da Lei Federal n.º 14.133 de 2021, sendo dispensável o procedimento licitatório.

**REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE.**

Gabinete da Prefeita, Maravilha/AL, 14 de setembro de 2022.

**MARIA DA CONCEIÇÃO RIBEIRO DE ALBUQUERQUE**

Prefeita -Município de Maravilha/AL

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08.00073/2022**

**CONTRATO Nº 050/2022**

Processo Administrativo: 08290007/2022

Contratante: Prefeitura Municipal de Maravilha, CNPJ 12.251.286/0001-67

Contratada: SENILTON SEZARIO MELO, CPF n.º 725.522.554-34

Objeto: Serviço de arbitragem

Valor R\$ 4.824,00 (quatro mil e oitocentos e vinte e quatro reais)

Dotação Orçamentária:

Estrutura Programática: 2069 – Apoio para Realizações de Eventos e Competições Esportivas;

Elemento de Despesa: 3.3.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

Fonte de Recurso: 0010 (RECURSO PRÓPRIO)

Dotação Orçamentária:

Estrutura Programática: 2069 – Apoio para Realizações de Eventos e Competições Esportivas;

Elemento de Despesa: 3.3.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

Fonte de Recurso: 2006 (Transferência de Recursos de Outorga)

**RENATO APARECIDO DA SILVA**

Secretário Municipal de Esportes e Lazer

**MARIA DA CONCEIÇÃO RIBEIRO DE ALBUQUERQUE**

Prefeita

**Publicado por:**

Juan Rocha Soares

**Código Identificador:**66BB58F9

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 00074/2022**

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 00074/2022**

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO, RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

A Prefeita do Município de Maravilha/AL, no uso de suas atribuições resolve **Homologar e Ratificar** o Processo nº 08290008/2022, Dispensa de Licitação nº 08.00074/2022, e **Adjudicar** à **FÁBIO ROGÉRIO LEITE DA SILVA**, inscrito no CPF/MF sob o n.º



983.696.794-04, cujo objeto é a prestação de serviço de locução durante os principais jogos da 1ª Liga Futsal Maravilhense 2022, no valor total de R\$ 2.940,00 (dois mil e novecentos e quarenta reais), consoante disposto no art. 75 Inciso II, da Lei Federal n.º 14.133 de 2021, sendo dispensável o procedimento licitatório.

#### REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE.

Gabinete da Prefeita, Maravilha/AL, 14 de setembro de 2022.

#### MARIA DA CONCEIÇÃO RIBEIRO DE ALBUQUERQUE

Prefeita - Município de Maravilha/AL

#### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08.00074/2022

##### CONTRATO Nº 051/2022

Processo Administrativo: 08290008/2022

Contratante: Prefeitura Municipal de Maravilha, CNPJ 12.251.286/0001-67

Contratada: FÁBIO ROGÉRIO LEITE DA SILVA, CPF n.º 983.696.794-04

Objeto: Serviço de locução

Valor R\$ 2.940,00 (dois mil e novecentos e quarenta reais)

Dotação Orçamentária:

Estrutura Programática: 2069 – Apoio para Realizações de Eventos e Competições Esportivas;

Elemento de Despesa: 3.3.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

Fonte de Recurso: 0010 (RECURSO PRÓPRIO)

Dotação Orçamentária:

Estrutura Programática: 2069 – Apoio para Realizações de Eventos e Competições Esportivas;

Elemento de Despesa: 3.3.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

Fonte de Recurso: 2006 (Transferência de Recursos de Outorga)

#### RENATO APARECIDO DA SILVA

Secretário Municipal de Esportes e Lazer

#### MARIA DA CONCEIÇÃO RIBEIRO DE ALBUQUERQUE

Prefeita

Publicado por:

Juan Rocha Soares

Código Identificador:A76673EC

#### ESTADO DE ALAGOAS

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

#### LISTA DE BENEFICIÁRIOS AUXÍLIO MORADIA

#### EMERGENCIAL:

A Secretaria Municipal de Assistência Social de Marechal Deodoro/AL, no uso de suas atribuições legais, conferidos pela Lei Orgânica do Município e conforme a Lei 1047/2012 e o Decreto Municipal Nº 024/2022 que dispõe sobre o Auxílio Moradia, em caráter emergencial, diante das chuvas intensas que atingiram o município de Marechal Deodoro/AL, nos termos do Decreto nº 021 de 25 de Maio de 2022, e obedecendo o teor do artigo 4º e 5º (caput) do Decreto 024/2022, **TORNA PÚBLICA**, a lista dos beneficiários que serão contemplados com o auxílio moradia emergencial, cujo valor está disposto no artigo 8º da legislação supracitada.

#### LISTA DOS BENEFICIÁRIOS:

	BENEFICIÁRIOS:	CPF:
1	MARIZA GOMES ALVES	956.472.284-53
2	AYANDRA NUNES VIEIRA	451.246.968-00
3	MARIA SALETE DA SILVA	029.550.388-22
4	MARIA PAULA DOS SANTOS	088.800.164-90
5	CICERA SILVESTRE DA SILVA	939.621.694-15
6	RITA DE CÁSSIA DE SOUZA SANTOS	058.416.194-89
7	JOSÉ SEBASTIÃO MONTEIRO FILHO	084.164.934-05
8	EDLUCIA GREGÓRIO DOS SANTOS	098.937.324-09
9	PATRICIA INACIO DE SÃO PEDRO	097.657.874-30
10	LIVIA MARIA DOS SANTOS	131.174.104-65
11	MARIA DE LOURDES DOS SANTOS	662.105.854-34

12

MARIA GEDNA DA SILVA

080.141.414-82

Marechal Deodoro/AL, 14 de setembro de 2022.

#### ALANA CHRISTIANE DA SILVA

Coordenador (a) de Programas Habitacionais

Publicado por:

Vitor Vasconcelos Cerqueira Cavalcante

Código Identificador:246E8DCE

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, DOS RECURSOS HUMANOS E DO PATRIMÔNIO

#### EXTRATO DA ERRATA DO 4º TERMO ADITIVO DE QUANTIDADE E PRAZO AO CONTRATO Nº 0402.007/2020

A Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro, torna público que na publicação do extrato do quarto termo aditivo ao contrato nº 0402.007/2020, cujo objeto é contratação de empresa especializada para a execução de obras de engenharia pertinentes a construção de escola de 08 salas de aula com ginásio poliesportivo, a ser situada na ladeira do Sebo, s/n no Povoado Tuquanduba, no Município de Marechal Deodoro/AL, celebrado com a **empresa M D M DOS SANTOS ENGENHARIA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº **17.872.922/0001-91**, nos autos do processo nº 04070004/2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Alagoas, dia 15/06/2022, **onde se lê:** 2.1 Em decorrência do acréscimo e da supressão, respectivamente, de aprox. 15,82% e 2,06% do valor do contrato, assim o valor total do contrato passará a ser **R\$ 4.492.032,55** (quatro milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, trinta e dois reais e cinquenta e cinco centavos). **Leia-se:** 2.1 Em decorrência do acréscimo e da supressão, respectivamente, de aprox. 15,82% e 2,06% do valor do contrato, assim o valor total do contrato passará a ser **R\$ 4.348.738,04** (quatro milhões, trezentos e quarenta e oito mil, setecentos e trinta e oito reais e quatro centavos).

Publicado por:

Letícia Maria de Lima e Silva

Código Identificador:D45F365F

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, DOS RECURSOS HUMANOS E DO PATRIMÔNIO

#### 3º TERMO DE REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO DA ARP 058.7/2021

Partes: PMMD e **SCALLA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 37.119.924/0001-11

Fundamento Legal: Considerações do artigo 65, inciso II, 'd', da Lei Federal nº 8.666/1993

#### CLÁUSULA QUARTA – DO REEQUILIBRIO

Para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da ARP 058.7/2021, fica alterada a planilha da ata de registro de preço, realinhado o preço conforme tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	DE	MARCA	VALOR LICITADO	VALOR SUGERIDO
64 e 65	PEITO DE FRANGO CONGELADO	UND		AVIVAR	R\$ 12,64	R\$ 16,14

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem em pleno vigor todas as cláusulas e condições ajustadas na ARP 058.7/2021, assinada entre as partes, com a modificação ora ajustada, ficando este Termo de Reequilíbrio Econômico Financeiro como parte integrante da ARP para todos os efeitos de direito.

Data da Assinatura: 06 de setembro de 2022.

Signatários:

Cláudio Roberto Ayres da Costa

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO - CONTRATANTE**

Karoline Flora Barros Crisóstomo Oliveira

**SECRETARIA MUN. EDUCAÇÃO - INTERVINIENTE**

Adelmo Rafael Ribeiro Buffone

**SCALLA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA - CONTRATADA**

**Publicado por:**  
Letícia Maria de Lima e Silva  
**Código Identificador:**15A8D58F

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, DOS RECURSOS  
HUMANOS E DO PATRIMÔNIO  
EXTRATO DA ARP Nº 054.3/2022**

Partes: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO** e a empresa **3P DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA ME**, inscrita sob o CNPJ **11.957.607/0001-80**.

Fundamentação jurídica: Na lei 8.666/1993 e 10.520/2002

Objeto: Registro de preço para futura e eventual aquisição de equipamentos de informática.

Valor Global R\$ 11.004,00 (onze mil e quatro reais).

Data de Assinatura: 17 de agosto de 2022

Vigência: A presente ARP terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ter a sua prorrogação de acordo com os fundamentos legais.

Signatários:

Cláudio Roberto Ayres da Costa

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO/AL – CONTRATANTE**

Luana Gomes da Silva

**3P DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA ME – CONTRATADA**

Adriana de Souza Costa

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – INTERVENIENTE**

\*repblicado por incorreção

**Publicado por:**  
Letícia Maria de Lima e Silva  
**Código Identificador:**D5A17598

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, DOS RECURSOS  
HUMANOS E DO PATRIMÔNIO  
EXTRATO DA ARP Nº 060.4/2021**

Partes: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO** e a empresa **CABORONGA COMERCIAL LTDA**, inscrita sob o CNPJ **03.530984/0002-91**.

Fundamentação jurídica: Na lei 8.666/1993 e 10.520/2002

Objeto: Registro de preço para aquisição de medicamentos de remune e medicamentos judicializados

Valor Total: **R\$ 32.800,00** (trinta e dois mil e oitocentos reais). Data de Assinatura: 22 de fevereiro de 2022

Vigência: A presente ARP terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ter a sua prorrogação de acordo com os fundamentos legais.

Signatários:

Cláudio Roberto Ayres da Costa

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO/AL – CONTRATANTE**

Jecira Matos de Oliveira

**CABORONGA COMERCIAL LTDA – CONTRATADA**

Jose Sival Clemente da Silva

**SECRETÁRIO DA UNIDADE GERENCIADORA – INTERVENIENTE**

\*repblicado por incorreção

**Publicado por:**  
Letícia Maria de Lima e Silva  
**Código Identificador:**1A7FCC34

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, DOS RECURSOS  
HUMANOS E DO PATRIMÔNIO  
EXTRATO DA ERRATA AO CONTRATO Nº 2106.001/2022**

A Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro, torna público que na publicação do extrato do termo contratual nº **2106.001/2022**, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para implantação, licenciamento, customização e manutenção de solução em software para a gestão da informação da política de Assistência Social Municipal, do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, que serão

prestados nas condições estabelecidas no Termo Referência, celebrado com a **empresa SD-CONSULTORIA E PLANEJAMENTO S/S LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. **08.717.304/0001-86**, no processo nº 04200059/2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Alagoas, dia 22 de junho de 2022, **resolve:**

**Onde consta:**

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, prorrogável por igual ou sucessivos períodos, até o limite de 5 (cinco) anos, conforme o Art. 106. da Lei Federal nº 14.133/2021, contados a partir data de sua assinatura.

[...]

**CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

[...]

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA JUDICIAL**

**Passa a constar:**

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1. O contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2022, contados a partir da sua assinatura.

[...]

**CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

[...]

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Publicado por:**  
Letícia Maria de Lima e Silva  
**Código Identificador:**0F16CCDE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, DOS RECURSOS  
HUMANOS E DO PATRIMÔNIO  
EXTRATO DA ARP Nº 032.47/2021**

Partes: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO** e a empresa **FENIX COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita sob o CNPJ **33.398.831/0001-12**.

Fundamentação jurídica: Na lei 8.666/1993 e 10.520/2002

Objeto: Aquisição de Produtos de Saúde e Materiais de Proteção individual para a Odontologia a fim de atender as necessidades do Município de Marechal Deodoro/AL.

Valor Global: R\$ 127.440,00 (Cento e vinte e sete mil, quatrocentos e quarenta reais), referente ao item 155

Data de Assinatura: 23 de novembro de 2021

Vigência: A presente ARP terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ter a sua prorrogação de acordo com os fundamentos legais.

Signatários:

Cláudio Roberto Ayres da Costa

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO/AL – CONTRATANTE**

Cristiane Meneglel Niec

**FENIX COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – CONTRATADA**

José Sival Clemente da Silva

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – INTERVENIENTE**

\*repblicado por incorreção

**Publicado por:**  
Letícia Maria de Lima e Silva  
**Código Identificador:**9DE3C656

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, DOS RECURSOS  
HUMANOS E DO PATRIMÔNIO  
AVISO DE COTAÇÃO**

**AVISO DE COTAÇÃO**

A Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão dos Recursos Humanos e Patrimônio, através do Departamento Geral de Aquisição de Bens e Serviços, informa que está recebendo cotações para o processo abaixo descrito:

**Processo nº: 09120040/2022** – Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Saneamento, Agricultura, Pesca e Aquicultura.

**Prazo para envio das propostas:** 03 (três) dias úteis, a partir desta publicação.

**Objeto:** Aquisição de Materiais para Lubrificação de Máquinas usadas na Limpeza Urbana e manutenção de praças e jardins.

**Informações:** Rua Dr. Tavares Bastos, 215 – Centro – Marechal Deodoro - AL - CEP 57160-000, Fone: (82) 99311-1938 ou pelo e-mail: setordecomprasmd@hotmail.com

**MARIA BETHANIA DOS SANTOS ARAÚJO**  
Departamento Geral de Aquisição de Bens e Serviços

**Publicado por:**  
Layze dos Santos Alves  
**Código Identificador:** CA9D3EFD

**SUPERINTENDENCIA MUN DE TRANSPORTE SMTT  
EXTRATO DE EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO  
DE TRÂNSITO (NAI) Nº 2/ 2022**

Com base nas competências elencadas no art. 24 e fulcro nos arts. 281 da lei 9.503/97 - CTB, e ainda, conforme art. 13 da Resolução CONTRAN 619/16 e Resolução CONTRAN 574/15 e seguintes, NOTIFICA os proprietários de veículos autuados pelo cometimento de infrações de trânsito, concedendo-lhes o prazo legal estabelecido até o dia 15/10/2022 para, caso queiram, apresentarem indicação de condutor infrator ou Defesa de Autuação nos termos das Resoluções CONTRAN Nº 299/2008 e 619/2016. A Defesa de Autuação deverá ser dirigida à Autoridade de Trânsito da Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito de Marechal Deodoro e instruída conforme as Resoluções do CONTRAN aqui referenciadas, contendo no mínimo: requerimento com as razões, datado e assinado; cópia deste edital, do auto de infração ou documento contendo a placa do veículo e o número do auto de infração; cópia do CRLV e do documento de identificação do requerente que comprove sua assinatura; procuração, quando for o caso; sendo pessoa jurídica, documento que comprove a representação. Caso V.Sª não seja o condutor infrator, indique-o no prazo indicado nesta notificação, preenchendo o formulário padrão (disponível no site e setor de protocolo), corretamente, sem rasuras, com assinaturas originais do condutor e do proprietário do veículo, anexando cópias legíveis da Habilitação (CNH ou PPD) do condutor infrator e do documento de identificação do condutor infrator ou seu representante legal, o qual, deverá juntar documento que comprove a representação. Caso não faça a identificação será considerado responsável pela infração (art 257 § 7º do CTB), sendo essa pessoa jurídica estará submetida às penalidades previstas no art 257 § 8º do CTB. Ao proprietário cabe a responsabilidade nas esferas penal, cível e administrativa, pela veracidade das informações e dos documentos fornecidos. A defesa da autuação ou identificação do condutor infrator poderão ser apresentada no protocolo da Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito de Marechal Deodoro ou enviada por remessa postal para Rodovia Edval Lemos s/n - Marechal Deodoro - AL - CEP 57160-000. Não serão conhecidas defesas de autuação e/ou indicação de condutor infrator apresentadas fora do prazo, sem comprovação de legitimidade, sem assinatura ou sem os documentos necessários, exigidos pela legislação. A lista completa das autuações e demais informações poderão ser obtidas no site oficial da Prefeitura de Marechal Deodoro ([www.marechaldeodoro.al.gov.br](http://www.marechaldeodoro.al.gov.br)) e na própria sede. Total de autuações publicadas no edital 2/2022 (776).

**JOSÉ CÍCERO SANTOS DE ALCÂNTARA**  
Superintendente

SMTT/Marechal Deodoro, 15/09/2022.

**Publicado por:**  
Katia Carolina Santos de Medeiros  
**Código Identificador:** 462C6960

**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIBONDO**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
EXTRATO DO CONTRATO REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº  
21/2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº  
006.018.090821/2021 CONTRATO Nº 05/2022**

**Objeto:** LOCAÇÃO DE ESTRUTURA PARA EVENTOS AFIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MARIBONDO/ AL.

**Contratante:** A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIBONDO/AL pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa situada a Rua – MARIBONDO – Alagoas – CEP: 57.660-000, neste ato representada por seu chefe do executivo, o Sr. Prefeita Leopoldina Maria de Oliveira Amorim, agente público, inscrito no CPF sob nº 351.564.494-68, portador da carteira de identidade RG nº 287726(SSP/AL) residente e domiciliado na rua (Av. Senador Arnon de Melo, Centro, Maribondo)

**Contratado:** A Empresa VAS PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA- ME, – inscrição no CNPJ sob nº 04.689.271/0001-57 com valor global mensal de: R\$ 1.544.347,58 (um milhão e quinhentos e quarenta e quatro mil e trezentos e quarenta e sete reais e cinquenta e oito centavos)

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**

**06.61.10.301.0004.5014** – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

**10.301.0004.6004** – Bloco de atenção - PSF

**10.304.0004.6014** – Bloco de vigilância em saúde

**10.302.0004.6005** – Bloco Média e Alta Comp. Ambulatorial e Hospitalar – MAC

**10.301.0004.6003** – Bloco da Atenção Básica – PAB FIXO

**07.71.08.243.0003.6026** – Programa Primeira Infância – Criança Feliz

**07.71.08.244.0003.6002** – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS)

**07.71.08.244.0003.6045** – Bloco de Proteção Social Especial – PSE

**07.71.08.244.0003.6027** – Bloco da Gestão do PBF e do Cadastro Único – IGD/PBF

**07.71.08.244.0003.6025** – Bloco de Proteção Social Básica - PSB

**12.361.0001.2006** – Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação

**12.361.0002.2018** – Manutenção das Ações do Ensino Fundamental – 40% (FUNDEB)

**12.361.0002.2037** – Manutenção das Ações Voltadas a Educação Básica – QSE

**0440.04.122.0001.2005** – Manutenção das Atividades da Secretaria de ADM. E REC. Humanos

**NATUREZA DA DESPESA**

**33.90.39** Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

**VIGÊNCIA:** O presente contrato terá vigência da data de sua assinatura, até o dia 31 de Dezembro de 2022, nos termos do caput do art. 57 da Lei 8.666/93.

Maribondo - AL, 05 de Janeiro de 2022.

**LEOPOLDINA MARIA DE OLIVEIRA AMORIM** –  
Prefeita  
Contratante



**VALFRIDO ANTÔNIO DA SILVA**  
Vas Produções e Eventos LTDA -ME  
Contratado

**Publicado por:**  
Grace Kelly dos Santos da Fonseca  
**Código Identificador:**529D0D2D

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MESSIAS**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO DO CONTRATO Nº 137/2022**

Espécie: Inexigibilidade de Licitação.  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MESSIAS/AL;  
Contratado: **DAVID KENNES DOS SANTOS**, inscrito no CPF: **956.649.394-00**;  
Rua Floriano Peixoto, nº 21, Bairro: Centro, CEP: 57.990-000, Messias/AL;  
Objeto: Contratação de pessoa física especializada para apresentação artística de cunho musical para apresentação do artista DAVID BRAWN E O BONDE DO ESQUEMA em comemoração a Emancipação Política, a se realizar no dia 05 de setembro de 2022.  
Valor: **R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**;  
Celebrado 23/08/2022;  
Vigência: 60 (sessenta) dias.  
Signatários: Marcos José Herculano da Silva e David Kennes dos Santos

**Publicado por:**  
Jose Dolberon da Silva  
**Código Identificador:**12E8875B

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO DO CONTRATO Nº 136/2022**

Espécie: Inexigibilidade de Licitação.  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MESSIAS/AL;  
Contratado: **ALDIR CALHEIROS DA SILVA**, inscrito no CPF sob o Nº 050.573.474-54;  
Loteamento Ares Central 1, S/N, Bairro: Centro, CEP: 57.990-000, Messias/AL;  
Objeto: Contratação de pessoa física especializada para apresentação artística de cunho musical para apresentação do artista ALDIR SILVA em comemoração a Emancipação Política, a se realizar no dia 05 de setembro de 2022.  
Valor: **R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**;  
Celebrado 23/08/2022;  
Vigência: 60 (sessenta) dias.  
Signatários: Marcos José Herculano da Silva e Aldir Calheiros da Silva

**Publicado por:**  
Jose Dolberon da Silva  
**Código Identificador:**31DC751A

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO DO CONTRATO Nº 135/2022**

Espécie: Inexigibilidade de Licitação.  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MESSIAS/AL;  
Contratado: **Adriano Silva Oliveira**, inscrito no CPF sob o Nº 804.028.794-49;  
Rua Elpidio Cavalcante Lins, nº 49, Bairro: Centro, CEP: 57.990-000, Messias/AL;  
Objeto: Contratação de pessoa física especializada para apresentação artística de cunho musical para apresentação do artista MONTILLA O PIRATA em comemoração a Emancipação Política, a se realizar no dia 06 de setembro de 2022.  
Valor: **R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**;  
Celebrado 23/08/2022;  
Vigência: 60 (sessenta) dias.  
Signatários: Marcos José Herculano da Silva e Adriano Silva Oliveira

**Publicado por:**  
Jose Dolberon da Silva  
**Código Identificador:**2058336F

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO LINO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE NOVO LINO – ALAGOAS, através do Setor de Licitações, avisa que será realizada a licitação conforme descrito:  
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2022 – BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS.  
Processo Administrativo nº 1000080500082022  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS, DESTINADOS A ATENDER OS EVENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.  
Tipo: Menor Preço – Por Item  
Data e hora da sessão de disputa: 28/09/2022, às 15:00h (horário de Brasília).  
LOCAL: Sistema eletrônico do BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS, através do site [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br).  
Os interessados poderão retirar o Edital através do site: [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br) e se credenciarem junto ao BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS, no endereço <http://bnc.org.br/sistema>.  
Demais Informações no e-mail: [cplnovolino@gmail.com](mailto:cplnovolino@gmail.com).

Novo Lino/AL, 14 de setembro de 2022.

**ROMISSON FAGNER BATISTA BARRETO**  
Pregoeiro

**Publicado por:**  
Romisson Fagner Batista Barreto  
**Código Identificador:**E23497E4

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE NOVO LINO – ALAGOAS, através do Setor de Licitações, avisa que será realizada a licitação conforme descrito:  
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2022 – BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS.  
Processo Administrativo nº 10000712000722022  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE QUENTINHAS (ALMOÇO), DESTINADOS A ATENDER OS EVENTOS DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA.  
Tipo: Menor Preço – Por Item  
Data e hora da sessão de disputa: 30/09/2022, às 13:00h (horário de Brasília).  
LOCAL: Sistema eletrônico do BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS, através do site [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br).  
Os interessados poderão retirar o Edital através do site: [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br) e se credenciarem junto ao BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS, no endereço <http://bnc.org.br/sistema>.  
Demais Informações no e-mail: [cplnovolino@gmail.com](mailto:cplnovolino@gmail.com).

Novo Lino/AL, 14 de setembro de 2022.

**ROMISSON FAGNER BATISTA BARRETO**  
Pregoeiro

**Publicado por:**  
Romisson Fagner Batista Barreto  
**Código Identificador:**284384BC

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
AVISO DE RETIFICAÇÃO**

**AVISO DE RETIFICAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Novo Lino/AL torna público que no aviso de Licitação do PE. 23.2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios Alagoanos - AMA, dia 14 de setembro de 2022, Pág. 69.

Onde se lê:

Tipo: Menor Preço – POR ITEM

Leia-se :

Tipo: Menor Preço – POR LOTE

As demais informações permanecem inalteradas.

Novo Lino/AL, 14 de setembro de 2022

**ROMISSON FAGNER BATISTA BARRETO**

Pregoeiro

**Publicado por:**

Romisson Fagner Batista Barreto

**Código Identificador:**082067D9

**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DAS FLORES**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Extrato de Ata de Registro de Preços

Processo nº: 20220518007AVFG

Ata de Registro de Preços nº: 18/2022

Pregão Eletrônico - SRP nº: 018/2022

Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos leves, médios/pesados e máquinas, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Olho d'Água das Flores – AL, especificados no lote 02 do.

Detentora: J E L de Albuquerque Junior Locações, CNPJ nº 07.313.053/0001-01 vencedora do lote 02 com o valor estimado da proposta de R\$ 413.166,64 (quatrocentos e treze mil, cento e sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos). O inteiro teor desta Ata se encontra à disposição dos interessados mediante solicitação.

Olho d'Água das Flores - AL,

**JOSÉ LUIZ VASCONCELLOS DOS ANJOS -**

Prefeito.

**Publicado por:**

Jaime Nunes

**Código Identificador:**A036D1A1

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E  
PLANEJAMENTO  
AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇO**

**Aviso de Cotação de Preços**

O Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Olho d'Água das Flores-AL, convida as empresas especializadas em fornecimento de SERVIÇO DE MAMOGRAFO MÓVEL, a participarem da modalidade de Dispensa de Licitação (Art 75, II da Lei 14.133/2021), visando atender às necessidades da Secretaria de Saúde deste município, conforme planilha que deverá ser solicitada através do e-mail (setorcomprasodf@gmail.com). As cotações deverão ser enviadas no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis a partir desta publicação.

Olho d'Água das Flores – AL, 14 de setembro de 2022.

**ADÉLIA CRISTINA ABREU SILVA**

Departamento de Compras

**Publicado por:**

Layne de Lima Vitor

**Código Identificador:**9FF011E1

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E  
PLANEJAMENTO  
PORTARIA Nº 854, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.**

CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTO DO  
SERVIDOR MARCELO DOS SANTOS SILVA  
DAS ATIVIDADES NO MUNICÍPIO DE OLHO  
D'ÁGUA DAS FLORES.

**JOSÉ LUIZ VASCONCELLOS DOS ANJOS**, Prefeito do Município de Olho D'Água das Flores, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, bem como do artigo 46, I da Resolução nº 02/2007, de 09 de maio de 2007.

**RESOLVE:**

**Art. 1º CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTOS para tratar de assuntos particulares** ao servidor **MARCELO DOS SANTOS SILVA**, ocupante do cargo efetivo de Guarda Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Segurança Pública, portador do CPF sob o nº 047.003.854-30, pelo prazo de 03 (três) anos, iniciando em 14 de setembro de 2022, conforme preconiza o artigo 84 da Lei nº 597/2008.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Registre-se, publique-se e cumpra-se.**

Olho D'Água das Flores/AL, 14 de setembro de 2022.

**JOSÉ LUIZ VASCONCELLOS DOS ANJOS**

Prefeito

A presente Portaria foi publicada, registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, aos dias 14 de setembro de 2022 e, posteriormente no site <http://www.olhodaguadasflores.al.gov.br>

**Publicado por:**

Luciana Silva Melo da Rocha

**Código Identificador:**528F8760

**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO CASADO**

**GABINETE DO PREFEITO  
LEI Nº 071/2022, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022**

DISPÕE SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICA DO  
ENSINO DA REDE MUNICIPAL DE OLHO  
D'ÁGUA DO CASADO, COMO ESPAÇO DE  
PARTICIPAÇÃO E CONSTRUÇÃO COLETIVA,  
ATRAVÉS DA DESIGNAÇÃO DE DIRETORES,  
POR MEIO DE SELEÇÃO, MEDIANTE  
CRITÉRIOS DE COMPETÊNCIA TÉCNICA E  
DESEMPENHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DO CASADO/AL**, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I  
DOS PRINCÍPIOS E DAS FINALIDADES**

**Art. 1º** Fica instituída a Gestão Democrática do Ensino Público da Rede Municipal de Ensino de Olho d'Água do Casado, previsto na Constituição Federal de 1988 e tem, entre seus princípios básicos, a gestão democrática do ensino público (art. 206, inciso VI). Em 1996, a LDB, Lei nº 9.394/1996, estabeleceu em seu art. 3º, inciso VIII, que

o ensino público deveria obedecer ao princípio da gestão democrática nos termos da CF, da própria LDB e da legislação dos sistemas de ensino. A Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que “Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências”, estabelece, em seu Art. 2º, as diretrizes do PNE, entre as quais a promoção do princípio da gestão democrática da educação pública. A lei Nº 294/2015, de 22 de Junho de 2015 do Plano Municipal de Educação - PME, meta 19 e a RESOLUÇÃO Nº 1, DE 27 DE JULHO DE 2022 que aprova as metodologias de aferição das condicionalidades de melhoria de gestão para fins de distribuição da Complementação VAAR, às redes públicas de ensino, para vigência no exercício de 2023 e dá outras providências.

**Art. 2º** A Gestão Democrática do Ensino Público Municipal é compreendida como a tomada de decisão conjunta quanto ao planejamento, organização, execução, acompanhamento e avaliação das questões administrativas, pedagógicas e financeiras, envolvendo a participação da comunidade escolar, e será exercida na forma da Lei, obedecendo aos seguintes princípios:

Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

**Art. 3º** A Gestão Democrática tem por finalidade priorizar a qualidade educacional e promover a transparência dos processos pedagógico e administrativo, eficácia no uso dos recursos, garantia de qualidade social, democratização das relações pedagógicas e de trabalho e abrange dimensões Político-institucional, Pedagógica, Administrativo-financeira e Pessoal/relacional, de todas as unidades educacionais de Olho d'Água do Casado, conforme:

Participação da comunidade escolar, por meio dos órgãos colegiados;

Transparência e ética nos procedimentos pedagógicos, administrativos e financeiros;

Respeito à pluralidade e à diversidade;

Autonomia das Unidades de Ensino municipais, nos termos da legislação;

Garantia de qualidade social, traduzida pela busca constante do pleno desenvolvimento da pessoa, do preparo para o exercício da cidadania e do mundo do trabalho;

Criação de ambiente seguro e propício ao aprendizado, à construção do conhecimento e à disseminação da cultura;

Valorização do profissional da educação;

Eficiência no uso dos recursos materiais e financeiros;

Liberdade de organização dos segmentos da comunidade escolar na forma de conselhos escolares;

Associação de Pais e Professores e Grêmios Estudantis;

Promoção do respeito mútuo entre as pessoas e compreensão da origem dos problemas e conflitos, construindo soluções alternativas em diálogo com todas as partes interessadas, com escuta ativa e argumentação;

Compromisso com o cumprimento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação de Olho d'Água do Casado;

Reconhecimento da escola como integrante de uma Rede Municipal de Ensino com foco no sucesso do estudante e comprometimento com os resultados; e

Participação da comunidade escolar na elaboração e atualização do Projeto Político Pedagógico (PPP).

**Art. 4º** A Gestão Democrática do Ensino Público da Rede Municipal de Olho d'Água do Casado será efetivada através de designação dos Diretores, por meio de seleção, mediante critérios de competência técnica, desempenho e a consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas na forma da lei.

**Art. 5º** A autonomia pedagógica escolar será assegurada pela construção do Projeto Político Pedagógico - PPP e do Plano de Gestão Escolar da unidade escolar que terão como base os Currículos da Rede Estadual devendo considerar os resultados das avaliações externas e internas que a escola produz e as diretrizes emanadas da Secretaria Municipal e Secretaria Estadual de Educação.

## TÍTULO II

## DAS INSTÂNCIAS COLEGIADAS DA GESTÃO DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL

**Art.6º** A gestão democrática é efetivada por intermédio dos seguintes instrumentos de participação, regulamentados pelo Poder Executivo:

Instâncias colegiadas da gestão do ensino municipal:

Fórum Municipal de Educação de Olho d'Água do Casado AL; FME  
Conselho Municipal de Educação de Olho d'Água do Casado AL;  
CME

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (CACS/FUNDEB); e  
Conselho da Alimentação Escolar (CAE).

## TÍTULO III

### DA GESTÃO DA UNIDADE DE ENSINO

**Art. 7º** A autonomia da gestão administrativa e financeira das unidades escolares será assegurada através da destinação de recursos de programas federais, visando seu regular funcionamento, agilidade e rapidez na resolução de pequenas emergências, bem como na melhoria do padrão de qualidade do ensino:

Por práticas pedagógicas que fortaleçam a construção de um espaço democrático, de modo a fortalecer a participação da comunidade escolar;

Pela garantia de participação dos segmentos da comunidade escolar por meio do colegiado;

Pela avaliação de desempenho anual dos diretores, a ser definida em normativa da Secretaria Municipal de Educação;

Formulação, reformulação do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Unidade de Ensino;

Gerenciamento dos recursos e prestações de contas.

**Art. 8º** A gestão das Unidades de Ensino será exercida por:

Direção e Diretor Adjunto;

Coordenação Escolar Pedagógica.

## TÍTULO VI

### DO PROCESSO SELETIVO PARA DIRETOR ESCOLAR

**Art. 9º** O processo de seleção dos candidatos a diretores das unidades de ensino da Rede Municipal de Educação de Olho d'Água do Casado AL;

Terá por objetivo a aferição da competência técnico-pedagógica, a aptidão para liderança e as habilidades gerenciais necessárias ao exercício do cargo conforme a matriz de competências e atribuições do diretor escolar.

**Art. 10** A seleção do profissional para provimento do cargo de diretor das unidades de ensino, será realizada em conformidade com as seguintes etapas:

Uma primeira etapa, de caráter eliminatório, consistente de avaliação comportamental dos candidatos e destina-se à aferição de conhecimentos, habilidades e atitudes do candidato em função de um perfil pré-estabelecido pela Secretaria Municipal da Educação, considerando, pelo menos, os seguintes componentes:

- Visão sistêmica;
- Senso ético;
- Liderança;
- Flexibilidade;
- Comunicação;
- Comprometimento.

Uma segunda etapa, de caráter eliminatório, consistente de entrevista individual com os candidatos com a comissão Examinadora, onde serão checados os mesmos componentes do perfil supramencionados; Uma terceira e última etapa, de caráter classificatório, a qual compreenderá a análise de títulos e a apresentação e Defesa do Plano de Gestão escolar;

**Art. 11** As funções de Diretor Escolar, Diretor Adjunto e Coordenador pedagógico serão exercidos por professores ocupantes



dos cargos de provimento efetivo do Magistério, após estabilidade no serviço público municipal.

**Art. 12** Os profissionais da educação interessados em elaborar Plano de Gestão Escolar, com objetivo de exercer a função de Diretor e de Diretor Adjunto, quando houver, deverão preencher os seguintes requisitos cumulativos:

Ser professor ocupante de cargo de provimento efetivo do Magistério;  
Possuir habilitação em Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia;  
Elaboração do Plano de Gestão dentro da realidade social da escola para a qual irá se inscrever;

Estar em efetivo exercício na rede municipal de ensino;

Possuir habilidade técnica, iniciativa e criatividade;

Ser um profissional engajado nas atividades da instituição pública;

Ter bom relacionamento interpessoal;

Ser pontual e assíduo;

Possuir disponibilidade para atuar em regime de dedicação integral, com o cumprimento de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, a fim de gerenciar a escola em todo o seu funcionamento;

Comprovar a participação na formação continuada oferecida pela Secretaria Municipal de Educação sobre Gestão Escolar Pública em pelo menos 75% de participação;

Ser pessoa idônea, sem antecedentes criminais, comprovada por meio de Certidão Cível e Criminal (no âmbito estadual e federal), Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e regularidade no Serasa;

Não ter incorrido em penalidade administrativa, no exercício da função pública, em sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar (PAD);

Não está de licença médica ou ter acúmulo de licenças médicas;

Não está em estágio probatório;

Não ter dado entrada ao processo de aposentadoria;

§ 1º Somente será admitida a inscrição do professor no processo de escolha do Plano de Gestão Escolar para uma única Unidade Escolar.

## TÍTULO V DA COMISSÃO

**Art. 13** Será constituída, via decreto pelo chefe do Poder Executivo, uma comissão composta por representantes da Secretaria Municipal de Educação e terá como responsabilidades:

A sistematização e publicação do processo seletivo para Diretor Escolar e da consulta pública do Plano de Gestão; e  
Monitoramento e avaliação da implementação do Plano de Gestão e do cumprimento dos requisitos estabelecidos no Termo de Compromisso.

**Art. 14** O processo de seleção dos candidatos a diretores das Unidades de Ensino da Rede Municipal de Olho d'Água do Casado, organizado por meio de publicado edital de chamamento público para seleção dos profissionais, através de uma comissão organizadora constituída para aferir a competência técnico-pedagógica dos candidatos por meio das etapas descritas no artigo 10 desta Lei:

§ 1º Compete a comissão a avaliação do candidato quanto ao domínio da Língua Portuguesa, do conhecimento de fundamentos de gestão escolar, da legislação da Educação Básica, dos documentos que regem a educação municipal e da defesa do Plano de Gestão.

**Art. 15** A Comissão Organizadora e Examinadora que deverão observar critérios técnico-pedagógicos, do **Processo Seletivo nº: 001/2022, composta pelos seguintes membros:**

MEMBRO	CPF
MEMBRO	CPF
Maria do Socorro Souza Boeres Leitão	073.218.304-97
Maria da Conceição Silva Viana	001.503.235-30
Maria Luciene Souza Silva	828.106.644-04
Rosilane Isidoro de Oliveira	056.121.514-62

§ 1º A Comissão examinadora tem por atribuição avaliar os documentos, candidatos e plano de gestão conforme etapas definidas neste instrumento legal.

§ 2º Os representante indicados pela Secretaria presidirá as ações, coordenando todos os atos.

## SEÇÃO I DA CONSULTA PÚBLICA

**Art. 16** A consulta pública será realizada entre a comunidade escolar e terá a participação de pais e responsáveis, diretores e diretores-adjuntos, professores, pedagogos, profissionais administrativos das unidades de educação e servidores da Rede Municipal de Educação.

**Parágrafo Único** - A consulta será feita visando conhecer as percepções acerca do planejamento dos profissionais, por meio de formulário a ser disponibilizada a comunidade escolar, tendo caráter consultivo, a fim de auxiliar a comissão examinadora em sua avaliação.

**Art. 17** O Plano de Gestão deverá ser apresentado pelo candidato à comissão, que deverá considerar o conteúdo do Plano, observando os seguintes critérios:

Análise do currículo;

Qualificação;

Experiência.

Apresentação do Plano de Gestão:

Conteúdo;

Viabilidade;

Metas e ações;

Segurança e domínio na defesa;

Exposição coerente.

Entrevista:

Justificativa para exercer a função;

Comunicação eficiente;

Entendimento, objetividade na explicação dos questionamentos.

**Art. 18** Considerar-se-ão aptos para exercer a função de Diretor Escolar, os servidores classificados no processo seletivo, cabendo ao Chefe do Poder Executivo nomear o servidor que assumirá a função de Diretor Escolar na Unidade de Ensino.

## CAPÍTULO II DA NOMEAÇÃO DO DIRETOR ESCOLAR E DA EQUIPE DIRETIVA

**Art. 19** O Diretor Escolar de cada Unidade de Ensino Pública Municipal será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, conforme a aprovação em processo seletivo, realizado pela Secretaria Municipal de Educação para o período de 02 (dois) anos, podendo se submeter novamente ao processo de seleção por mais uma vez de forma consecutiva.

**Parágrafo único.** Em caso de exoneração ou vacância do cargo de Diretor antes do período para nova seleção, poderá o Chefe do Poder Executivo nomear o professor para ocupar a função para o período remanescente considerando a apresentação do Plano de Gestão e conforme processo seletivo descrito nesta lei.

**Art. 20** O Diretor assinará um termo de compromisso responsabilizando-se a exercer, com zelo, as atribuições específicas da função e responsabilizando-se, principalmente:

Pela aprendizagem dos estudantes;

Pelo cumprimento de, no mínimo, 200 (duzentos) dias letivos e 840 (oitocentas e quarenta) horas anuais;

Pelo cumprimento das diretrizes emanadas pela Secretaria Estadual e Municipal de Educação.

**Art. 21** O servidor poderá ser dispensado da função de Diretor Escolar, por ato do Chefe do Executivo, quando demonstrar:

Insuficiência de desempenho, constatada por meio da avaliação anual realizada pela Secretaria Municipal de Educação, a ser regulamentada; Infrção aos princípios da Administração Pública ou quaisquer obrigações legais decorrentes do exercício de sua função pública; e Descumprimento do termo de compromisso por ele assinado.

**Art. 22** Depois de transcorridos os 02 (dois) anos de gestão, o Diretor Escolar poderá participar de um novo processo seletivo, mais uma vez, no qual deverá apresentar o plano de gestão para os próximos 02 (dois) anos e cumprir todas as exigências previstas nesta lei.

## SEÇÃO III DA INEXISTÊNCIA DE INSCRITOS OU APROVADOS

**Art. 23** Caso não haja inscrição de candidato para a função de Diretor e/ou Diretor Adjunto em determinada unidade escolar, ou não seja aprovado nenhum candidato, caberá ao Executivo Municipal em

conjunto com o Secretário Municipal de Educação designar servidor para ocupar a função.

**Parágrafo Único** - Sendo nomeado diretamente para a função de Diretor e Diretor Adjunto, quando houver, deverá preencher todos os requisitos do art. 12, tendo o prazo de até 60 (sessenta) dias para a apresentação do Plano de Gestão e realização do curso de formação, nos termos desta Lei.

#### DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO

**Art. 24** O Plano de Gestão do servidor nomeado para a função de Diretor Escolar será apresentado a comissão **Organizadora e Examinadora** e realizar-se-á o acompanhamento de sua implementação pela secretaria Municipal de Educação.

**Parágrafo único:** As orientações para a escrita do Plano de Gestão serão publicadas em anexo ao edital de abertura do processo seletivo.

**Art. 25** O Plano de Gestão deve observar ainda:

Desenvolver uma gestão escolar balizada nas dimensões: pedagógica, administrativa, financeira e física, na perspectiva da gestão democrática, inclusiva, participativa, inovadora e transparente voltada para os resultados da aprendizagem dos estudantes.

Elaborar estratégias para elevar os índices educacionais resultantes das avaliações internas e externas da unidade escolar.

#### CAPÍTULO III

##### DAS COMPETÊNCIAS DO DIRETOR E DO DIRETOR ADJUNTO ESCOLAR

**Art. 26** Para exercer a função de Diretor Escolar e Diretor Adjunto, faz-se necessário observar a Matriz Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar do Conselho Nacional de Educação.

Coordenar a organização escolar nas dimensões político-institucional, pedagógica, pessoal e relacional, e administrativo-financeira, desenvolvendo ambiente colaborativo e de corresponsabilidade, construindo coletivamente o projeto pedagógico da escola e exercendo liderança transformacional e focada em objetivos bem definidos.

Configurar a cultura organizacional em conjunto com a equipe, incentivando o estabelecimento de ambiente escolar organizado, e produtivo, concentrado na excelência do ensino e aprendizagem e orientado por altas expectativas sobre todos os estudantes.

Comprometer-se com o cumprimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes, crianças, jovens e adultos têm direito, valorizando e promovendo a efetivação das Competências Gerais da BNCC e suas competências específicas, bem como demais documentos que legislam a educação brasileira.

Valorizar o desenvolvimento profissional de toda a equipe escolar, promovendo formação e apoio com foco nas Competências Gerais dos Docentes, assim como nas competências específicas vinculadas às dimensões do conhecimento, da prática e do engajamento profissional, conforme a BNC-Formação Continuada, mobilizando a equipe para uma atuação de excelência.

Coordenar o programa pedagógico da escola, aplicando os conhecimentos e práticas que impulsionem práticas exitosas, pautando-se em dados concretos, incentivando clima escolar propício para a aprendizagem, realizando monitoramento e avaliação constante do desempenho dos estudantes e engajando a equipe para o compromisso com o projeto pedagógico da escola.

Gerenciar os recursos e garantir o funcionamento eficiente e eficaz da organização escolar, realizando monitoramento pessoal e frequente das atividades, identificando e compreendendo problemas, com postura profissional para solucioná-los.

Ter pro atividade para buscar diferentes soluções para aprimorar o funcionamento da escola, com espírito inovador, criativo e orientado para resolução de problemas, compreendendo sua responsabilidade perante os resultados esperados e sendo capaz de criar o mesmo senso de responsabilidade na equipe escolar.

Relacionar a escola com o contexto externo, incentivando a parceria entre a escola, famílias e comunidade, mediante comunicação e interação positivas, orientadas para o cumprimento do projeto pedagógico da escola.

Exercitar a empatia, o diálogo e a resolução de conflitos e a cooperação, promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos,

com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.

Agir e incentivar pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

#### TÍTULO IV

##### DA FORMAÇÃO CONTINUADA

**Art. 27A** Secretaria Municipal de Educação oferecerá cursos de formação e capacitação aos integrantes dos colegiados integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Olho d'Água do Casado.

**Art. 28** O Diretor Escolar em exercício deverá participar, assiduamente, dos cursos de formação de Diretores Escolares ofertados pela Secretaria Municipal de Educação.

**Art. 29** O Diretor Escolar deverá organizar, nas Reuniões Pedagógicas, espaços de formação continuada, por meio de estudos, a partir das necessidades do grupo.

**Art. 30** O Diretor Escolar deverá viabilizar a participação dos profissionais da Educação nas formações continuadas ofertadas pela Secretaria Municipal de Educação.

##### DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

**Art. 31** O Diretor e Diretor Adjunto serão avaliados anualmente pelo Conselho Escolar bem como, pela Secretaria Municipal de Educação quanto ao cumprimento do Plano de Gestão e quanto à gestão administrativa da unidade escolar.

§1º A avaliação tem por intenção acompanhar os resultados do plano de gestão, bem como de fornecer subsídios sobre o desempenho do diretor frente a função.

§2º Em sendo descumprido o Plano de Gestão ou configurada a má gestão administrativa, tanto a Secretaria Municipal de Educação quanto o Conselho Escolar poderão intervir para a apuração da conduta do servidor.

§3º O não cumprimento das disposições do Plano de Gestão Escolar ou com a configuração da má gestão administrativa, devidamente apurado e avaliado, implicará na perda da função.

#### CAPÍTULO IV

##### DO PROCESSO SELETIVO PARA COORDENADOR(A) PEDAGÓGICO(A). ESCOLAR

**Art. 32** Os procedimentos para a seleção de docentes da Rede Pública Municipal de Ensino de Olho d'Água do Casado Alagoas para atuar como Coordenador Pedagógico nas unidades escolares do Município de Olho d'Água do Casado obedecerão aos critérios conforme PLANO DE CARGOS E CARREIRA DO MUNICÍPIO.

**Art. 33** O Coordenador Pedagógico receberá orientações Secretaria Municipal de Educação para melhor desempenho de suas funções, bem como formação continuada para melhor organização e desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, de acordo com a legislação vigente e as diretrizes da Administração Municipal.

##### DAS COMPETÊNCIAS/ATRIBUIÇÕES:

**Art. 34** Compete ao coordenador pedagógico promover a integração e articulação entre a Unidade Escolar e a comunidade próxima, através de atividades pedagógicas, científicas, sociais, desportivas e culturais:

**Art. 35** São atribuições do docente que atuará como Coordenador Pedagógico exercendo atividades de suporte pedagógico nas unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino:

Planejar, coordenar, executar e avaliar as ações relativas ao acompanhamento pedagógico da unidade escolar;

Zelar pelas ações inclusivas da unidade escolar, tais como: adaptação curricular, atendimento dos estudantes nas salas de atendimento educacional especializado, orientação aos profissionais de apoio

escolar e demais ações correlatas, garantindo o direito de aprender e desenvolver de todos os estudantes;

Planejar e coordenar a elaboração, avaliação e atualização do Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar, em parceria com os demais membros da equipe gestora;

Participar da análise do plano de organização das atividades dos professores como: atribuição das turmas, horas/aula, horas/atividade, disciplinas e turmas sob a responsabilidade de cada professor;

Zelar pelo cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;

Coordenar o planejamento e execução dos Conselhos de Classe e reuniões pedagógicas com vistas à análise dos resultados e proposições de ações;

Orientar e acompanhar a elaboração e cumprimento da proposta pedagógica curricular e plano de trabalho docente, tendo como base o Referencial Curricular de Alagoas, garantindo o direito de aprendizagem dos estudantes;

Orientar e analisar o planejamento anual e os planos de trabalho docente, observando se estão de acordo com: as Diretrizes Curriculares, o perfil das turmas, o nível de desempenho e proficiência dos estudantes, metas de fluxo, os dados das avaliações internas e externas, entre outros dados contextuais que são importantes para um bom planejamento.

Analisar planos de aula e dá feedback aos professores;

Assessorar os professores na estruturação de planos de aula eficientes;

Estimular os professores a refletir sobre o ambiente escolar e a prática de ensino, reforçando que as atividades realizadas em sala de aula devem ter um objetivo a ser alcançada, uma proposta de mudança e transformação para o aluno;

Realizar, periodicamente, observação de aula, dando as devolutivas formativas aos professores, previamente discutidas com o Articulador de Ensino;

Acompanhar e orientar pedagogicamente a utilização de materiais didáticos e recursos tecnológicos nas unidades escolares;

Monitorar e orientar o desenvolvimento do Currículo na escola, garantindo o direito dos alunos aos conteúdos do ano em curso;

Discutir com o Articulador de Ensino estratégias e metodologias diferenciadas para apresentar aos professores;

Mediar e estruturar as pautas do HTPC em parceria com o Diretor e o Articulador de Ensino;

Monitorar bimestralmente o desempenho dos alunos e consolidar os dados para o Conselho de Classe e coordenar junto ao diretor(a);

Estimular e mediar à construção de Planos de intervenções pedagógicas para os alunos com baixo desempenho;

Monitorar a permanência/frequência dos alunos e apresentar ao gestor os desafios, para juntos buscarem soluções;

Em parceria com o gestor planejar e desenvolver a avaliação e metas do PPP e realizar mediações/adequações anualmente;

Avaliar os resultados obtidos na operacionalização das ações pedagógicas, visando a sua reorientação;

Promover reuniões e encontros com os pais e responsáveis, visando à integração escola/família para promoção do sucesso escolar dos alunos;

Participar de todas as formações, reuniões e seminários de socialização com a apresentação de práticas agendadas pela SEMED;

Alinhar as ações pedagógicas da escola com às ações propostas pelo Programa Escola 10 e preparar a equipe docente para que também vivencie e compreenda o processo, trabalhando primeiro o professor para depois envolver o aluno;

Articular as ações pedagógicas na unidade escolar do Laboratório de Aprendizagem, das Oficinas, Novo Mais Educação, Mais Alfabetização, AEE e demais programas.

Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;

Estimular o uso de recursos tecnológicos e o aperfeiçoamento dos recursos humanos;

Elaborar relatórios de dados educacionais;

Emitir parecer técnico;

Participar da elaboração, execução, acompanhamento e avaliação de políticas de ensino;

Participar da elaboração do currículo e calendário escolar;

Incentivar os alunos a participarem de concursos, feiras de cultura, grêmios estudantis e outros;

Manter intercâmbio com outras instituições de ensino;

Participar de reuniões pedagógicas e técnico-administrativas;

Acompanhar e orientar o corpo docente e discente da unidade escolar;

Participar de palestras, seminários, congressos, encontros pedagógicos, capacitações, cursos e outros eventos da área educacional e correlato;

Coordenar, junto ao diretor(a) as atividades de integração da escola com a comunidade;

Propor a aquisição de equipamentos que assegurem o funcionamento satisfatório da unidade escolar;

Sistematizar, junto ao diretor(a), os processos de coleta de dados relativos ao educando através de assessoramento aos professores, favorecendo a construção coletiva do conhecimento sobre a realidade do aluno;

Acompanhar e orientar pedagogicamente a utilização de recursos tecnológicos nas unidades escolares;

Promover o intercâmbio entre professor, aluno, equipe técnica e administrativa, e conselho escolar;

Trabalhar o currículo, enquanto processo interdisciplinar e viabilizador da relação transmissão/produção de conhecimentos, em consonância com contexto sócio-político econômico;

Conhecer os princípios norteadores de todos os componentes curriculares e matriz curricular da educação básica;

Orientar e monitorar a organização e desenvolvimento da prática pedagógica para a melhoria dos resultados de aprendizagem;

Coordenar, junto ao diretor(a), as atividades de elaboração do regimento escolar;

Participar da análise e escolha do livro didático;

Traçar, junto ao diretor(a), o perfil do aluno, através de observação, questionários de escuta, entrevistas e outros;

Promover e coordenar, junto ao diretor(a), reuniões com o corpo docente, discente e equipes administrativas e pedagógicas da unidade escolar;

Acompanhar o estabelecimento escolar, avaliando o desempenho de seus componentes, verificando o cumprimento de normas e diretrizes para garantir eficácia do processo educativo;

Elaborar diagnóstico da realidade escolar, sugerindo ações de melhoria, inclusive no campo da formação continuada e de desenvolvimento profissional dos professores;

Contribuir com a efetivação da gestão democrática da unidade escolar;

Organizar e aplicar diagnóstico sistemático para análise dos resultados da aprendizagem dos estudantes;

Executar outras atividades correlatas.

## TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 36** Esta Lei aplica-se às Unidades de Ensino da rede municipal de Olho d'Água do Casado.

**Art. 37** O primeiro processo de seleção previsto nesta lei será realizado no decorrer do ano letivo de 2022, para nomeação a partir de 2023.

**Art. 38** O Diretor Escolar, em exercício na data da entrada em vigor da presente lei, poderá permanecer na função até que o processo seletivo seja concluído.

**Art. 39** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os artigos em disposições em contrário nos casos que conflitarem ou forem omissos à presente Lei Complementar.

**OLHO D'ÁGUA DO CASADO/AL, 14 DE SETEMBRO DE 2022.**

**JOSÉ DOS SANTOS**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Carla Maria de O Bezerra  
**Código Identificador:**44318005

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO RESULTADO DA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 025/2022 PROCESSO N.º 0718.0010/2022

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa(s) de engenharia para prestar, sob demanda, serviços de manutenção predial, praças, áreas verdes e vias (vicinal, asfáltica e granilítica), preventiva e corretiva com fornecimento de peças,



equipamentos, materiais e mão de obra, nas edificações administrativas e áreas pertencentes ou sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Olho D'Água do Casado/AL.

#### PROPOSTA VENCEDORA

EMPRESA: **CONSTRUTORA AMBIENTAL EIRELI**

CNPJ nº: **18.571.654/0001-30**

Lote 01: Valor Total R\$ 11.520.000,00 (onze milhões quinhentos e vinte mil reais).

Valor total dos lotes adjudicados: R\$ 11.520.000,00 (onze milhões quinhentos e vinte mil reais).

Olho D'água do Casado/AL, 14 de setembro de 2022.

**CARLA MARIA DE OLIVEIRA BEZERRA**

Pregoeira

**Publicado por:**

Carla Maria de O Bezerra

**Código Identificador:**666F1F7C

#### ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVENÇA

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

#### PORTARIA Nº 213/2022 ADM, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

“NOMEIA A comissão de avaliação, monitoramento e acompanhar a execução das parcerias celebrada por órgãos e entidades da Administração Pública municipal NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014.

O Secretário Municipal de Administração, designado pela Portaria nº 04/2021 do Gabinete do Prefeito, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em especial, para atender ao disposto nos artigos 2º, inciso XI, e 35, alínea h, da Lei 13.019/2014.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Comissão de Monitoramento e Avaliação para monitorar e avaliar a parceria com organizações da sociedade civil celebrada com a Secretaria Municipal de Saúde mediante termo de colaboração ou termo de fomento.

I - Comissão de Monitoramento e Avaliação

Membros:

Marcel Melo Moreira – CPF nº

José Marcos Godoy Sousa – CPF nº

José Ranielson Vieira Araujo – CPF nº

Art. 2º - Compete à comissão de avaliação e monitoramento apoiar e acompanhar a execução das parcerias celebrada por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, a fim de aprimorar os procedimentos, unificar os entendimentos, solucionar controvérsias, padronizar objetos, custos e indicadores, fomentar o controle de resultados e avaliar os relatórios técnicos de monitoramento.

§1º Para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto poderá ser efetuada visita *in loco*, dispensada quando a mesma for incompatível com o objeto da parceria;

§2º O monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto levará em consideração os mecanismos de escuta ao público-alvo acerca dos serviços efetivamente oferecidos no âmbito da parceria, aferindo-se o padrão de qualidade definido em consonância com a política pública setorial.

Art. 3º - A comissão deverá ser composta por, pelo menos, 01 (um) servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal do órgão ou entidade pública, devendo ser priorizada a participação de profissionais das áreas administrativas e finalísticas relacionadas ao objeto da parceria.

Art. 4º - Será impedida de participar como gestor da parceria ou como membro da comissão de monitoramento e avaliação pessoa que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, 1 (uma) das organizações da sociedade civil partícipes.

Parágrafo único. Configurado o impedimento previsto no caput, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ELIAS SANTANA SILVA**

Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**

José Cláudio Sousa de Oliveira

**Código Identificador:**32AE34A2

#### ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE PALESTINA

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO TOMADA DE PREÇOS 002/2022

#### AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

**Processo Administrativo nº 0704008/2022**

**Tomada de Preços nº 002/2022**

Face ao constante nos autos do procedimento licitatório Tomada de Preços nº 002/2022, do Tipo Menor Preço, referente ao Processo Administrativo nº 0704008/2022, **HOMOLOGO**, com fundamento na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Objeto: Contratação de empresa especializada de engenharia para executar a reforma na Unidade Básica de Saúde da Vila Santo Antônio, zona rural da cidade de Palestina/AL a presente licitação para que a Adjudicação nela contida produza seus efeitos jurídicos e legais.

**JOSÉ DJALMA GONÇALVES DA SILVA**

Prefeito Municipal

#### MUNICÍPIO DE PALESTINA/AL

#### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Contrato nº 002/2022 – Processo Administrativo nº 0704008/2022 – Tomada de Preços nº 002/2022 – Fundamentação Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – Fornecedor Registrado: THOMAZ ANTONIO FERREIRA SILVA EIRELI, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 18.327.497/0001-12 – Objeto: Contratação de empresa especializada de engenharia para executar a reforma na Unidade Básica de Saúde da Vila Santo Antônio, zona rural da cidade de Palestina/AL – Valor Global: R\$ 339.460,16 (trezentos e trinta e nove mil e quatrocentos e sessenta reais e dezesseis centavos), – Vigência: 12 (doze) meses.

**Publicado por:**

Albert Leite e Silva

**Código Identificador:**B15426B5

#### ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE PÃO DE AÇÚCAR

#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISOS DE LICITAÇÃO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2022**

Modalidade/Nº: Pregão Eletrônico nº 024/2022 – Tipo: Menor Preço – Objeto: Contratação de serviços continuados de locação de veículos destinados ao transporte escolar – Data/Horário: 30 de setembro de 2022, às 09:00hs (horário de Brasília) – o Edital encontra-se disponível no site <http://bnc.org.br/>, no portal do município, através do site Portal da Transparência | Prefeitura Municipal De Pão De Açúcar ([paodeacucar.al.gov.br](http://paodeacucar.al.gov.br)), e na sede do Município, situada no endereço Avenida Bráulio Cavalcante, 493, Centro, Pão de Açúcar - AL, CEP 57.400-000, em dias úteis, no horário das 08 às 12 horas (horário local), em dias úteis, e ainda, poderá ser obtido mediante solicitação enviada ao e-mail [cpl@paodeacucar.al.gov.br](mailto:cpl@paodeacucar.al.gov.br). Informações através do e-mail Avenida Bráulio Cavalcante, 493, Centro, Pão de Açúcar - AL, CEP 57.400-000.

**HUGO RAFAEL DA SILVA FEITOZA**

Pregoeiro

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2022-SRP**

Modalidade/Nº: Pregão Eletrônico nº 025/2022-SRP – Tipo: Menor Preço – Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de material de limpeza, higiene e descartáveis – Data/Horário: 30 de setembro de 2022, às 13:00hs (horário de Brasília) – o Edital encontra-se disponível no site <http://bnc.org.br/>, no portal do município, através do site Portal da Transparência | Prefeitura Municipal De Pão De Açúcar ([paodeacucar.al.gov.br](http://paodeacucar.al.gov.br)), e na sede do Município, situada no endereço Avenida Bráulio Cavalcante, 493, Centro, Pão de Açúcar - AL, CEP 57.400-000, em dias úteis, no horário das 08 às 12 horas (horário local), em dias úteis, e ainda, poderá ser obtido mediante solicitação enviada ao e-mail [cpl@paodeacucar.al.gov.br](mailto:cpl@paodeacucar.al.gov.br). Informações através do e-mail Avenida Bráulio Cavalcante, 493, Centro, Pão de Açúcar - AL, CEP 57.400-000.

**HUGO RAFAEL DA SILVA FEITOZA**

Pregoeiro

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2022-SRP**

Modalidade/Nº: Pregão Eletrônico nº 026/2022-SRP – Tipo: Menor Preço – Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de móveis e utensílios – Data/Horário: 29 de setembro de 2022, às 10:00hs (horário de Brasília) – o Edital encontra-se disponível no site <http://bnc.org.br/>, no portal do município, através do site Portal da Transparência | Prefeitura Municipal De Pão De Açúcar ([paodeacucar.al.gov.br](http://paodeacucar.al.gov.br)), e na sede do Município, situada no endereço Avenida Bráulio Cavalcante, 493, Centro, Pão de Açúcar - AL, CEP 57.400-000, em dias úteis, no horário das 08 às 12 horas (horário local), em dias úteis, e ainda, poderá ser obtido mediante solicitação enviada ao e-mail [cpl@paodeacucar.al.gov.br](mailto:cpl@paodeacucar.al.gov.br). Informações através do e-mail Avenida Bráulio Cavalcante, 493, Centro, Pão de Açúcar - AL, CEP 57.400-000.

**HUGO RAFAEL DA SILVA FEITOZA**

Pregoeiro

**Publicado por:**

Hugo Rafael da Silva Feitoza

**Código Identificador:**61B7E6EC
**GABINETE DO PREFEITO**  
**DECRETO Nº 18, DE 14 DE JULHO DE 2022**

*Decreta luto oficial de 03 (três) dias no Município de Pão de Açúcar em virtude do falecimento de ANTÔNIO FERREIRA DE ANDRADE, e dá outras providências.*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PÃO DE AÇÚCAR, ESTADO DE ALAGOAS**, no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica decretado luto oficial por 03 (três) dias no Município de Pão de Açúcar em sinal de pesar pelo falecimento do Senhor **ANTÔNIO FERREIRA DE ANDRADE**, fato ocorrido nesta data. Consternados pela tristeza deste acontecimento, a Prefeitura Municipal presta essa homenagem à memória deste munícipe, prestando ainda os sentimentos de pesar e condolências a todos os familiares por essa irreparável perda.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência. Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Pão de Açúcar/AL, 14 de julho de 2022.

**JORGE SILVA DANTAS**

Prefeito

**Publicado por:**

Napoleão Rodrigues Couto Júnior

**Código Identificador:**39A23C8A
**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR**
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**EXONERAÇÃO - IVONEIDE JERONIMO DOS SANTOS**

Portaria nº 03/2022.

O Senhor Prefeito no usa de suas atribuições legais previstas no Art. 140, inciso II e no Art. 165, ambos da Lei nº 166/98, em conformidade com as razões expostas no Despacho de Arquivamento da comissão de processo administrativo, **Processo Administrativo Disciplinar nº 0422-0056/2022**, decide.

Art. 1º Exonerar a servidora **IVONEIDE JERONIMO DOS SANTOS**, com fundamento nos termos do art. 35, da lei 166/98 do servidor público municipal.

Art. 2º Não encaminhar cópia dos autos para o ministério público.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pilar-AL, 01 de agosto de 2022.

**NEWTON RODRIGO ROCHA SARMENTO**

Secretário Municipal de Administração

Portaria nº 001/2021

**Publicado por:**

Fernando Jose dos Santos

**Código Identificador:**71EB08AB
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 27/2022**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.200.150/0001-28;

CONTRATADA: EMPRESA **MACEIÓ AUTOPEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA** CNPJ 17.622.147/0001-16, sediada à Av. Comendador Leão, nº 823, Poço, Maceió, Representada por seu representante legal o Sr. Nélito Matias de Albuquerque RG. Nº 98001349229 SSP/AL, CPF Nº 986.268.924-20.

OS CONTRATANTES: tem entre si justo e avençado e celebram o presente termo aditivo de contrato, sujeitando-se as partes as normas disciplinares as normas da lei Nº 8.666/93 e a seguinte cláusula:

O OBJETO DO ADITIVO: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de 25% ao contrato nº 27/2022.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A despesa oriunda deste aditivo correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

o investimento para a execução dos serviços objeto desta contratação ocorrerá por conta, das dotações orçamentárias descritas abaixo:

unidade orçamentária: 0008 – secretaria municipal de transporte

funcional programática: 26.122.0001.2015

projeto/atividade: 2015 – manutenção das ações das atividades da secretaria de transporte

elemento de despesa: 3.3.9.0.39.00 – outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

unidade orçamentária: 0020 – secretaria municipal de educação (mde)

funcional programática: 12.122.0002.000.4001

projeto/atividade: – gestão das ações da secretaria municipal de educação

elemento de despesa: 3.3.9.0.39.00 – outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

3.3.9.0.30.00 – material de consumo

unidade orçamentária: 0010 – fundo municipal de saúde

funcional programática: 10.301.0005.6005

projeto/atividade: 6006 – manutenção das ações da atenção básica – pab fixo

elemento de despesa: 3.3.9.0.39.00 – outros serviços de terceiros – pessoa jurídica  
 unidade orçamentária: 0010 – fundo municipal de saúde  
 funcional programática: 10.301.0005.000.6005  
 projeto/atividade: 6005 – manutenção das atividades do fundo municipal de saúde  
 elemento de despesa: 3.3.9.0.39.00 – outros serviços de terceiros – pessoa jurídica  
 unidade orçamentária: 0012 – secretaria municipal de assistência social  
 funcional programática: 08.122.0004.000.8001 – gestão das ações da sec. municipal de ação social  
 funcional programática: 08.122.0004.000.8016 – índice de gestão descentralizada igd bf  
 funcional programática: 08.122.0004.000.8021 – bloco de proteção social básica - cras  
 elemento de despesa: 3.3.3.0.3.0 – material de consumo  
 elemento de despesa: 3.3.3.0.3.9 – outros serviços de terceiro pessoa jurídica

DO VALOR: O acréscimo de serviços corresponde a um percentual de 25% que corresponde a R\$ 62.558,40 (sessenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e oito e quarenta centavos) do valor inicial do contrato a serem pagos de acordo com a CLÁUSULA do Edital.

DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Termo Aditivo tem fundamento no art. 65, I, “b” c/c ao §1º da Lei Federal nº 8.666/1993.

**RENATO REZENDE ROCHA FILHO**

Prefeito

**Publicado por:**

Sérgio Lira de Oliveira

**Código Identificador:**381587F3

**ESTADO DE ALAGOAS  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANHAS**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
 PORTARIA Nº 056/2022/GABSAP, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.**

O Secretário Municipal de Administração e Planejamento, designado pela Portaria nº02/2021 do Gabinete do Prefeito, de 04 de janeiro de 2021, publicada em 13 de janeiro no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Alagoas, ano VIII, n. 1.455, página 33-34, código identificador n. B550A974, no uso de suas atribuições, pela presente, **RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar os servidores abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão de Inventário Anual dos Bens Patrimoniais Móveis da Prefeitura Municipal de Piranhas/AL:

SERVIDOR	CPF
João Pedro Santana Santos	087.187.665-52
Bruno Leandro dos Santos	089.366.634-37
Matheus Fontes Ferreira dos Santos	090.196.314-38

**Art. 2º** Compete à Comissão de Inventário Anual dos Bens Patrimoniais Móveis da Prefeitura Municipal de Piranhas/AL:

Realizar o levantamento quantitativo e qualitativo dos bens patrimoniais móveis da Prefeitura Municipal de Piranhas/AL, conferindo fisicamente, *in loco* e por Setor, todos os bens permanentes, identificando sua localização, servidor responsável, estado de conservação (bom, ocioso, recuperável, antieconômico ou irre recuperável) e perfeita caracterização (cor, marca, número de série, valor estimado, além de outras características eventualmente indicadas pelo Departamento de Patrimônio), observando discrepâncias quanto à/a:

ausência de identificação;  
 ausência de registro;  
 bem obsoleto;

bem deteriorado ou danificado;  
 bem com pouco ou nenhum uso;  
 outros casos.

Elaborar relatório circunstanciado dos fatos apurados nos levantamentos realizados;

**Art. 3º** O Presidente da Comissão de Inventário Anual dos Bens Patrimoniais Móveis da Prefeitura Municipal de Piranhas/AL comunicará à todos os órgãos que a compõem a realização do inventário, com, pelo menos, 05 (cinco) dias de antecedência do seu início, para que todos tenham conhecimento e adequem suas rotinas, a fim de facilitar os trâmites.

**Parágrafo Único.** O prazo indicado no *caput* servirá para organização interna dos setores, visando ao atendimento do princípio constitucional da eficiência, quando da realização do inventário.

**Art. 4º** Ao final de seus trabalhos, a Comissão deverá encaminhar, via processo administrativo, à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, o Relatório Final do Inventário Anual dos Bens Patrimoniais Móveis para análise e aprovação.

**§ 1º** Não aprovado o relatório, será devolvido à Comissão, para adequações, retornando, posteriormente, para aprovação ou novas adequações.

**§ 2º** Aprovado o Relatório, porém com divergências ou anormalidades verificadas, será encaminhado ao Departamento de Patrimônio, a fim de que este as apure e adote as medidas necessárias.

**§ 3º** Aprovado o Relatório, será encaminhado Memorando ao Departamento de Contabilidade, a fim de que tal departamento dê continuidade aos demais trâmites.

**Art. 5º** Recebido o Relatório aprovado, porém com divergências ou anormalidades verificadas, caberá ao Departamento de Patrimônio, apurá-las, observados os Setores responsáveis onde estas foram identificadas.

**§ 1º** Os Setores devem ser notificados por meio de Memorando do Departamento de Patrimônio, constando a divergência, o responsável por respondê-la e o prazo para manifestação.

**§ 2º** Caso a responsabilidade pela solução da divergência recaia sobre o Departamento de Patrimônio, este deverá saná-la de igual maneira.

**§ 3º** De posse das manifestações apresentadas pelos Setores, o Departamento de Patrimônio deverá adotar as medidas que lhe competem, analisando e registrando cada caso em documento que deverá ser anexado ao Relatório.

**§ 4º** Concluídas as providências descritas nos parágrafos anteriores, o Departamento de Patrimônio deverá enviar o Relatório e seus anexos à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, para que se proceda à nova análise.

**Art. 6º** Caberá ao Departamento de Patrimônio o arquivamento do Relatório Final do Inventário Anual dos Bens Patrimoniais Móveis, o qual servirá de referência para os futuros inventários.

**Art. 7º** Caberá ao Departamento de Contabilidade, realizar a conciliação contábil, conforme normas definidas pelos órgãos competentes e rotinas adotadas pela Área responsável.

**Art. 8º** No período de realização do inventário, é vedada a movimentação física dos bens, até o dia 31 de dezembro do corrente ano, salvo quando autorizada pela Autoridade Máxima da Unidade, mediante ciência à Comissão Inventariante, que deverá comunicar ao Departamento de Patrimônio, para eventual acompanhamento e providências necessárias.

**Art. 9º** Independente de eventual responsabilização por meio de processo administrativo, os setores que não se manifestarem, dentro



do prazo regulamentado, quanto ao Formulário de Comunicação de Inconsistência(s), no Inventário Patrimonial, ou dificultarem o trabalho da Comissão de Inventário, assim como os setores que permanecerem com pendências patrimoniais, ficarão temporariamente impedidos de efetuar movimentação de bens móveis, salvo mediante autorização da Autoridade Máxima da Unidade.

**Art. 10** Esta Portaria entra em vigor nesta data.

**Art. 11** Revogam-se as disposições em contrário.

**WELLTON AMORIM FALCÃO DE LIMA**

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

**Publicado por:**

Wellington Pinto Oliveira

**Código Identificador:**2FA04EBC

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
TORNAR SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO PORTARIA Nº  
048/2022/GABSAP, DE 30 DE AGOSTO DE 2022.**

O Secretário Municipal de Administração e Planejamento, designado pela Portaria nº02/2021 do Gabinete do Prefeito, de 04 de janeiro de 2021, publicada em 13 de janeiro no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Alagoas, ano VIII, n. 1.455, página 33-34, código identificador n. B550A974, no uso de suas atribuições, torna sem efeito a Publicação referente a **PORTARIA Nº 048/2022/GABSAP, DE 30 DE AGOSTO DE 2022**. Data da Circulação: Diário Oficial dos Municípios do Estado de Alagoas, Quarta-Feira, dia 14 de Setembro de 2022, ANO IX/Nº 1880, pag. 84 e 85.

Piranhas, 14 de setembro de 2022.

**WELLTON AMORIM FALCÃO DE LIMA**

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

**Publicado por:**

Wellington Pinto Oliveira

**Código Identificador:**89B2A5A5

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
PORTARIA Nº 048/2022 - GP**

O Prefeito do Município de Piranhas/AL, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, notadamente as que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** – NOMEAR o Sr. **THIAGO ALCÂNTARA DE OLIVEIRA ARAÚJO**, inscrito no CPF nº 057.376.814-59 e OAB/AL 10.831, na função de **CORREGEDORIA GERAL** deste município, nos termos da lei, revogando-se as disposições em contrário.

**Art. 2º** – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeito de imediato.

Piranhas/AL, 13 de setembro de 2022.

**TIAGO TORRES FREITAS**

Prefeito

**Publicado por:**

Wellington Pinto Oliveira

**Código Identificador:**064350DB

**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO CALVO**

**GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 24, DE 08 DE SETEMBRO DE 2022**

DECRETO Nº 24, DE 08 DE SETEMBRO DE 2022.

*Dispõe sobre a instituição da Gestão Democrática do Ensino Público da Rede Municipal de Ensino de Porto Calvo, Estado de Alagoas, e dá outras providências.*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PORTO CALVO, ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições de acordo com a Lei Orgânica. Do Município Porto Calvo, art. 68,IV.

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 206, inciso VI da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 3º, inciso VIII da Lei nº 9.394/96 (LDB);

**CONSIDERANDO** o que estabelece o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) em seu art. 2º: "São diretrizes do PNE: [...] VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública";

**CONSIDERANDO** o que dispõe o art. 14, parágrafo 1º, inciso I da Lei nº 14.113/2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb);

**CONSIDERANDO** a Lei Municipal nº 1.045/2015 de 23 de junho de 2015, que trata do Plano Municipal de Educação;

**CONSIDERANDO** o Plano de Cargos e Carreira e Remuneração nº 1.002 de 22 de março de 2012.

**CONSIDERANDO** a necessidade de estabelecer critérios para avaliação de mérito e desempenho dos profissionais do magistério interessados em assumir a direção de instituições de ensino na Rede Municipal de Ensino;

**CONSIDERANDO** que o processo eleitoral dos cargos de Diretor Geral e Diretor Adjunto é um dos mecanismos de gestão democrática que visa à participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, e

**CONSIDERANDO** que a eleição contribui com o processo coletivo de construção organizacional da escola nos aspectos pedagógico, relacional, administrativo e financeiro,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica instituída a Gestão Democrática do Ensino Público da Rede Municipal de Ensino de Porto Calvo/AL.

Art. 2º - A gestão democrática do ensino público, princípio inscrito no artigo 206, inciso VI da Constituição Federal e no artigo 197, será exercida na forma deste decreto, com vista à observância dos seguintes preceitos:

I - autonomia dos estabelecimentos de ensino na gestão administrativa, financeira e pedagógica;

II - livre organização dos segmentos da comunidade escolar;

III - participação dos segmentos da comunidade escolar nos processos decisórios em órgãos colegiados;

IV - transparência dos mecanismos administrativos, financeiros e pedagógicos;

V - eficiência no uso dos recursos.

Art. 3º - Os estabelecimentos de ensino serão instituídos como órgãos relativamente autônomos, dotados de autonomia na gestão administrativa, financeira e pedagógica, em consonância com a legislação específica de cada setor.

Art. 4º - Todo estabelecimento de ensino está sujeito à supervisão do Prefeito (a) e do Secretário (a) do Município na Educação, na forma prevista para as entidades da Administração Indireta.

Art. 5º - A administração dos estabelecimentos de ensino será exercida pelos seguintes órgãos:

I – Diretor Escolar;

II – Diretor Escolar Adjunto;

III - Conselho Escolar.

Art. 6º - A autonomia da gestão administrativa dos estabelecimentos de ensino será assegurada:

I - pela indicação do Diretor, mediante votação direta e secreta da comunidade escolar;

II - pela indicação do Diretor e do(s) Vice-Diretor (es), mediante votação direta e secreta da comunidade escolar;

III - pela escolha de representantes de segmentos da comunidade no Conselho Escolar;

IV - pela atribuição de mandato ao Diretor indicado, mediante votação direta e secreta da comunidade escolar;

V - pela garantia de participação dos segmentos da comunidade nas deliberações do Conselho escolar;

VI - pela destituição do Diretor, na forma regulada nesta lei.

Art. 7º - A administração do estabelecimento de ensino será exercida pelo Diretor e pelo(s) Vice-Diretor (es), em consonância com as deliberações do Conselho Escolar, respeitadas as disposições legais.

§1º Diretor Geral é o articulador direto da execução e corresponsável como membro nato do Conselho Escolar pela prestação de contas de todos recursos destinados à escola.

§ 2º O Diretor Adjunto é corresponsável, junto ao Diretor Geral, por todas as ações da escola e assumirá as funções do mesmo nos seus impedimentos e afastamento legal.

Art. 8º - Os Diretores das escolas públicas municipais poderão ser indicados pela comunidade escolar de cada estabelecimento de ensino, mediante votação direta e secreta.

**Parágrafo Único** - Entende-se por comunidade escolar, para efeito desta lei, o conjunto de alunos, pais ou responsáveis por alunos, membros do Magistério e demais servidores públicos, em efetivo exercício no estabelecimento de ensino.

Art. 9º - São atribuições do Diretor:

I - representar a escola, responsabilizando-se pelo seu funcionamento;

II - coordenar, em consonância com o Conselho Escolar, a elaboração, a execução e a avaliação do projeto administrativo-financeiro-pedagógico, através do Plano Integrado de Escola, observadas as políticas da Secretaria Municipal da Educação;

III - coordenar a implementação do Projeto Político Pedagógico-PPP da Escola, assegurando sua unidade e o cumprimento do currículo e do calendário escolar;

IV - submeter ao Conselho Escolar, para apreciação e aprovação, o Plano de Aplicação dos recursos financeiros.

V - submeter à aprovação da Secretaria Municipal de Educação o Plano Integrado da Escola;

VI - organizar o quadro de recursos humanos da escola com as devidas especificações, submetendo-o à apreciação do Conselho Escolar e solicitar da Secretaria de Educação os recursos humanos disponíveis para fins da lotação escolar.

VII - submeter ao Conselho escolar para exame e parecer, no prazo regulamentar, a prestação de contas;

VIII - divulgar a comunidade escolar a movimentação financeira da escola;

IX - coordenar o processo de avaliação das ações pedagógicas e técnico-administrativo-financeiras desenvolvidas na escola;

X - apresentar, anualmente, ao Conselho Escolar os resultados da avaliação interna e externa da escola e as propostas que visem à melhoria da qualidade do ensino e ao alcance das metas estabelecidas;

XI - apresentar, anualmente, à Secretaria da Municipal de Educação e à comunidade escolar a avaliação do cumprimento das metas estabelecidas no Plano Integrado de Escola, a avaliação interna da escola e as propostas que visem à melhoria da qualidade do ensino e ao alcance das metas estabelecidas;

XII - manter atualizado o tombamento dos bens públicos, zelando, em conjunto com todos os segmentos da comunidade escolar, pela sua conservação;

XIII - cumprir e fazer cumprir a legislação vigente;

XIV - coordenar os procedimentos referentes ao recebimento, execução, prestação de contas e aplicação dos recursos financeiros transferidos às escolas por órgão federais e/ou municipais.

XV - controlar a frequência diária dos servidores, em consonância com suas respectivas cargas horárias, atestando-a mensalmente, bem como encaminhar as folhas de frequência ao setor competente;

XVI - apurar e fazer apurar irregularidades das quais venha a tomar conhecimento no âmbito da escola, comunicando e prestando informações sobre as mesmas ao Conselho Escolar e a Secretaria Municipal de Educação;

XVII - cumprir, fazer cumprir e divulgar o regimento escolar, a legislação vigente, bem como as normas e diretrizes emanadas do Conselho Municipal de Educação/ CME;

XVIII - resolver as situações omissas neste decreto, levando, as de natureza grave, à apreciação do órgão competente da Secretaria Municipal de Educação;

**Parágrafo único.** O (a) Secretário (a) Municipal de Educação poderá determinar intervenção na Unidade Escolar pelo não cumprimento das competências constantes neste artigo, evoluindo, quando necessário, à instauração de Inquérito Administrativo.

Art. 10 - A vacância da função de Diretor ocorrerá por conclusão da gestão, renúncia, destituição, aposentadoria ou morte.

**Parágrafo único** - A decisão final desfavorável ao candidato, em recurso sobre impugnação de registro de candidatura e o seu afastamento por período superior a 2 (dois) meses, excetuando-se os casos de Licença Saúde, Licença Gestante e Licença Saúde Família, implicarão na vacância da função.

Art. 11- Ocorrendo a vacância da função de Diretor, excetuada a hipótese prevista no artigo 10, iniciar-se-á o processo de nova indicação.

Art. 12 - Ocorrendo a vacância da função de Diretor, nos 6(seis) meses anteriores ao término do período, completará o mandato:

I - o Vice-Diretor, substituto legal do Diretor;

II - no impedimento do Vice-Diretor referido no inciso anterior e, havendo mais de um Vice-diretor, dentre estes, o que tiver mais tempo de serviço no Magistério Público Municipal;

Art. 13 - A destituição do Diretor indicado somente poderá ocorrer motivadamente:

I - após sindicância, em que seja assegurado o direito de defesa, em face da ocorrência de fatos que constituam ilícito penal, falta de idoneidade moral, de disciplina, de assiduidade, de dedicação ao serviço ou de deficiência ou infração funcional previstas no Plano de Cargos de Carreiras.

II - por descumprimento desta lei, no que diz respeito a atribuições e responsabilidades.

§ 1º - O Conselho Escolar, mediante decisão fundamentada e documentada, pela maioria absoluta de seus membros, e o(a) Secretário(a) Municipal de Educação, mediante despacho fundamentado, poderão propor ou determinar a instauração de sindicância, para os fins previstos neste artigo.

§ 2º - A sindicância será concluída em 30(trinta) dias.

§ 3º - O(A) Secretário(a) Municipal de Educação poderá determinar o afastamento do indiciado durante a realização da sindicância, assegurado o retorno ao exercício das funções, caso a decisão final seja pela não destituição correspondente, no mínimo, à exigida para o nível de ensino em que atuarão.

Art. 14 - Ocorrendo vacância de ambos os cargos, a escolha dar-se-á:

I - quando houver transcorrido menos de 50% (cinquenta por cento) do mandato, a escolha dar-se-á através de voto direto aberto ou direto secreto, pela Assembleia Geral da comunidade escolar e devidamente registrada em ata. Neste caso, será considerado mandato, para efeito de contagem de tempo, o exercício da função;

II - quando houver transcorrido mais de 50% (cinquenta por cento) do mandato, a escolha dar-se-á através do voto direto aberto ou direto secreto, pelo segmento professor junto com o Conselho Escolar e devidamente registrada em ata. Neste caso, não será considerado mandato, para efeito de contagem de tempo, o exercício da função; e

III - quando não houver servidores para assumir a vacância, o processo de escolha dar-se-á por indicação do Secretário Municipal de Educação.

**Parágrafo único.** Os candidatos eleitos em recondução para Diretor Geral e Diretor(es) Adjunto(s) só poderão se candidatar, para qualquer um dos cargos, após um período de 2(dois) anos do término do seu segundo mandato.

Art. 15 - O processo de indicação de Diretores de estabelecimentos de ensino públicos municipais será realizado em duas etapas:

I - a primeira constará de indicação pela comunidade escolar de cada estabelecimento de ensino, mediante votação direta.

II - a segunda constará de curso para qualificação do exercício da função, após 15 (quinze), da eleição organizado pela Secretaria Municipal de Educação;

Art. 16 - Poderá concorrer à função de Diretor todo membro do Magistério Público municipal, em exercício na escola, que preencha os seguintes requisitos:

I - possua curso ou habilitação superior na área de educação;

II - tenha no mínimo 3(três) anos de efetivo exercício no Magistério Público Municipal;

III - tenha no mínimo 06 (seis) meses de efetivo exercício na Escola na qual será candidato;

IV - tenha disponibilidade para cumprimento do regime de trabalho de 40(quarenta) horas semanais;

V - apresente e defenda junto à comunidade escolar seu plano de ação para implemento das metas da escola;

VI - comprometa-se a frequentar curso para a qualificação do exercício da função a que vier ser convocado, após eleito;

§ 1º - Nenhum candidato poderá concorrer, simultaneamente, em mais de um estabelecimento de ensino;

VII - não estar, nos cinco anos anteriores à data do registro da chapa, sofrendo efeitos de sentença penal condenatória;

VIII - não ter sido condenado em processo disciplinar administrativo em órgão integrante da Administração Pública Direta ou Indireta, nos cinco anos anteriores à data do registro da chapa;

IX - não estar concorrendo a um terceiro mandato consecutivo na mesma ou em outra unidade escolar;

X - não ocupar cargo eletivo regido pela justiça Eleitoral, em qualquer nível; e

XI - não ter pendência no SIGPC (Sistema Integrado de Gestão de Prestação de Contas) do FNDE.

Art. 17 - Para dirigir o processo de indicação será constituída uma Comissão, nomeada pelo(a) Secretário(a) de Educação da Rede Municipal, composta de forma paritária entre a Secretaria Municipal de Educação, Sindicato dos Trabalhadores da Educação da Rede Municipal, representantes de pais dos Conselhos Escolares da Rede Pública de Ensino.

§ 1º A Comissão nomeada elaborará, no prazo de 60 (sessenta) dias, as devidas instruções, regulamentadoras do processo das eleições, sendo encaminhadas à Secretaria Municipal de Educação para tomar conhecimento, e em seguida, remetê-las

§ 2º A Secretaria Municipal de Educação publicará Edital, no mínimo, 30(trinta) dias antes das eleições.

**Parágrafo Único** - Será constituída e instalada, concomitantemente com a Comissão Central Eleitoral a Comissão Escolar para decidir, no prazo de 72 horas, os recursos interpostos de decisões da Comissão Eleitoral central e escolar.

Art. 18 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 19 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal, em Porto Calvo/AL, 08 de setembro de 2022.

**ERONITA SPÓSITO LEÃO E LIMA**  
Prefeita

Este decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Porto Calvo, 08 de setembro de 2022.

**FRANCISCO LEANDRO DE SOUSA**  
Secretário de Administração

**Publicado por:**  
Emisson Luis Nascimento Rocha  
**Código Identificador:**B9016EFE

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**SÚMULA DO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO,**  
**QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE**  
**QUEBRANGULO E A EMPRESA BIOMULT**  
**DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP.**

**PROCESSO Nº:** 08080017/2022

**CONTRATO Nº:** 104/2022

**CONTRATANTE:** O MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO, pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.241.675/0001-01, com sede na Avenida Graciliano Ramos, nº 250, Centro, Quebrangulo, Alagoas, neste ato representado por seu

representante legal Sr. **MARCELO RICARDO VASCONCELOS LIMA**, brasileiro, casado, agrônomo, inscrito no RG 327009 SSP/AL, CPF/MF nº 209.176.194-04, residente e domiciliado na Rua 15 de Novembro, 135, Centro, cidade de Quebrangulo/AL;

**CONTRATADA:** A empresa **BIOMULT DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 35.937.997/0001-95, estabelecida na Rua Pres. Kennedy, 119, Galpão 07, Anexo B, Bairro Heliópolis, CEP: 55.297-020, Garanhuns - PE e com o seguinte endereço eletrônico biomult0@gmail.com, representada pelo Sr. **WEMMISSON ALVES DOS SANTOS**, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por Contrato Social, inscrito no CPF sob o nº 064.152.914-75, cédula de identidade nº 7.383.666 SEDS/AL;

**OBJETO DO CONTRATO:** AQUISIÇÃO DE KITS DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA.

**BASE LEGAL:** Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

**DO VALOR DO CONTRATO:** R\$ 55.640,40 (cinquenta e cinco mil, seiscentos e quarenta reais e quarenta centavos).

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

ÓRGÃO: 02 - GABINETE DO PREFEITO  
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0221 - COORDENADORIA MUNIC. DA DEFESA CIVIL DE QUEBRANGULO - COMDEC  
ESTRUTURA PROGRAMÁTICA: 02.0221.06.182.0001.2007 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO DA SITUAÇÃO EMERGENCIAL  
COBRADE: 1.2.2.0.0  
ELEMENTO DE DESPESA: 3390320000/001060000 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** 90 (noventa) dias, contados da data da sua assinatura.

**DATA DE ASSINATURA:** 14 de setembro de 2022.

**Publicado por:**  
Emerson de Souza Jatobá  
**Código Identificador:**57ED6F33

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**SÚMULA DO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO,**  
**QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE**  
**QUEBRANGULO E A EMPRESA COMERCIAL NOVO**  
**HORIZONTE LTDA - EPP.**

**PROCESSO Nº:** 08080017/2022

**CONTRATO Nº:** 101/2022

**CONTRATANTE:** O MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO, pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.241.675/0001-01, com sede na Avenida Graciliano Ramos, nº 250, Centro, Quebrangulo, Alagoas, neste ato representado por seu representante legal Sr. **MARCELO RICARDO VASCONCELOS LIMA**, brasileiro, casado, agrônomo, inscrito no RG 327009 SSP/AL, CPF/MF nº 209.176.194-04, residente e domiciliado na Rua 15 de Novembro, 135, Centro, cidade de Quebrangulo/AL;

**CONTRATADA:** A empresa **COMERCIAL NOVO HORIZONTE LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 20.129.155/0001-30, estabelecida na Rua Tenente Paulo Winteler, 25, Loja C, Quadra 12, Lote 146, Lote Frind Winteler, Bairro Centro, CEP: 57.120-000, Satuba - AL e com o seguinte endereço eletrônico comercialnovohorizonte2017@gmail.com, representada pelo Sr. **EGLON LUIZ BERNARDI**, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por Contrato Social, inscrito no CPF sob o nº 842.682.204-53, cédula de identidade nº 1.205.285 SSP/AL;



**OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS.**

**BASE LEGAL:** Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.

**DO VALOR DO CONTRATO: R\$ 477.184,00 (quatrocentos e setenta e sete mil, cento e oitenta e quatro reais).**

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

ÓRGÃO: 02 – GABINETE DO PREFEITO  
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0221 – COORDENADORIA MUNIC. DA DEFESA CIVIL DE QUEBRANULO – COMDEC  
ESTRUTURA PROGRAMÁTICA: 02.0221.06.182.0001.2007 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO DA SITUAÇÃO EMERGENCIAL  
COBRADE: 1.2.2.0.0  
ELEMENTO DE DESPESA: 3390320000/001060000 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.

**PRAZO DE VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias**, contados da data da sua assinatura.

**DATA DE ASSINATURA:** 14 de setembro de 2022.

**Publicado por:**  
Emerson de Souza Jatobá  
**Código Identificador:**4AABCE63

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
SÚMULA DO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO,  
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE  
QUEBRANGULO E A EMPRESA MRB DISTRIBUIDORA DE  
ACESSÓRIOS EMPRESARIAIS EIRELI - EPP.**

**PROCESSO Nº:** 08080017/2022

**CONTRATO Nº:** 100/2022

**CONTRATANTE:** O MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO, pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.241.675/0001-01, com sede na Avenida Graciliano Ramos, nº 250, Centro, Quebrangulo, Alagoas, neste ato representado por seu representante legal Sr. **MARCELO RICARDO VASCONCELOS LIMA**, brasileiro, casado, agrônomo, inscrito no RG 327009 SSP/AL, CPF/MF nº 209.176.194-04, residente e domiciliado na Rua 15 de Novembro, 135, Centro, cidade de Quebrangulo/AL;

**CONTRATADA:** : A empresa **MRB DISTRIBUIDORA DE ACESSÓRIOS EMPRESARIAIS EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 12.183.082/0001-36, estabelecida na Rua Rosendo Gama, 144, Galpão 144, Galpão 150, Galpão 158, Bairro Baixa Grande, CEP: 57.307-205, Arapiraca - AL e com o seguinte endereço eletrônico [mr\\_b\\_al@hotmail.com](mailto:mr_b_al@hotmail.com), representada pelo Sr. **MURILO RAFAEL BERNARDI ARAUJO LEITE**, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por Contrato Social, inscrito no CPF sob o nº 060.358.054-85, cédula de identidade nº 2003005000933 SEDS/AL;

**OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE KITS DE MATERIAL LIMPEZA PESSOAL.**

**BASE LEGAL:** Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.

**DO VALOR DO CONTRATO: R\$ 88.100,00 (oitenta e oito mil e cem reais).**

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

ÓRGÃO: 02 – GABINETE DO PREFEITO  
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0221 – COORDENADORIA MUNIC. DA DEFESA CIVIL DE QUEBRANULO – COMDEC  
ESTRUTURA PROGRAMÁTICA: 02.0221.06.182.0001.2007 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO DA SITUAÇÃO EMERGENCIAL  
COBRADE: 1.2.2.0.0  
ELEMENTO DE DESPESA: 3390320000/001060000 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.

**PRAZO DE VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias**, contados da data da sua assinatura.

**DATA DE ASSINATURA:** 14 de setembro de 2022.

**Publicado por:**  
Emerson de Souza Jatobá  
**Código Identificador:**716635D6

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
SÚMULA DO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO,  
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE  
QUEBRANGULO E A EMPRESA INDUSTRIA ALAGOANA  
DE COLCHOES E ESPUMA EIRELI.**

**PROCESSO Nº:** 08080017/2022

**CONTRATO Nº:** 102/2022

**CONTRATANTE:** O MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO, pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.241.675/0001-01, com sede na Avenida Graciliano Ramos, nº 250, Centro, Quebrangulo, Alagoas, neste ato representado por seu representante legal Sr. **MARCELO RICARDO VASCONCELOS LIMA**, brasileiro, casado, agrônomo, inscrito no RG 327009 SSP/AL, CPF/MF nº 209.176.194-04, residente e domiciliado na Rua 15 de Novembro, 135, Centro, cidade de Quebrangulo/AL;

**CONTRATADA:** A empresa **INDUSTRIA ALAGOANA DE COLCHOES E ESPUMA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.188.276/0001-61, estabelecida na Av. Frei Damião de Bonzzano, Lote 1, Nucleo Industrial, Bairro Cidade Universitária, CEP: 57.073-610, Maceió - AL e com o seguinte endereço eletrônico [secretaria@bonsono.com.br](mailto:secretaria@bonsono.com.br), representada pelo Sr. **LUCAS AUGUSTO PINHEIRO DE ALCÂNTARA**, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por Contrato Social, inscrito no CPF sob o nº 111.779.684-10, cédula de identidade nº 4051580-0SDS/AL;

**OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE COLCHÕES.**

**BASE LEGAL:** Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.

**DO VALOR DO CONTRATO: R\$ 319.782,00 (trezentos e dezenove mil, setecentos e oitenta e dois reais).**

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

ÓRGÃO: 02 – GABINETE DO PREFEITO  
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0221 – COORDENADORIA MUNIC. DA DEFESA CIVIL DE QUEBRANULO – COMDEC  
ESTRUTURA PROGRAMÁTICA: 02.0221.06.182.0001.2007 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO DA SITUAÇÃO EMERGENCIAL  
COBRADE: 1.2.2.0.0  
ELEMENTO DE DESPESA: 3390320000/001060000 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.

**PRAZO DE VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias**, contados da data da sua assinatura.

**DATA DE ASSINATURA:** 14 de setembro de 2022.

**Publicado por:**  
Emerson de Souza Jatobá  
**Código Identificador:** 181A579C

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
SÚMULA DO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO,  
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE  
QUEBRANGULO E A EMPRESA ASSOCIAÇÃO DE  
ARBITROS DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS.**

**PROCESSO Nº:** 05150016/2022

**CONTRATO Nº:** 105/2022

**CONTRATANTE:** O MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO, pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.241.675/0001-01, com sede na Avenida Graciliano Ramos, nº 250, Centro, Quebrangulo, Alagoas, neste ato representado por seu representante legal Sr. **MARCELO RICARDO VASCONCELOS LIMA**, brasileiro, casado, agrônomo, inscrito no RG 327009 SSP/AL, CPF/MF nº 209.176.194-04, residente e domiciliado na Rua 15 de Novembro, 135, Centro, cidade de Quebrangulo/AL;

**CONTRATADA:** A ASSOCIAÇÃO DE ARBITROS DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS, inscrita no CNPJ sob o nº 12.476.619/0001-56, estabelecida na Rua Holanda, nº 40 A, São Cristóvão, CEP: 54.601-280, Palmeira dos Índios - AL com o seguinte endereço eletrônico carlinhos.boderouco@gmail.com, representada pelo Sr. **Carlos Alberto Ferreira de Oliveira**, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada pela Ata da Nova Eleição e Posse da Diretoria AAPI – 2021/2031, inscrito no CPF sob o nº 957.915.584-49 e RG nº 1086157 SSP/AL;

**OBJETO DO CONTRATO:** Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Arbitragem de Futebol de Campo e Logística de Evento esportivo denominado Campeonato Municipal de Futebol de Campo, a fim de atender a necessidade de realização de Campeonato amador.

**BASE LEGAL:** Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.

**DO VALOR DO CONTRATO:** R\$16.858,80 (dezesesseis mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos).

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

PROGRAMA DE TRABALHO/FONTE DE RECURSO:  
ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0663 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES  
ESTRUTURA PROGRAMÁTICA: 06.0663.27.812.0002.2032 - APOIO ÀS ATIVIDADES DESPORTIVAS  
ELEMENTO DE DESPESA:  
3390390000/001000000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** O presente contrato entra em vigor a partir da publicação do seu extrato.

**DATA DE ASSINATURA:** 14 de setembro de 2022.

**Publicado por:**  
Emerson de Souza Jatobá  
**Código Identificador:** E863EF47

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
SÚMULA DO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO,  
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE  
QUEBRANGULO E A EMPRESA JOSIVALDO DANIEL  
VIEIRA 05378115400.**

**PROCESSO Nº:** 09050002/2022

**CONTRATO Nº:** 106/2022

**CONTRATANTE:** O MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO, pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.241.675/0001-01, com sede na Avenida Graciliano Ramos, nº 250, Centro, Quebrangulo, Alagoas, neste ato representado por seu representante legal Sr. **MARCELO RICARDO VASCONCELOS LIMA**, brasileiro, casado, agrônomo, inscrito no RG 327009 SSP/AL, CPF/MF nº 209.176.194-04, residente e domiciliado na Rua 15 de Novembro, 135, Centro, cidade de Quebrangulo/AL;

**CONTRATADA:** A empresa **JOSIVALDO DANIEL VIEIRA 05378115400**, inscrita no CNPJ sob o nº 27.156.476/0001-72, situada na Rua Santa Bernadete, 123, Bairro Centro, CEP: 57.750-000, Quebrangulo - AL, neste ato representada pelo Sr. **JOSIVALDO DANIEL VIEIRA**, portador do CPF nº 053.781.154-00 e RG nº 1955092 SSP/AL;

**OBJETO DO CONTRATO:** Contratação do artista “**DANIELZINHO É SHOW**”, por meio de seu empresário, para prestação de serviços artísticos durante a 15ª **TRILHA DA CULTURA DE QUEBRANGULO - AL**, no dia 18 de setembro de 2022.

**BASE LEGAL:** Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**DO VALOR DO CONTRATO:** R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura.  
Unidade Orçamentária: 62 – Departamento de Cultura.  
Função Programática: 2.033 – Apoio as Festividades Cívicas, Tradicionais e Culturais.  
Natureza da Despesa/Elemento: 3390.39.00.00.00.0010 – Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica.

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** O presente contrato entra em vigor a partir da publicação do seu extrato.

**DATA DE ASSINATURA:** 14 de setembro de 2022.

**Publicado por:**  
Emerson de Souza Jatobá  
**Código Identificador:** 479A20A9

**GABINETE DO PREFEITO  
TERMO DE RATIFICAÇÃO**

Processo nº: 08150016/2022

Após a análise detalhada dos elementos constantes dos autos, **RATIFICO**, conforme disposto no art. 26 da Lei 8.666/93, todos os atos praticados no processo, com fulcro no art. 24, inc. II, da citada lei de dispensa de licitação, visando à contratação direta em favor da **ASSOCIAÇÃO DE ARBITROS DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS**, inscrita no CNPJ sob o nº 12.476.619/0001-56, no valor de **R\$ 16.858,80** (dezesesseis mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos), objetivando a Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Arbitragem de Futebol de Campo e Logística de Evento esportivo denominado Campeonato Municipal de Futebol de Campo, a fim de atender a necessidade de realização de Campeonato amador.

Dê-se ciência desta decisão aos interessados, providencie-se a emissão da nota de empenho de despesa, conforme preconiza o art. 62 da Lei 8.666/93, mediante as dotações próprias do orçamento vigente, e

publique o presente ato, conforme estabelecido no art. 26 da já citada lei, para fins de eficácia da **RATIFICAÇÃO** aqui proferida.

Quebrangulo/AL, 14 de setembro de 2022.

**MARCELO RICARDO VASCONCELOS LIMA**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Emerson de Souza Jatobá  
**Código Identificador:**4F99FF3E

### GABINETE DO PREFEITO TERMO DE RATIFICAÇÃO

Processo nº: 09050002/2022

Após a análise detalhada dos elementos constantes dos autos, **RATIFICO**, conforme disposto no art. 26 da Lei 8.666/93, todos os atos praticados no processo, com fulcro no art. 25, inc. III, da citada lei de dispensa de licitação por **INEXIGIBILIDADE**, visando à contratação direta em favor da empresa **JOSIVALDO DANIEL VIEIRA 05378115400**, inscrita no CNPJ sob nº 27.156.476/0001-72, perfazendo o valor total de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**, objetivando a contratação do artista “DANIELZINHO É SHOW”, por meio de seu empresário, para prestação de serviços artísticos durante a 15ª TRILHA DA CULTURA DE QUEBRANGULO - AL, no dia 18 de setembro de 2022.

Dê-se ciência desta decisão aos interessados, providencie-se a emissão da nota de empenho de despesa, conforme preconiza o art. 62 da Lei 8.666/93, mediante as dotações próprias do orçamento vigente, e publique o presente ato, conforme estabelecido no art. 26 da já citada lei, para fins de eficácia da **RATIFICAÇÃO** aqui proferida.

Quebrangulo/AL, 14 de setembro de 2022.

**MARCELO RICARDO VASCONCELOS LIMA**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Emerson de Souza Jatobá  
**Código Identificador:**D89E75CA

### SETOR DE COMPRAS NOTIFICAÇÃO

#### NOTIFICAÇÃO

**Contratada:** BENICIO PNEUS EIRELI - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 39.535.062/0001-33, com sede na **RUA ZEZE MOREIRA, 505, GALPÃO 02, BAIRRO FLORESTA, CEP: 89.212-305, JOINVILLE – SC**, neste ato representada pela Sra. **Luana Aparecida Pilato Ribeiro**, portadora do CPF nº 411.729.408-35.

Objeto do Contrato: finalidade o registro de preços para **AQUISIÇÃO DE PNEUS E CÂMARA DE AR PARA A FROTA DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS**, nas condições definidas no instrumento convocatório, seus anexos, propostas de preços finais e Ata para registro de preço nº **140/2021. Pregão eletrônico nº 46/2021.**

**OBJETO DA NOTIFICAÇÃO:** sobre a não execução no fornecimento para a Secretaria de Saúde, pedido de nº 14674/2022, empenho nº 2022062300013, os itens foram solicitados em 23/06/2022; onde até o presente não se obteve retorno por parte da empresa, a solicitação foi feita por meio de endereço eletrônico.

Contratante : O MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 12.241.675/0001-01, CONSIDERANDO:

a) que a NOTIFICADA comprometeu-se em executar o Fornecimento, objeto desta licitação é de Fornecer adequadamente os equipamentos a Prefeitura Municipal de Quebrangulo com atendimento num prazo de 10 (dez) dias após sua ocorrência emitida pelo Órgão Competente;

b) que quando da abertura da licitação o pregoeiro, alertou os representantes das empresas proponentes, quanto ao cumprimento dos prazos previstos no edital.

c) que o Contrato reza que o ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores;

#### *Descumprir as condições do Contratos;*

Diante disto, fica por meio da presente, NOTIFICADA a empresa **Contratada: BENICIO PNEUS EIRELI - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 39.535.062/0001-33, com sede na **RUA ZEZE MOREIRA, 505, GALPÃO 02, BAIRRO FLORESTA**, neste ato representada pela Sra. **Luana Aparecida Pilato Ribeiro**, portadora do CPF nº 411.729.408-35.

Tendo apenas um prazo de **05 (cinco) dias úteis** para entrega dos itens solicitados, ocorrendo novamente tal situação em novas solicitações, poderá o Município de Quebrangulo **RESCINDIR O CONTRATO, E CANCELAR O REGISTRO DO FORNECEDOR**, sendo passível a aplicação de multa, seguindo as recomendações de lei de licitações nº 8666 de 1993, sem prejuízo das demais sanções, diante dos fatos apontados na presente NOTIFICAÇÃO.

A presente NOTIFICAÇÃO será publicada na forma da Lei, assegurada a ampla defesa e contraditório à empresa NOTIFICADA.

Quebrangulo, 13 de setembro de 2022.

**LUANA ARAÚJO LOPES**  
Central de Compras

**Publicado por:**  
Antonio Bezerra de Lima Neto  
**Código Identificador:**190A037A

### ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS EXTRATO DE TERMO ADITIVO

RETIFICAÇÃO AO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO  
CONTRATO Nº 081/2020

Tendo em vista orientação da Procuradoria geral deste município, estamos retificando o 1º termo de apostilamento para 1º termo aditivo de reajuste anual, pelos motivos expostos nos autos do processo nº 1109029/2021. Nesse passo, segue extrato de termo aditivo: **CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO/AL. **CONTRATADA:** CONY ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sob o CNPJ de Nº 41.167.347/0001-00. **OBJETO:** 1º Termo Aditivo de reajuste anual ao contrato nº 081/2020, com acréscimo de cláusula que possibilita a concessão de reajuste anual – Concorrência nº 01/2019: obras de engenharia – execução de obras de terraplanagem, drenagem e águas pluviais e pavimentação da Rua Tiradentes, Avenida Napoleão Viana e Rua das canas. Celebração: 08/09/2022. Valor: de acordo com a variação do INCC o reajuste deste contrato foi de R\$ 1.038.628,13 (hum milhão e trinta e oito mil seiscentos e vinte e oito reais e treze centavos). Fundamentação legal: art. 40, XI, art. 55, III, ambos da Lei nº 8.666 de 21/06/93, C/C a Lei 10.192/01, art. 2º. A íntegra do termo aditivo poderá ser obtida na sede da Prefeitura Municipal de Rio Largo/AL. Informações: e-mail: gestor.contratosrl@gmail.com.



Rio Largo, 14 de Setembro de 2022.

**DERILÂNDIA KAROLINE MARQUES DA SILVA**  
Gestora de Contratos

**Publicado por:**

Derilândia Karoline Marques da Silva  
**Código Identificador:**8904BC93

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E  
RECURSOS HUMANOS  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

RETIFICAÇÃO AO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO  
CONTRATO Nº 082/2020

Tendo em vista orientação da Procuradoria geral deste município, estamos retificando o 1º termo de apostilamento para 6º termo aditivo, de reajuste anual, pelos motivos expostos nos autos do processo nº 1109030/2021. Nesse passo, segue extrato de termo aditivo: **CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO/AL. **CONTRATADA:** CONY ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sob o CNPJ de Nº 41.167.347/0001-00. **OBJETO:** 6º Termo Aditivo, de reajuste anual ao contrato nº 082/2020, com acréscimo de cláusula que possibilita a concessão de reajuste anual – Concorrência nº 02/2019: obras de engenharia – execução de obras de terraplanagem, drenagem e águas pluviais e pavimentação da Avenida Fernando Collor de Melo. Celebração: 08/09/2022. Valor: de acordo com a variação do INCC o reajuste deste contrato foi de R\$ 300.495,26 (trezentos mil quatrocentos e noventa e cinco reais e vinte e seis centavos). Fundamentação legal: art. 40, XI, art. 55, III, ambos da Lei nº 8.666 de 21/06/93, C/C a Lei 10.192/01, art. 2º. A íntegra do termo aditivo poderá ser obtida na sede da Prefeitura Municipal de Rio Largo/AL. Informações: e-mail: gestor.contratosrl@gmail.com.

Rio Largo, 14 de Setembro de 2022.

**DERILÂNDIA KAROLINE MARQUES DA SILVA**  
Gestora de Contratos

**Publicado por:**

Derilândia Karoline Marques da Silva  
**Código Identificador:**C81B134D

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E  
RECURSOS HUMANOS  
EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS**

EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2022 - 001, Nº 029/2022 - 002 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2022. OBJETO: Contratação de Seguro de Ônibus em atendimento à Secretaria Municipal de Educação. Fornecedor Registrado: **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS** CNPJ sob o nº 61.198.164/0001-60, com valor final de R\$ 18.200,00 (dezoito mil e duzentos reais). Fornecedor Registrado: **GENTE SEGURADORA S.A.** CNPJ sob o nº 90.180.605/0001-02, com valor final de R\$ 4.338,00 (quatro mil trezentos e trinta e oito reais). Vigência das atas: 12 (doze) meses, contados da data da publicação. A íntegra das atas de registro de preços poderá ser obtida na sede Administrativa da Prefeitura Municipal de Rio Largo/AL. Fundamentação Legal: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. Informações: e-mail: gestor.contratosrl@gmail.com –

Rio Largo/AL, 14 de setembro de 2022.

**DERILÂNDIA KAROLINE MARQUES DA SILVA**  
Gestora de Contratos.

**Publicado por:**

Derilândia Karoline Marques da Silva  
**Código Identificador:**E4BCD45A

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E  
RECURSOS HUMANOS  
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO APOSTILAMENTO**

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO APOSTILAMENTO

Retifica-se a publicação realizada no Diário Oficial dos Municípios Alagoanos – AMA, edição nº 1838, do dia 15/07/2022, Código identificador: CD8E36FF, ONDE SE LÊ: contrato nº 001/2021.03. **LEIA-SE:** contrato nº 001/2021.04. A íntegra do apostilamento poderá ser obtida na sede da Prefeitura Municipal de Rio Largo/AL.

Rio Largo, 14 de setembro de 2022.

**DERILÂNDIA KAROLINE MARQUES DA SILVA**  
Gestora de Contratos

**Publicado por:**

Derilândia Karoline Marques da Silva  
**Código Identificador:**6A2EEE12

**SECRETARIA MUNICIPAL GERAL DE GOVERNO  
PORTARIA Nº 628/2022**

**PORTARIA Nº 628/2022**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO LARGO**, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Constituir Comissão de Seleção para processar e julgar o chamamento público, promovido pela Secretaria Municipal de Administração, sob Processo Administrativo nº 0311039/2022.

I - Comissão de Seleção

Membros:

1.

NOME : VANDRÉ COSTA CAMPOS - PRESIDENTE

CPF : 049.557.844-45

FUNÇÃO: Assistente Administrativo

LOTAÇÃO : Secretaria Municipal de Saúde

2.

NOME : ISAAC SAMUEL CRISÓSTOMO DE CARVALHO - Membro

CPF : 469.538.794-68

FUNÇÃO: Assessor Especial

LOTAÇÃO : Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos

3.

NOME : CARMEN LÚCIA SOARES DOS SANTOS - Membro

CPF : 603.994.654-72

FUNÇÃO: Assessor Especial 3

LOTAÇÃO : SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

4.

NOME : DANTE MAZURKIEWISKY DA SILVA MEDEIROS - Membro

CPF : 053.452.804-01

FUNÇÃO: Gestão de Pessoas

LOTAÇÃO : SECRETARIA MUNICIPAL DE Cidadania, Assistência, Desenvolvimento Social e Habitação

Art. 2º Todo Procedimento licitatório e a elaboração dos documentos afetos – Edital de Chamamento Público e demais anexos será processado e julgado por Comissão de Seleção com composição de, pelo menos, um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da Administração Pública municipal, assegurada, sempre que possível, a participação de servidores das áreas finalísticas dos órgãos ou entidades repassadores de recursos.

Art. 3º Será impedida de participar da comissão de seleção pessoa que, nos últimos cinco anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, uma das entidades participantes do chamamento público, considerando-se relação jurídica, dentre outras:

I - ser ou ter sido dirigente da organização da sociedade civil;

II - ser cônjuge ou parente, até terceiro grau, inclusive por afinidade, dos administradores da organização da sociedade civil;

III - ter ou ter tido relação de emprego com a organização da sociedade civil.

Parágrafo único. Configurado o impedimento previsto no caput, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

**Art. 5º. Os efeitos desta Portaria entram em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.**

Rio Largo - AL, 12 de Setembro de 2022.

**MARIA CRISTINA CORDEIRO DA SILVA**

Prefeita de Rio Largo/AL

**Publicado por:**

Albert Ludovico de Almeida Lima

**Código Identificador:**31E2B285

**SECRETARIA MUNICIPAL GERAL DE GOVERNO  
DECRETO N.º 038/2022, 22 DE AGOSTO DE 2022.**

**DECRETO N.º 038/2022, 22 DE AGOSTO DE 2022.**

**A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RIO LARGO, ESTADO DE ALAGOAS**, no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica autorizada, na qualidade de Secretária Municipal de Educação, a Sra. **GEANE MAGALHÃES MONTE SALUSTIANO**, inscrito(a) no CPF sob o nº 926.024.014-04, a representar o **MUNICÍPIO DE RIO LARGO**, CNPJ nº. 12.200.168/0001-20, e a **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO LARGO**, CNPJ nº. 06.084.154/0001-95, junto à Instituição Financeira Banco do Brasil S/A (001), Agência 2542-9 (Rio Largo - Alagoas), assinando em conjunto com o Secretária Municipal Interina de Finanças, a Sra. **JOYCE TENÓRIO PADILHA DE VASCONCELOS CARNAÚBA**, inscrita no CPF sob o nº 090.773.884-27, com poderes para abrir contas de depósito, solicitar saldos, extratos e comprovantes, efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências por meio eletrônico, efetuar movimentação financeira no RPG, liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro, solicitar saldos/extratos de investimentos, efetuar transferência para mesma titularidade - meio eletrônico, encerrar contas de depósito, assinar instrumento de convênio e contrato de prestação de serviço, bem como consultar saldo/extrato de depósitos judiciais, nas contas infracitadas:

**CONTAS:** 30050-0; e, 7927-8

Art. 2.º – Este Decreto entra em vigor a partir data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se.

Rio Largo/AL, 22 de Agosto de 2022.

**MARIA CRISTINA CORDEIRO DA SILVA**

Prefeita de Rio Largo/AL

**Publicado por:**

Albert Ludovico de Almeida Lima

**Código Identificador:**28A85CD4

**SECRETARIA MUNICIPAL GERAL DE GOVERNO  
RATIFICAÇÃO**

PROCESSO:	06200042/2022
INTERESSADO:	Secretaria Municipal de Saúde – SESAUI
ASSUNTO:	DISPENSA DE LICITAÇÃO

**RATIFICAÇÃO**

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RIO LARGO/AL, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento a Lei Federal Nº 8.666/93, resolve RATIFICAR a Dispensa de licitação nº 06200042/2022 – Aquisição de materiais odontológicos, processo administrativo nº 06200042/2022. CONTRATADA: INSTRUMENTAL TECH EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 32.024.224/0001-20, no valor de R\$ 45.200,00 (quarenta e cinco mil e duzentos reais). Com base no parecer emitido pela Procuradoria Geral e Controladoria geral deste Município, considerando sua plena regularidade. Fundamentação Legal: art. 24, IV, da Lei Federal nº 8.666/93.

Rio Largo/AL, 26 de Agosto de 2022.

**MARIA CRISTINA CORDEIRO DA SILVA**

Prefeita

**Publicado por:**

Albert Ludovico de Almeida Lima

**Código Identificador:**A34BEDCE

**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS,  
LOGÍSTICA E PATRIMÔNIO  
AVISO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 58/2022-SRP**

Modalidade/Nº: Pregão Eletrônico nº 58/2022-SRP – Tipo: Menor Preço – Objeto: Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios destinados a Merenda Escolar, itens complementares terceira parte – Data/Horário: 29 de SETEMBRO de 2022, às 09:00 (nove horas) - (horário de Brasília) – O Edital em inteiro teor encontra-se disponível no site: <http://bnc.org.br/>, no portal do município, através do site <http://santanadoipanema.al.gov.br/licitacoes/editais-em-aberto>, no endereço sede da Prefeitura localizada na rua Coronel Lucena Maranhão, nº 141, Bairro Centro, Cidade Santana do Ipanema/AL, CEP 57.500-000, em dias úteis, no horário das 08 às 13 horas, ou por meio eletrônico, mediante solicitação enviada ao e-mail: [santanadoipanemacplal@outlook.com](mailto:santanadoipanemacplal@outlook.com).

**ISADORA ALMEIDA MELO**

Pregoeira

**Publicado por:**

Isadora Almeida Melo

**Código Identificador:**0D9E4EEC

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS,  
LOGÍSTICA E PATRIMÔNIO  
AVISO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2022-SRP**

Modalidade/Nº: Pregão Eletrônico nº 59/2022-SRP – Tipo: Menor Preço – Objeto: Registro de preços para aquisição de vestuário itens remanescentes – Data/Horário: 29 de SETEMBRO de 2022, às 10:00 (dez horas) - (horário de Brasília) – O Edital em inteiro teor encontra-se disponível no site: <http://bnc.org.br/>, no portal do município, através do site <http://santanadoipanema.al.gov.br/licitacoes/editais-em-aberto>, no endereço sede da Prefeitura localizada na rua Coronel Lucena Maranhão, nº 141, Bairro Centro, Cidade Santana do Ipanema/AL, CEP 57.500-000, em dias úteis, no horário das 08 às 13 horas, ou por meio eletrônico, mediante solicitação enviada ao e-mail: [santanadoipanemacplal@outlook.com](mailto:santanadoipanemacplal@outlook.com).

**ISADORA ALMEIDA MELO**

Pregoeira

**Publicado por:**

Isadora Almeida Melo

**Código Identificador:**16E80C5A

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MUNDAÚ**

**GABINETE DO PREFEITO**  
**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Considerando as informações constantes nos despachos, documentos e parecer contidos nos autos do processo em epígrafe, RATIFICO a dispensa de licitação reconhecida pela Procuradoria desta Prefeitura para contratar a empresa PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, inscrita no CNPJ sob o nº 61.198.164/0001-60, para prestação de serviços em seguro veicular destinado aos veículos pertencentes à Secretaria Municipal de Educação. Essa ratificação se fundamenta no art. 24 inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993. O valor global da contratação é de R\$ 4.356,87 (quatro mil trezentos e cinquenta e seis reais e oitenta e sete centavos).

Santana do Mundaú/AL, 14 de Setembro de 2022.

**ARTHUR DA PURIFICAÇÃO FREITAS LOPES**

Prefeito

**Publicado por:**  
Isabelle Nunes de Lima  
**Código Identificador:** 7E31799B

**GABINETE DO PREFEITO**  
**TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA**  
**TOMADA DE PREÇOS DE N.º 002/2022**

O Prefeito Municipal de Santana do Mundaú/AL, no uso de suas atribuições legais, e considerando a realização do Procedimento Licitatório, na modalidade Tomada de Preços de nº 002/2022, cujo objeto é a contratação de empresa especializada no ramo de construção civil, para prestação de serviços de execução de obras e serviços de engenharia para a reforma da Unidade Básica de Saúde Padre Cícero, deste município.

RESOLVE:

ADJUDICAR o objeto e HOMOLOGAR o procedimento licitatório, referente ao Edital da Tomada de Preços nº 002/2022, no seguinte fornecedor:

- JJ DE PAULA BARROS CONSTRUÇÕES - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 13.148.008/0001-35.

O valor da Tomada de Preços de nº 002/2022, é de R\$ 171.634,05 (cento e setenta e um mil, seiscentos e trinta e quatro reais e cinco centavos).

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**, ao 14º dia do mês de setembro de 2022.

**ARTHUR DA PURIFICAÇÃO FREITAS LOPES**

Prefeito

**Publicado por:**  
Isabelle Nunes de Lima  
**Código Identificador:** A9CFE51F

**GABINETE DO PREFEITO**  
**TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA**  
**TOMADA DE PREÇOS DE N.º 003/2022**

O Prefeito Municipal de Santana do Mundaú/AL, no uso de suas atribuições legais, e considerando a realização do Procedimento Licitatório, na modalidade Tomada de Preços de nº 003/2022, cujo objeto é a contratação de empresa especializada no ramo de engenharia para prestação de serviços para a execução de obras e serviços de construção de uma quadra coberta poliesportiva com vestuário do povoado Munguba, deste município.

RESOLVE:

ADJUDICAR o objeto e HOMOLOGAR o procedimento licitatório, referente ao Edital da Tomada de Preços nº 003/2022, no seguinte fornecedor:

- JJ DE PAULA BARROS CONSTRUÇÕES - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 13.148.008/0001-35.

O valor da Tomada de Preços de nº 003/2022, é de R\$ 498.297,53 (quatrocentos e noventa e oito mil, duzentos e noventa e sete reais e cinquenta e três centavos).

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**, ao 14º dia do mês de setembro de 2022.

**ARTHUR DA PURIFICAÇÃO FREITAS LOPES**

Prefeito

**Publicado por:**  
Isabelle Nunes de Lima  
**Código Identificador:** 19441024

**GABINETE DO PREFEITO**  
**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº**  
**024/2022**

De posse dos documentos que compõem o processo licitatório referente a modalidade Pregão Eletrônico nº 024/2022, cujo objeto é a contratação de empresa especializada no fornecimento de material de construção tais como: pré-moldados, agregados e minerais destinados às Secretarias Municipais de Santana do Mundaú/AL, e conforme realização do mesmo mediante a ata de sessão pública com o pregoeiro oficial desta Prefeitura Municipal de Santana do Mundaú/AL, **HOMOLOGO** todo o procedimento realizado que **ADJUDICOU** o objeto licitado ao proponente:

- EDUARDO CESAR DE OLIVEIRA inscrita no CNPJ sob o nº 10.515.612/0001-70.

O valor máximo do Pregão Eletrônico de nº 024/2022, ficou definido em R\$ 4.099.177,00 (quatro milhões, noventa e nove mil e cento e setenta e sete reais).

Santana do Mundaú/AL, 14 de setembro de 2022.

**ARTHUR DA PURIFICAÇÃO FREITAS LOPES**

Prefeito

**Publicado por:**  
Isabelle Nunes de Lima  
**Código Identificador:** AEB649F1

**GABINETE DO PREFEITO**  
**TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO DE N.º 025/2022**

O Prefeito Municipal de Santana do Mundaú/AL, no uso de suas atribuições legais, e considerando a realização do Procedimento Licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico de nº 025/2022, cujo objeto é a contratação de empresa especializada no fornecimento de material de construção tais como: tintas, impermeabilizantes, revestimentos e aglomerantes destinados às Secretarias Municipais de Santana do Mundaú/AL.

RESOLVE:

ADJUDICAR o objeto e HOMOLOGAR o procedimento licitatório, referente ao Edital do Pregão Eletrônico de nº 025/2022, nos seguintes fornecedores:

- EDUARDO CESAR DE OLIVEIRA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.515.612/0001-70, e;  
- GGV COMERCIAL EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 35.236.131/0001-57.



O valor máximo do Pregão Eletrônico de nº 025/2022, é de R\$ 1.391.536,40 (hum milhão, trezentos e noventa e um mil, quinhentos e trinta e seis reais e quarenta centavos).

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**, ao 14º dia do mês de setembro de 2022.

**ARTHUR DA PURIFICAÇÃO FREITAS LOPES**

Prefeito

**Publicado por:**  
Isabelle Nunes de Lima  
**Código Identificador:**727F897C

**GABINETE DO PREFEITO  
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO  
PREGÃO ELETRÔNICO DE N.º 026/2022**

O Prefeito Municipal de Santana do Mundaú/AL, no uso de suas atribuições legais, e considerando a realização do Procedimento Licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico de nº 026/2022, cujo objeto é a contratação de empresa especializada no fornecimento de material de construção tais como: equipamentos da construção civil / aço em geral destinados às Secretarias Municipais de Santana do Mundaú/AL.

**RESOLVE:**

ADJUDICAR o objeto e HOMOLOGAR o procedimento licitatório, referente ao Edital do Pregão Eletrônico de nº 026/2022, nos seguintes fornecedores:

- COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 10.942.831/0001-36;
- TECA TECNOLOGIA E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.163.447/0001-06;
- CIPEL-CONSTRUÇÕES E INDUSTRIA DE PRE-MOLDADOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 17.316.653/0001-87;
- MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 18.274.923/0001-05;
- S.A. DE JESUS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, inscrita no CNPJ sob o nº 21.896.826/0001-50;
- SAGATI COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 22.327.120/0001-30;
- AKIRA COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 25.106.928/0001-86;
- META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 27.518.373/0001-05;
- H R CORTES, inscrita no CNPJ sob o nº 30.961.753/0001-24;
- GGV COMERCIAL EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 35.236.131/0001-57;
- J. LAVANDOSKI FERRAGENS, inscrita no CNPJ sob o nº 36.673.446/0001-24, E;
- ATRIUM INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRAGENS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 46.423.434/0001-03.

O valor máximo do Pregão Eletrônico de nº 026/2022, é de R\$ 539.957,25 (quinhentos e trinta e nove mil, novecentos e cinquenta e sete reais e vinte e cinco centavos).

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**, ao 14º dia do mês de setembro de 2022.

**ARTHUR DA PURIFICAÇÃO FREITAS LOPES**

Prefeito

**Publicado por:**  
Isabelle Nunes de Lima  
**Código Identificador:**11DAE707

**GABINETE DO PREFEITO  
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO  
PREGÃO ELETRÔNICO DE N.º 028/2022**

O Prefeito Municipal de Santana do Mundaú/AL, no uso de suas atribuições legais, e considerando a realização do Procedimento Licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico de nº 028/2022, cujo objeto é a contratação de empresa especializada no fornecimento de água mineral destinada às Secretarias Municipais de Santana do Mundaú/AL.

**RESOLVE:**

ADJUDICAR o objeto e HOMOLOGAR o procedimento licitatório, referente ao Edital do Pregão Eletrônico de nº 028/2022, nos seguintes fornecedores:

- LIMA E GONCALVES COMERCIO DE ALIMENTOS SAUVAVEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 35.708.427/0001-23.

O valor máximo do Pregão Eletrônico de nº 028/2022, é de R\$ 89.982,10 (oitenta e nove mil, novecentos e oitenta e dois reais e dez centavos).

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**, ao 14º dia do mês de setembro de 2022.

**ARTHUR DA PURIFICAÇÃO FREITAS LOPES**

Prefeito

**Publicado por:**  
Isabelle Nunes de Lima  
**Código Identificador:**74E7C567

**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANIZAÇÃO  
SEGUNDO AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS**

A SECRETARIA DE MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E URBANIZAÇÃO DE SANTANA DO MUNDAU/AL, vem por meio deste Setor de Compras, comunicar que está disponível o termo de referência através do e-mail [comprasmundau2021@gmail.com](mailto:comprasmundau2021@gmail.com), referente a aquisição de material e equipamentos em concreto pré-moldados para a realização de obras de urbanização do município de Santana do Mundaú/AL, que a partir desta data, serão contados no máximos 03 (três) dias úteis, a partir desta publicação, para enviarem suas propostas.

Maiores informações, entrar em contato através do e-mail [comprasmundau2021@gmail.com](mailto:comprasmundau2021@gmail.com).

Santana do Mundaú/AL, 14 de setembro de 2022.

Atenciosamente,

**SAULO EMANUEL GOMES PEREIRA**  
Setor de Compras

**Publicado por:**  
Isabelle Nunes de Lima  
**Código Identificador:**85F3D552

**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA LAJE**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE REALINHAMENTO ATA DE REGISTRO DE  
PREÇO**

**EXTRATO DO TERMO DE REALINHAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 020/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2022 PROCESSO Nº 1001081700042022, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA LAJE E A EMPRESA T-FORTES DISTRIBUIDORA EIRELI.**

**CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DA LAJE,**  
CNPJ/MF sob nº. 12.330.916/0001-99;

**CONTRATADA: T-FORTES DISTRIBUIDORA EIRELI, CNPJ Nº 33.220.796/0001-47**, sediada na AVENIDA - GOV AFRÂNIO LAGES, Nº 00198, GALPÃO 02, 57020-088, CENTRO.

OS CONTRATANTES celebram, por força do presente instrumento, **TERMO DE REALINHAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 020/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2022**, tendo em vista o interesse do CONTRATANTE, justificado nos autos do Processo Administrativo, e com base no parecer da Procuradoria mediante seguintes cláusulas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS VALORES**

A partir da assinatura deste termo o valor da **ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 020/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2022**, entre outros valores, constará: **ITEM 237 - Cimento em saco de 50Kg Unidade - PREÇO COM REEQUILIBRIO DE PREÇOS- R\$ 37,95**

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas todas as cláusulas da **ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 020/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2022** não alteradas pelo presente termo de renovação.

Para firmeza e validade do que foi pactuado, lavra-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, **CONTRATANTE E CONTRATADA**, perante as duas testemunhas abaixo nominadas.

São José da Laje, 14 de setembro de 2022.

#### **MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DA LAJE**

CNPJ/MF sob nº. 12.330.916/0001-99

Órgão Gerenciador

#### **T-FORTES DISTRIBUIDORA EIRELI**

CNPJ Nº 33.220.796/0001-47

**Publicado por:**

Joelma Bezerra

**Código Identificador:**69129446

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AVISO DE COTAÇÃO**

#### **AVISO DE COTAÇÃO**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA LAJE/AL, em razão de solicitação da Secretária Municipal de Educação, vem por meio do Setor de Compras e Comissão Permanente de Licitação, comunicar que está disponível o Termo de Referência através do e-mail [cplsaojosedalaje@hotmail.com](mailto:cplsaojosedalaje@hotmail.com), referente à contratação de empresa para transporte escolar, que a partir desta data, serão contados no máximo 03 (três) dias, a partir desta publicação, para enviarem suas propostas.

Maiores informações, entrar em contato através do e-mail [cplsaojosedalaje@hotmail.com](mailto:cplsaojosedalaje@hotmail.com)

São José da Laje (AL), 14 de setembro de 2022.

Chefe do Setor de Compras

**Publicado por:**

Joelma Bezerra

**Código Identificador:**D0B7D2B0

#### **ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA TAPERA**

#### **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO RATIFICAÇÃO DE DISPENSA**

O PREFEITO DE SÃO JOSÉ DA TAPERA/ALAGOAS, no uso de suas atribuições, resolve RATIFICAR a **DISPENSA DE**

**LICITAÇÃO**, em favor de WR Tecnologia – Yan Rafael Barros de Melo, inscrito no CNPJ nº 35.949.610/0001-10, situada na rua Padre Luiz Américo Galvão, nº 619, Bairro Mangabeiras, município de Maceio - AL, no valor de R\$ 48.000,00 (Quarenta e Oito mil reais), fundamentada no art. 24, a Lei Federal 14.133/21, a ser empenhado na dotação orçamentária, Órgão:002,unidade Orçamentaria;0004 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO. Atividade:04.122.0004.2013 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO. Elemento de Despesa: 3.3.3.9.0.39.00.00.00.0000. Outros Serviços de terceiros de pessoa Jurídica.

São José da Tapera/AL, 14 de setembro de 2022.

#### **JARBAS PEREIRA RICARDO**

Prefeito

**Publicado por:**

Marcelo Rene Rodrigues da Silva

**Código Identificador:**1CEC46B7

#### **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO RATIFICAÇÃO DE DISPENSA**

O PREFEITO DE SÃO JOSÉ DA TAPERA/ALAGOAS, no uso de suas atribuições, resolve RATIFICAR a **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, em favor de MSA Comercio Varejista Ltda, inscrita no CNPJ nº 41.921.349/0001-43, situada na 13 de maio, nº 586, município de São José da Tapera - AL, no valor de R\$ 8.720,57(Oito mil, setecentos e vinte reais e cinquenta e sete centavos), fundamentada no art. 24, a Lei Federal 14.133/21, a ser empenhado na dotação orçamentária, Órgão:002,unidade Orçamentaria;0004 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO. Atividade:04.122.0004.2013 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO. Elemento de Despesa: 3.3.3.9.0.30.00.00.00.0000. Material de consumo.

São José da Tapera/AL, 14 de setembro de 2022.

#### **JARBAS PEREIRA RICARDO**

Prefeito

**Publicado por:**

Marcelo Rene Rodrigues da Silva

**Código Identificador:**16AA7C95

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo nº: 009.008.100222

Modalidade: Pregão Eletrônico nº: 11.023/2022

Tipo: Menor preço por item;

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de material de limpeza hospitalar, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de São José da Tapera/AL.

Data de realização: 29 de setembro de 2022, às 10h00min (horário de Brasília).

O Edital encontra-se disponível no site <http://www.bnc.org.br>, <http://www.saojosedatapera.al.gov.br>, na sede da CPL, situada na Rua do Comércio, 209, CEP: 57445-000, São José da Tapera/AL, das 08:00 às 14:00 horas em dias úteis, e mediante solicitação enviada ao e-mail [licitacaosjtapera@gmail.com](mailto:licitacaosjtapera@gmail.com).

Todas as referências de tempo obedecerão ao horário de Brasília/DF

São José da Tapera/AL, 14 de setembro de 2022.

#### **FERNANDA KELLY DE CARVALHO CARDOSO**

Pregoeira

**Publicado por:**

Marcelo Rene Rodrigues da Silva

**Código Identificador:**ED0BB2CA

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS MILAGRES**

**GABINETE DO PREFEITO**  
**LEI Nº 580/2022**

DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO NO SISTEMA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS MILAGRES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DOS MILAGRES**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara aprovou e eu sanciono/promulgo a seguinte lei:

**TÍTULO I**  
**DOS PRINCÍPIOS E DAS FINALIDADES**

**Art. 1º** Fica implantado no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de São Miguel dos Milagres a GESTÃO DEMOCRÁTICA, como um conjunto de práticas dialógicas que acontecem articuladamente em espaços pedagógicos coletivos, voltadas para a melhoria dos resultados de aprendizagem e do aprimoramento das políticas nacionais, estaduais e municipais de educação.

**Parágrafo único.** As Unidades de Ensino públicas pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino de São Miguel dos Milagres deverão organizar e efetivar seu planejamento considerando como princípio a Gestão Democrática.

**Art. 2º** A Gestão Democrática do ensino público municipal é compreendida como a tomada de decisão conjunta quanto ao planejamento, organização, execução, acompanhamento e avaliação das questões administrativas, pedagógicas e financeiras, envolvendo a participação da comunidade escolar, e será exercida na forma da Lei, obedecendo aos seguintes princípios e finalidades:

- I - elaboração do Plano de Gestão Escolar em conformidade com PME;
- II - participação da comunidade escolar, por meio do Conselho Escolar, na aprovação do Plano de Gestão da Unidade de Ensino;
- III - transparência e ética nos procedimentos pedagógicos, administrativos e financeiros;
- IV - respeito à pluralidade e à diversidade nas Unidades de Ensino;
- V - autonomia das Unidades de Ensino, nos termos da legislação;
- VI - transparência da gestão escolar para o Sistema Municipal de Ensino;
- VII - garantia de qualidade social, pela busca constante do pleno desenvolvimento da pessoa, do preparo para o exercício da cidadania e do mundo do trabalho;
- VIII - criação de ambiente adequado, estruturado e propício ao aprendizado, à construção do conhecimento e à disseminação da cultura;
- IX - cumprimento da proposta curricular expressa nas Diretrizes Curriculares do município.;
- X - valorização do profissional da educação, mediante formação continuada em serviço;
- XI - eficiência no uso dos recursos materiais, didático pedagógico e financeiros;

XII - liberdade de organização dos segmentos da comunidade escolar na forma de conselhos escolares, Associação de Pais e Professores e Grêmios Estudantis;

XIII - promoção do respeito mútuo entre as pessoas e compreensão da origem dos problemas e conflitos, construindo soluções alternativas em diálogo com todas as partes interessadas, com escuta ativa e argumentação;

XIV - compromisso com o cumprimento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação de São Miguel dos Milagres;

XV - credenciamento, autorização de cursos e reconhecimento de estudo da escola como integrante do Sistema Municipal de Ensino com foco no sucesso do estudante e comprometimento com os resultados;

XVI - cumprimento da carga horária prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de, no mínimo, 200 (duzentos) dias letivos e 800 (oitocentas) horas/ano; e

XVII - participação da comunidade escolar na elaboração e atualização do Projeto Político Pedagógico (PPP) e Regimento Escolar.

**Parágrafo único.** Para fins desta lei, consideram-se:

I - Sistema Municipal: órgão que fixa as normas para o funcionamento dos órgãos com vistas à garantia do direito à educação e cumprimento das metas do Plano Municipal de Educação

II - Conselho Escolar: grupo composto por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar e conforme estabelece o regimento interno do Conselho Escolar de casa escola.

III - Comunidade Escolar: grupo composto por alunos, trabalhadores em educação, docente e não docentes, equipe direta, servidores públicos do quadro geral, pais e responsáveis legais pelos alunos, e a comunidade local que se relaciona com a escola.

**TÍTULO II**  
**DAS INSTÂNCIAS COLEGIADAS DA GESTÃO DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL**

**Art. 3º** A Gestão Democrática é efetivada por intermédio dos seguintes instrumentos de participação, regulamentados pelo Poder Executivo:

I - instâncias colegiadas da gestão do ensino municipal:

- a) Fórum Municipal de Educação de São Miguel dos Milagres (FME/SMM);
- b) Conselho Municipal de Educação de São Miguel dos Milagres (COMED/SMM);
- c) Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (CACS/FUNDEB); e
- d) Conselho da Alimentação Escolar (CAE).

II - instâncias colegiadas de gestão das Unidades de Ensino municipais:

- a) Conselho Escolar;
- b) Associação de Pais e Professores (APP);
- c) Grêmios Estudantis; e
- d) Conselho de Classe Participativo.

**TÍTULO III**



**DA GESTÃO DA UNIDADE DE ENSINO**

**Art. 4º** A gestão das Unidades de Ensino será exercida por:

I - direção; e

II - colegiado constituído pela Associação de Pais e Professores APP, Conselho Escolar e Grêmio Estudantil.

**Parágrafo Único:** A Secretaria Municipal de Educação, indicará ao chefe do Poder Executivo as escolas que se enquadram no que estabelece este artigo e suas definições.

**Art. 5º** A autonomia da gestão administrativa e financeira das Unidades de Ensino será assegurada:

I - pelo provimento dos cargos de Diretor Geral e vice-Diretor, por meio do processo eletivo de acordo com a Legislação em vigor;

II - pela garantia de participação dos segmentos da comunidade escolar por meio do colegiado;

III - formulação, reformulação, aprovação e implementação do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Unidade de Ensino;

IV - gerenciamento dos recursos e prestações de contas; e

V - escolha de representantes de segmentos escolares à Associação de Pais e Professores APP, Conselho Escolar e Grêmio Estudantil.

**Parágrafo único.** Constituem recursos das Associação de Pais e Professores APP os repasses do Município e inclusive doações advindas de pessoas físicas e jurídicas.

**Art. 6º** Além das atribuições previstas na legislação municipal vigente, compete ao Diretor da Unidade de Ensino:

I - apresentar o Plano de Gestão da Unidade Escolar para o seu mandato ao Conselho Escolar, quando nomeado;

II - realizar consultas aos colegiados e a comunidade escolar para a destinação dos recursos financeiros;

III - elaborar e submeter a prestação de contas da aplicação dos recursos financeiros recebidos ao conselho escolar, para aprovação, encaminhando-a, posteriormente, à Secretaria Municipal de Educação nos prazos estabelecidos na legislação vigente ou em ato normativo;

IV - dar conhecimento ao colegiado e a comunidade escolar das diretrizes e normas vigentes dos órgãos do Sistema Municipal de Ensino.

V - divulgar à comunidade escolar as movimentações financeiras da escola, obedecendo a Lei Federal 12.527/2011.

**Art. 7º** A autonomia da gestão pedagógica das Unidades de Ensino será assegurada:

I - pela elaboração, atualização e implementação do Projeto Político Pedagógico (PPP);

II - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

III - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

**IV-** articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

**V-** informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;

VI - a gestão dos recursos destinando a Unidade Executora, obedecerá o disposto na legislação de licitações e contrato vigentes e ato regulamentado pelo Município na execução das despesas.

## **TÍTULO IV DOS CRITÉRIOS TÉCNICOS DE MÉRITO E DESEMPENHO**

### **CAPÍTULO I DA NOMEAÇÃO DO DIRETOR ESCOLAR E DA EQUIPE DIRETIVA**

**Art. 8º** As funções de Diretor Geral e Vice-Diretor são privativas dos professores ocupantes dos cargos de provimento efetivo do Magistério, após estabilidade no serviço público municipal.

**Art. 9º** Para concorrer a função de Diretor e Vice-Diretor, o servidor deve preencher os seguintes requisitos cumulativos:

I - ser professor ocupante de cargo de provimento efetivo do Magistério, não estando no estágio probatório;

II - possuir habilitação em Curso Superior de Licenciatura e Especialização na área de Educação ou Pedagogia;

III - ter disponibilidade de trabalho de acordo com o horário de funcionamento da Unidade de Ensino;

IV - ser pessoa idônea, sem antecedentes criminais, comprovada por meio de Certidão Cível e Criminal (no âmbito estadual e federal);

V - apresentar o plano de gestão da Unidade escolar para o seu mandato;

VI - não ter incorrido em penalidade administrativa, no exercício da função pública, em sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar (PAD), nos últimos 02 (dois) anos; e

VII - não estar em inadimplência com prestações de contas de Unidades Escolares.

### **CAPÍTULO II DO PROCESSO ELETIVO PARA ESCOLHA DE DIRETOR ESCOLAR**

**Art. 10** O Diretor e Vice-Diretor de cada Unidade de Ensino Pública Municipal, poderá se candidatar ao processo eleitoral de escolha, a ser realizado pela Secretaria Municipal de Educação, a cada 02 (dois) anos, podendo ter uma recondução uma única vez.

**§ 1º** Em caso de exoneração ou vacância do cargo de Diretor antes do período para nova eleição, poderá o Chefe do Poder Executivo nomear substituto para o período remanescente considerando o artigo 9º desta lei.

**§2º** Para efeito desta Lei, a comunidade escolar composta de todos os integrantes do magistério, funcionários administrativos, lotados e com exercício na Unidade de Ensino de origem, estudantes matriculados e com frequência escolar regular nessa Unidade de Ensino, maiores de 14 (quatorze) anos e os pais de alunos.

**§3º** Os estudantes menores de 14 (quatorze) anos serão representados pelos pais ou responsáveis.

**Art. 11** O processo eletivo dos candidatos a diretores das Unidades de Ensino do Sistema Municipal de São Miguel dos Milagres, terá duas instâncias organizacionais, a comissão eleitoral central, mantida pela Secretaria Municipal de Educação e a Comissão Eleitoral, organizada pela Unidade de Ensino.

**Art. 12** Os candidatos eleitos para as funções de Diretor e Vice-Diretor são nomeados pelo Chefe do Executivo, que assumirá na data estipulada pelo edital eleitoral da Secretaria Municipal de Educação.

**Art. 13** Na ausência de candidatos, o Chefe do Poder Executivo indicará o profissional para exercer a função de Diretor Escolar, por meio de análise de currículo considerando o artigo 9º desta lei.

**Art. 14** Será publicado edital de chamamento público para o processo eletivo dos professores, que cumpram os pré-requisitos previstos nesta lei, aptos a assumir a função de Diretor e Vice-Diretor, mediante processo eletivo, para compor chapa conjunta.

**Art. 15** A Comissão Eleitoral será composta, impreterivelmente, por uma assessoria jurídica, 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação; 02 (dois) representantes do Conselho Municipal de Educação Comed-SMM e a Comissão Eleitoral Local será composta pelo Presidente do Conselho Escolar; 02 componentes do Conselho Escolar e 02 professores da Unidade Escolar.

**Art. 16** Considerar-se-ão aptos para exercer a função de Diretor e Vice-Diretor, a chapa eleita, cabendo ao Chefe do Poder Executivo nomear os servidores que assumirão as funções de Diretor e Vice-Diretor Escolar nas Unidades des Ensinos.

**Art. 17** O Diretor e Vice-Diretor assinará um termo de compromisso responsabilizando-se a exercer, com zelo, as atribuições específicas da função e responsabilizando-se, principalmente:

I - pela aprendizagem dos estudantes;

II - pelo cumprimento de, no mínimo, 200 (duzentos) dias letivos e 800 (oitocentas) horas anuais;

III - pelo cumprimento das diretrizes emanadas pela Secretaria Municipal de Educação.

**Art. 18** O servidor poderá ser dispensado da função de Diretor Escolar, por ato discricionário do Chefe do Executivo, quando decorrente de:

I - insuficiência de desempenho, constatada por meio da avaliação anual realizada pela Secretaria Municipal de Educação, na forma regulamentada;

II - infração aos princípios da Administração Pública ou quaisquer obrigações legais decorrentes do exercício de sua função pública; e

III - descumprimento do termo de compromisso por ele assinado.

**Art. 19** Após transcorridos 02 (dois) anos de gestão, o Diretor poderá participar de um novo pleito eleitoral, cumprindo o que preconiza o caput do artigo 9º da lei.

### **CAPÍTULO III DA CONSULTA PÚBLICA À COMUNIDADE ESCOLAR**

**Art. 20** Cabe a Coordenadoria Geral de Organização Educacional supervisionar a execução do Plano de Gestão da Unidade de Ensino periodicamente durante o ano letivo escolar em exercício serão submetidos para consulta pública pela comunidade escolar em Assembleia Geral.

**Art. 21** O procedimento da consulta pública será regulamentado em norma própria, regulamentada pela Secretaria Municipal de Educação por portaria.

### **CAPÍTULO IV DA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO**

**Art. 22** O Plano de Gestão do servidor nomeado para a função de Diretor Geral será publicado no site da Prefeitura Municipal, para Consulta Pública, deverá ser apresentado à comunidade escolar em Assembleia Geral e realizar-se-á o acompanhamento de sua implementação pela comunidade escolar e Secretaria Municipal de Educação.

**Parágrafo único.** As orientações para a escrita do Plano de Gestão serão publicadas em anexo ao edital de abertura do processo seletivo.

### **CAPÍTULO V DAS COMPETÊNCIAS DO DIRETOR ESCOLAR**

**Art. 23** Para exercer a função de Diretor e Vice-Diretor, faz-se necessário as seguintes competências:

I - coordenar a organização escolar nas dimensões político-institucional, pedagógica, pessoal, relacional e administrativo-financeira, desenvolvendo ambiente colaborativo e de corresponsabilidade, construindo coletivamente o projeto pedagógico da escola e exercendo liderança transformacional e focada em objetivos bem definidos;

II - configurar a cultura organizacional em conjunto com a equipe, incentivando o estabelecimento de ambiente escolar organizado, produtivo, concentrado na excelência do processo de ensino e aprendizagem e orientado por altas expectativas sobre todos os estudantes;

III - comprometer-se com o cumprimento das diretrizes curriculares do município de São Miguel dos Milagres e o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes, crianças, jovens e adultos têm direito, valorizando e promovendo a efetivação das Competências Gerais, competências específicas e habilidades, bem como demais documentos que legislam a educação brasileira e municipal;

IV - valorizar o desenvolvimento profissional de toda a equipe escolar, promovendo formação e apoio com foco nas competências gerais dos docentes, assim como nas competências específicas vinculadas às dimensões do conhecimento, da prática e do engajamento profissional, mobilizando a equipe para uma atuação de excelência;

V - coordenar o programa pedagógico da escola, de modo a incentivar um clima escolar propício para a aprendizagem, realizando monitoramento e avaliação constante do desempenho dos estudantes e engajando a equipe neste compromisso;

VI - gerenciar os recursos e garantir o funcionamento eficiente e eficaz da organização escolar, realizando monitoramento pessoal e frequente das atividades, identificando e compreendendo problemas, com postura profissional para solucioná-los;

VII - ter proatividade para buscar diferentes soluções para aprimorar o funcionamento da escola, com espírito inovador, criativo e orientado para resolução de problemas, compreendo sua responsabilidade perante os resultados esperados e sendo capaz de criar o mesmo senso de responsabilidade na equipe escolar;

VIII - relacionar a escola com o contexto externo, incentivando a parceria entre escola, famílias e comunidade mediante comunicação e interação positivas, orientadas para o cumprimento do Projeto Político Pedagógico;

IX - exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, a inclusão de alunos com deficiência, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem; e

X - agir e incentivar pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade e resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

### **TÍTULO V DA FORMAÇÃO CONTINUADA**

**Art. 24** A Secretaria Municipal de Educação oferecerá cursos de formação continuada aos integrantes dos colegiados integrantes do Sistema Municipal de Ensino de São Miguel dos Milagres.

**Art. 25** O Diretor em exercício deverá participar, assiduamente, do/s curso/s de formação de Diretores Escolares ofertado/s pela Secretaria Municipal de Educação.

**Art. 26** O Diretor deverá organizar, nas reuniões pedagógicas, espaços de formação continuada, por meio de estudos, a partir das necessidades do grupo.

**Art. 27** O Diretor deverá viabilizar a participação dos profissionais da Educação nas formações continuadas ofertadas pela Secretaria Municipal de Educação.

## **TÍTULO VI DA COMISSÃO**

**Art. 29** Os membros da Comissão indicarão um dos seus integrantes para presidi-la.

**Art. 30** A Comissão terá como responsabilidades:

I - a sistematização e publicização do processo eletivo para Diretor Escolar e da consulta pública do Plano de Gestão; e

II - monitoramento e avaliação da implementação do Plano de Gestão e do cumprimento dos requisitos estabelecidos no Termo de Compromisso.

## **TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 31** Esta Lei aplica-se às unidades de Ensino da Sistema Municipal de Educação municipal de São Miguel dos Milagres.

**Art. 32** O primeiro processo de seleção previsto nesta lei será realizado no decorrer do ano letivo de 2022, para nomeação a partir de 2023.

**Art. 33** O Diretor e Vice-Diretor, em exercício na data da entrada em vigor da presente lei, poderá permanecer na função até que o processo seletivo seja concluído.

**Art. 34** O Diretor e Vice-Diretor que estiver no exercício da função poderá concorrer ao cargo e ser conduzido na forma do art. 10.

**Art. 35** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

São Miguel dos Milagres, 14 de setembro de 2022.

**JADSON LESSA DOS SANTOS**

Prefeito

**Publicado por:**

Tulio da Silva Pereira

**Código Identificador:**2FA3D9EC

## **ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO**

### **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS (SERVIÇO DE COFFEE BREAK)**

O município de São Sebastião-AL solicita, junto ao mercado, cotação de preços para a composição do processo, ao passo que informa que está disponibilizando pedido formal de preços referente à contratação de empresa especializada objetivando a futura e eventual Contratação de Empresa Especializada na Prestação dos Serviços de Coffee Break, visando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de São Sebastião/AL.

As empresas interessadas terão um prazo de 03 (três) dias, a partir desta publicação, para enviarem suas cotações de preços. Pedidos de

participação e maiores informações, entrar em contato através do e-mail: [compraspref.saosebastiaoal@gmail.com](mailto:compraspref.saosebastiaoal@gmail.com)

São Sebastião - AL, 14 de setembro de 2022.

**JOÃO CARLOS MOREIRA DOS SANTOS**

Setor de Compras

**Publicado por:**

Clebson Ferreira de Lima

**Código Identificador:**69C29775

### **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL EXTRATO 1º (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO**

Proc. Adm. Nº 14/22 P.E nº 017/2021. Partes: Prefeitura Municipal de São Sebastião – AL, CNPJ Nº 12.247.631/0001-99. e DBX OFFICE MANAGENTE EIRELE ME. Fundamentação: ART 57, §1º, inciso II da Lei Federal 8.666/93 e condições aceitas e expressas, c/c Clausula Segunda do Contrato PMSS nº 475-1/2021 e das Seguintes cláusulas. Fica o prazo de execução do curso acrescido em mais 120(DIAS), iniciando-se em 19 de Agosto 2022, encerrando em 19 de Dezembro de 2022. Permanecem ratificadas as demais Cláusulas do Contrato Original, não alterados pela presente Termo. Celebração 16 de Agosto 2022. Signatário: José Pacheco Filho e Deyvison Silvestre Rosa.

**Publicado por:**

Clebson Ferreira de Lima

**Código Identificador:**565E5986

### **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL EXTRATO DE CONTRATO Nº 1814-1/2022**

Mod: Inexigibilidade 28/2022 – CONTRATO Nº 1814-1/2022. Processo Adm. Nº 1814/2022.

GERENCIADOR: Município de São Sebastião/AL. CNPJ: 12.247.631/0001-99 EMPRESA CONTRATADA: ERALDO SILVA MATTOS-EPP, CNPJ: 58.311.572/0001-71 Objeto: Contratação de Empresa Especializada na Realização de Evento Gospel Artístico, visando à comemoração de festejos religiosos em São Sebastião/AL. Fundamentação Legal: ART. 25 III da Lei Nº 8.666/93, demais normas sobre licitação em vigor.

Valor global de R\$ 77.000,00 (Setenta e Sete Mil Reais).

Data da Assinatura: 13/09/2022.

**Publicado por:**

Clebson Ferreira de Lima

**Código Identificador:**C10CE847

### **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL EXTRATO DE CONTRATO Nº 1653-1/2022**

Mod: Inexigibilidade 27/2022 – CONTRATO Nº 1653-1/2022. Processo Adm. Nº 1653/2022.

GERENCIADOR: Município de São Sebastião/AL. CNPJ: 12.247.631/0001-99 EMPRESA CONTRATADA: EMPRESA MZX ENTRETENIMENTO E PRODUCOES DE EVENTOS LTDA, CNPJ: 15.484.236/0001 18 Objeto: Contratação de Empresa Especializada na Realização de Evento Artístico, visando à comemoração de festejos, junto à população municipal, em São Sebastião/AL. Fundamentação Legal: ART. 25 III da Lei Nº 8.666/93, demais normas sobre licitação em vigor.

Valor global de R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais).

Data da Assinatura: 05/09/2022.

**Publicado por:**

Clebson Ferreira de Lima

**Código Identificador:**7BA9C988

### **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 1291- E1/2022**

Mod. de Licitação: Pregão Eletrônico nº 24/2022 – SRP Nº 1291-E1/2022. Processo Adm. Nº 1291/2022.



GERENCIADOR: Município de São Sebastião/AL. CNPJ: 12.247.631/0001-99 FORNECEDOR REGISTRADO: Tavares & Cia Serviços de Informática-LTDA. CNPJ: 20.871.412/0001-04 Objeto: Registro de Preço objetivando a AQUISIÇÃO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARES INTEGRADOS para atender as necessidades do município de SÃO SEBASTIÃO/AL. Fundamentação Legal: Lei 10520/2002, 8.666/93, decreto Lei nº 7.892/2013 e demais normas sobre licitação em vigor. Prazo de 12 (Doze) meses. Detentor dos Itens 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07, perfazendo o Valor global de R\$ 264.000,00 (Duzentos e Sessenta e Quatro mil reais).

Data da Assinatura: 01/09/2022.

**Publicado por:**  
Clebson Ferreira de Lima  
**Código Identificador:**391CD0FD

#### **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 1246- E9/2022**

Mod. de Licitação: Pregão Eletrônico nº 15/2022 – SRP Nº 1246-E9/2022. Processo Adm. Nº 1246/2022.

GERENCIADOR: Município de São Sebastião/AL. CNPJ: 12.247.631/0001-99 FORNECEDOR REGISTRADO: FORTCLEAN COMÉRCIO E EQUIPAMENTOS EIRELI, CNPJ: 36.327.075/0001-29 Objeto: Registro de Preço objetivando à Futura e eventual AQUISIÇÃO DE EPIs (Equipamento de Proteção Individual), destinados ao atendimento das necessidades das secretarias Municipais de São Sebastião. Fundamentação Legal: Lei 10520/2002, 8.666/93, decreto Lei nº 7.892/2013 e demais normas sobre licitação em vigor. Prazo de 12 (Doze) meses. Detentor dos itens 09, 10 e 18 perfazendo o valor global de R\$ 21.700,00 (vinte e um mil e setecentos reais).

Data da Assinatura: 23/08/2022.

**Publicado por:**  
Clebson Ferreira de Lima  
**Código Identificador:**2927F7DE

#### **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 1246- E8/2022**

Mod. de Licitação: Pregão Eletrônico nº 15/2022 – SRP Nº 1246-E8/2022. Processo Adm. Nº 1246/2022.

GERENCIADOR: Município de São Sebastião/AL. CNPJ: 12.247.631/0001-99 FORNECEDOR REGISTRADO: VIVA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA, CNPJ: 20.008.831/0001-17 Objeto: Registro de Preço objetivando à Futura e eventual AQUISIÇÃO DE EPIs (Equipamento de Proteção Individual), destinados ao atendimento das necessidades das secretarias Municipais de São Sebastião. Fundamentação Legal: Lei 10520/2002, 8.666/93, decreto Lei nº 7.892/2013 e demais normas sobre licitação em vigor. Prazo de 12 (Doze) meses. Detentor do item 05 perfazendo o valor global de R\$ 1.258,75 (hum mil, duzentos e cinquenta e oito reais e setenta e cinco centavos)

Data da Assinatura: 22/08/2022.

**Publicado por:**  
Clebson Ferreira de Lima  
**Código Identificador:**7CC6A665

#### **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 1246- E7/2022**

Mod. de Licitação: Pregão Eletrônico nº 15/2022 – SRP Nº 1246-E7/2022. Processo Adm. Nº 1246/2022.

GERENCIADOR: Município de São Sebastião/AL. CNPJ: 12.247.631/0001-99 FORNECEDOR REGISTRADO: TEMPO COMERCIAL DIST. DE MEDICAMENTOS EIRELI-EPP, CNPJ: 24.564.626/0001-99 Objeto: Registro de Preço objetivando à Futura e eventual AQUISIÇÃO DE EPIs (Equipamento de Proteção Individual), destinados ao atendimento das necessidades das

secretarias Municipais de São Sebastião. Fundamentação Legal: Lei 10520/2002, 8.666/93, decreto Lei nº 7.892/2013 e demais normas sobre licitação em vigor. Prazo de 12 (Doze) meses. Detentor do item 15 perfazendo o valor global de R\$ 1.000,00 (hum mil reais)

Data da Assinatura: 24/08/2022.

**Publicado por:**  
Clebson Ferreira de Lima  
**Código Identificador:**DBC218C3

#### **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 1246- E6/2022**

Mod. de Licitação: Pregão Eletrônico nº 15/2022 – SRP Nº 1246-E6/2022. Processo Adm. Nº 1246/2022.

GERENCIADOR: Município de São Sebastião/AL. CNPJ: 12.247.631/0001-99 FORNECEDOR REGISTRADO: MRB DISTRIBUIDORA DE ACESSORIOS EMPRESARIAIS EIRELI - EPP, CNPJ: 12.183.082/0001-36 Objeto: Registro de Preço objetivando à Futura e eventual AQUISIÇÃO DE EPIs (Equipamento de Proteção Individual), destinados ao atendimento das necessidades das secretarias Municipais de São Sebastião. Fundamentação Legal: Lei 10520/2002, 8.666/93, decreto Lei nº 7.892/2013 e demais normas sobre licitação em vigor. Prazo de 12 (Doze) meses. Detentor dos itens 02, e 03, perfazendo o valor global de R\$ 24.500,00 (VINTE E QUATRO MIL E QUINHNETOS REAIS)

Data da Assinatura: 22/08/2022.

**Publicado por:**  
Clebson Ferreira de Lima  
**Código Identificador:**433D2BE5

#### **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 1246- E5/2022**

Mod. de Licitação: Pregão Eletrônico nº 15/2022 – SRP Nº 1246-E5/2022. Processo Adm. Nº 1246/2022.

GERENCIADOR: Município de São Sebastião/AL. CNPJ: 12.247.631/0001-99 FORNECEDOR REGISTRADO: Marcus Alan Melo dos Santos ME, CNPJ: 11.462.102/0001-57 Objeto: Registro de Preço objetivando à Futura e eventual AQUISIÇÃO DE EPIs (Equipamento de Proteção Individual), destinados ao atendimento das necessidades das secretarias Municipais de São Sebastião. Fundamentação Legal: Lei 10520/2002, 8.666/93, decreto Lei nº 7.892/2013 e demais normas sobre licitação em vigor. Prazo de 12 (Doze) meses.

Detentor dos itens 01, 07, 11 e 13, perfazendo o valor global de R\$ 22.448,50 (vinte e dois mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos)

Data da Assinatura: 24/08/2022.

**Publicado por:**  
Clebson Ferreira de Lima  
**Código Identificador:**26F4649B

#### **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 1246- E4/2022**

Mod. de Licitação: Pregão Eletrônico nº 15/2022 – SRP Nº 1246-E4/2022. Processo Adm. Nº 1246/2022.

GERENCIADOR: Município de São Sebastião/AL. CNPJ: 12.247.631/0001-99 FORNECEDOR REGISTRADO: FORTE SINAL E EQUIPAMENTOS – EIRELI-EPP, CNPJ: 26.729.755/0001-15 Objeto: Registro de Preço objetivando à Futura e eventual AQUISIÇÃO DE EPIs (Equipamento de Proteção Individual), destinados ao atendimento das necessidades das secretarias Municipais de São Sebastião. Fundamentação Legal: Lei 10520/2002, 8.666/93, decreto Lei nº 7.892/2013 e demais normas sobre licitação em vigor. Prazo de 12 (Doze) meses.

Detentor dos itens 06, 08, e 17, perfazendo o valor global de R\$ 20.479,00 (vinte mil, quatrocentos e setenta e nove reais)

Data da Assinatura: 22/08/2022.

**Publicado por:**  
Clebson Ferreira de Lima  
**Código Identificador:** 1FB484A1

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**  
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 1246-E3/2022**

Mod. de Licitação: Pregão Eletrônico nº 15/2022 – SRP Nº 1246-E3/2022. Processo Adm. Nº 1246/2022.

GERENCIADOR: Município de São Sebastião/AL. CNPJ: 12.247.631/0001-99 FORNECEDOR REGISTRADO: D & D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA, CNPJ: 11.372.104/0001-43 Objeto: Registro de Preço objetivando à Futura e eventual AQUISIÇÃO DE EPIs (Equipamento de Proteção Individual), destinados ao atendimento das necessidades das secretarias Municipais de São Sebastião. Fundamentação Legal: Lei 10520/2002, 8.666/93, decreto Lei nº 7.892/2013 e demais normas sobre licitação em vigor. Prazo de 12 (Doze) meses.

Detentor do item 16, perfazendo o valor global de R\$ 38.200,00 (trinta e oito mil e duzentos reais)

Data da Assinatura: 22/08/2022.

**Publicado por:**  
Clebson Ferreira de Lima  
**Código Identificador:** CD1E0C91

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**  
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 1246-E2/2022**

Mod. de Licitação: Pregão Eletrônico nº 15/2022 – SRP Nº 1246-E2/2022. Processo Adm. Nº 1246/2022.

GERENCIADOR: Município de São Sebastião/AL. CNPJ: 12.247.631/0001-99 FORNECEDOR REGISTRADO: M TESTA CONFECÇÃO - ME, CNPJ: 23.829.339/0001-09 Objeto: Registro de Preço objetivando à Futura e eventual AQUISIÇÃO DE EPIs (Equipamento de Proteção Individual), destinados ao atendimento das necessidades das secretarias Municipais de São Sebastião. Fundamentação Legal: Lei 10520/2002, 8.666/93, decreto Lei nº 7.892/2013 e demais normas sobre licitação em vigor. Prazo de 12 (Doze) meses.

Detentor do item 14, perfazendo o valor global de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais)

Data da Assinatura: 22/08/2022.

**Publicado por:**  
Clebson Ferreira de Lima  
**Código Identificador:** 48A52C36

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**  
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 1246-E1/2022**

Mod. de Licitação: Pregão Eletrônico nº 15/2022 – SRP Nº 1246-E1/2022. Processo Adm. Nº 1246/2022.

GERENCIADOR: Município de São Sebastião/AL. CNPJ: 12.247.631/0001-99 FORNECEDOR REGISTRADO: BHDENTAL COMERCIAL EIRELI - EPP, CNPJ: 29.312.896/0001-26 Objeto: Registro de Preço objetivando à Futura e eventual AQUISIÇÃO DE EPIs (Equipamento de Proteção Individual), destinados ao atendimento das necessidades das secretarias Municipais de São Sebastião. Fundamentação Legal: Lei 10520/2002, 8.666/93, decreto Lei nº 7.892/2013 e demais normas sobre licitação em vigor. Prazo de 12 (Doze) meses.

Detentor do item 12, perfazendo o valor global de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

Data da Assinatura: 22/08/2022.

**Publicado por:**  
Clebson Ferreira de Lima  
**Código Identificador:** 78879B0D

**GABINETE DO PREFEITO**  
**RATIFICAÇÃO**

Processo Administrativo nº 1816/2022 Inexigibilidade nº 29/2022

Em face da justificativa, bem como ao exame e pronunciamento conclusivos feitos pela Assessoria Jurídica, RATIFICO o reconhecimento da Inexigibilidade de licitação para contratação direta de empresário exclusivo: **E F PINTO-ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 47.390.071/0001-01, objetivando a promoção Show artístico, a ser realizado no dia 25 de setembro de 2022, em comemoração cultural feita junto à população no município de São Sebastião.

Publique-se no diário oficial no prazo de cinco dias, em cumprimento ao que determina o Art. 26 da Lei nº 8.666/93.

São Sebastião (AL), 14 de setembro de 2022.

**JOSÉ PACHECO FILHO**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Clebson Ferreira de Lima  
**Código Identificador:** 182E185B

**GABINETE DO PREFEITO**  
**RATIFICAÇÃO**

Processo Administrativo nº 1811/2022 Inexigibilidade 30/2022

Em face da justificativa, bem como ao exame e pronunciamento conclusivos feitos pela Assessoria Jurídica, RATIFICO o reconhecimento da Inexigibilidade de licitação para contratação direta de serviços técnicos especializados de treinamento e capacitação de servidores da saúde: THEP – INOVAÇÃO SUSTETÁVEL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 35.422.971/0001-11, objetivando a contratação empresa para a prestação de serviços técnicos especializados de treinamento e capacitação de servidores municipais, a ser realizado conforme termo de referência anexo.

Publique-se no diário oficial no prazo de cinco dias, em cumprimento ao que determina o Art. 26 da Lei nº 8.666/93.

São Sebastião - AL, 13 de setembro de 2022.

**JOSÉ PACHECO FILHO**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Clebson Ferreira de Lima  
**Código Identificador:** 36129142

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SATUBA**

**GABINETE DO PREFEITO**  
**TERMO DE CANCELAMENTO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2022**

O Município de MUNICÍPIO DE SATUBA, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa sito à Rua Amélia Pontes, s/n - Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.200.333/0001-43, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor **Diógenes José Neto de Amorim**, portador do RG nº 2002001130220 SSP//AL e CPF nº 039.154.264-82, juntamente com a Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos, Sr. **Fabia Romana Ramos Telles Santos**, na condição de órgão gerenciador, no uso de suas atribuições legais, considerando tudo o que consta nos autos do Processo Administrativo nº 556/2022, em especial ao requerimento da Secretaria supracitada, onde solicita o cancelamento da Ata de

Registro de Preços Nº 27/2022, oriunda do Pregão Eletrônico Nº 10/2022 que tem como fornecedora Registrada a empresa **MARIA CRISTINA SIQUEIRA DA SILVA - EPP**, inscrita no CNPJ sob nº 32.024.546/0001-79, sediada na avenida Professor Loureiro, nº 47 – Ponta Grossa – Maceió/AL, representada pela Sraº **Maria Cristina Siqueira da Silva - EPP**, inscrita no CPF nº 804. 142. 904-10 e RG nº 2000001248515 SSP/AL

#### I – Dos Fatos:

O fornecedor, detentor do Registro de Preços em epígrafe, mesmo tendo sido convocado através do e-mail indicado na documentação anexada na plataforma onde foi realizado a disputa do pregão em referência, bem como notificado pelo setor competente, não cumpriu com suas obrigações no tocante a entrega do objeto solicitado acarretando, por certo, prejuízos para as atividades do Município de Satuba.

#### – DA DECISÃO:

Diante do exposto, apura-se, de forma patente, que a Empresa infringiu as normas de regência do certame, em especial, ao art. 6º, alínea “c”, da Ata de Registro de Preços, vez que convocada para entregar o produto registrado, não obedeceu ao prazo estipulado. Ante as razões de fato e direito apresentadas, a administração **decide** pelo **Cancelamento** da Ata de Registro de Preços Nº 27/2022 (oriunda do Pregão Eletrônico Nº 10/2022 – Proc. Nº 556/2022), correspondente à MATERIAIS DE EXPEDIENTE, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas.

#### III – Da Fundamentação Legal:

O cancelamento do item registrado encontra amparo nas disposições contidas no Decreto Federal 7.892/2013, artigo 20, inciso I, bem como no art. 6º, alínea “c”, da Ata de Registro de Preços.

#### IV – Da Publicação:

O presente termo de cancelamento deverá ser devidamente publicado no diário oficial do Município de Satuba, na forma legal e regimental, a fim de que surtam os efeitos jurídicos dele decorrentes.

Satuba/AL, 12 de setembro de 2022.

**DIÓGENES JOSÉ NETO DE AMORIM**

Prefeito  
Município de Satuba

**FABIA ROMANA RAMOS TELLES SANTOS**

Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos  
Órgão Gerenciador

**Publicado por:**

Morgana Bernadi Leite

**Código Identificador:**3C408925

### GABINETE DO PREFEITO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Referência: Tomada de Preços nº 01/2022

Objeto: **Contratação de Empresa do ramo da Construção-Civil para Construção do Centro de Especialidades no município de Satuba-AL.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SATUBA, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o disposto no art. 43, inciso, VI, da Lei nº 8.666/93.

#### RESOLVE:

HOMOLOGAR e ADJUDCAR o resultado da licitação realizada em data de 26 de outubro de 2021, sob modalidade de Tomada de Preços nº 01/2022, em favor da empresa **AGIL CONSTRUTORA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº **36.376.673/0001-98**, estabelecida na Rua Visconde do Rio Branco, 1343 – Sala 02, Palmares/PE, representada pelo Sr. Alessandro Dionisio dos Santos, portador do RG nº 5498930 SSP/PE e CPF nº 008.114.504-73, que apresentou o menor preço, perfazendo o valor global de R\$ **741.835,87 (setecentos e quarenta e**

**um mil, oitocentos e trinta e cinco reais e oitenta e sete centavos)**, para a execução do objeto.

Satuba, 14 de setembro de 2022.

**DIÓGENES JOSÉ NETO DE AMORIM**

Prefeito

**Publicado por:**

Morgana Bernadi Leite

**Código Identificador:**D0666FFB

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO TERMO DE CANCELAMENTO

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2022

O Município de MUNICÍPIO DE SATUBA, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa sito à Rua Amélia Pontes, s/n - Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 12.200.333/0001-43, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor **Diógenes José Neto de Amorim**, portador do RG nº 2002001130220 SSP//AL e CPF nº 039.154.264-82, juntamente com a Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos, Sr. **Fabia Romana Ramos Telles Santos**, na condição de órgão gerenciador, no uso de suas atribuições legais, considerando tudo o que consta nos autos do Processo Administrativo nº **829/2022**, em especial ao requerimento da Secretaria supracitada, onde solicita o cancelamento da a Ata de Registro de Preços Nº 36/2022, oriunda do Pregão Eletrônico Nº 12/2022 que tem como fornecedora Registrada a empresa **MEGB LOCAÇÕES COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 11.333.693/0001-50, localizada na Praça Doutor Jose Lobo Pereira - Centro – Santa Luzia do Norte/AL, que tem como representante legal o Srº **Geraldo Gusmão Barbosa**, inscrito no CPF nº 009.483.514-46 e RG nº 98001376471 SSP/AL.

#### I – Dos Fatos:

O fornecedor, detentor do Registro de Preços em epígrafe, mesmo tendo sido convocado através do e-mail indicado na documentação anexada na plataforma onde foi realizado a disputa do pregão em referência, bem como notificado pelo setor competente, não cumpriu com suas obrigações no tocante a entrega do objeto solicitado acarretando, por certo, prejuízos para as atividades do Município de Satuba.

#### – DA DECISÃO:

Diante do exposto, apura-se, de forma patente, que a Empresa infringiu as normas de regência do certame, em especial, ao art. 6º, alínea “c”, da Ata de Registro de Preços, vez que convocada para entregar o produto registrado, não obedeceu ao prazo estipulado. Ante as razões de fato e direito apresentadas, a administração **decide** pelo **Cancelamento** da Ata de Registro de Preços Nº 36/2022 (oriunda do Pregão Eletrônico Nº 12/2022 – Proc. Nº 829/2022), correspondente à MATERIAIS PERMANENTES, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas.

#### III – Da Fundamentação Legal:

O cancelamento do item registrado encontra amparo nas disposições contidas no Decreto Federal 7.892/2013, artigo 20, inciso I, bem como no art. 6º, alínea “c”, da Ata de Registro de Preços.

#### IV – Da Publicação:

O presente termo de cancelamento deverá ser devidamente publicado no diário oficial do Município de Satuba, na forma legal e regimental, a fim de que surtam os efeitos jurídicos dele decorrentes.

Satuba/AL, 12 de setembro de 2022.

**DIÓGENES JOSÉ NETO DE AMORIM**

Prefeito  
Município de Satuba



**FABIA ROMANA RAMOS TELLES SANTOS**Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos  
Órgão Gerenciador**Publicado por:**  
Morgana Bernadi Leite  
**Código Identificador:**2BA57A87**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 98/2022**

Pregão Eletrônico nº 29/2022

Fundamento Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei Complementar nº 123/2006, acrescentada pelas leis complementares 147/2014 e 155/2016, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

Órgão Gerenciador: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Equipamentos Permanente, destinados a atender as necessidades das Secretarias Municipais do Poder Executivo do Município de Satuba/AL.

Fornecedora Registrada: **ZL COMERCIO LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob nº 05.946.524/0001-93.Valor Registrado: **R\$ 65.700,00 (sessenta e cinco mil e setecentos reais)**

Firmado em 22/08/2022

Vigência: 12 (doze) meses.

SIGNATÁRIOS: DIÓGENES JOSÉ NETO DE AMORIM e **ZENALDO PEREIRA DE LIMA****EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 99/2022**

Pregão Eletrônico nº 29/2022

Fundamento Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei Complementar nº 123/2006, acrescentada pelas leis complementares 147/2014 e 155/2016, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

Órgão Gerenciador: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Equipamentos Permanente, destinados a atender as necessidades das Secretarias Municipais do Poder Executivo do Município de Satuba/AL.

Fornecedora Registrada: **LUCIANO SERGIO GUIMARAES SÁ BARRETO**, inscrita no CNPJ sob nº 35.785.276/0001-07.Valor Registrado: **R\$ 28.980,00 (vinte e oito mil, novecentos e oitenta reais)**

Firmado em 22/08/2022

Vigência: 12 (doze) meses.

SIGNATÁRIOS: DIÓGENES JOSÉ NETO DE AMORIM e **LUCIANO SERGIO GUIMARAES SÁ BARRETO****EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2022**

Pregão Eletrônico nº 29/2022

Fundamento Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei Complementar nº 123/2006, acrescentada pelas leis complementares 147/2014 e 155/2016, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

Órgão Gerenciador: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Equipamentos Permanente, destinados a atender as necessidades das Secretarias Municipais do Poder Executivo do Município de Satuba/AL.

Fornecedora Registrada: **MOVEPLAST INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA**, inscrita no CNPJ sob 30.231.212/0001-40Valor Registrado: **R\$ 39.800,00 (trinta e nove mil e oitocentos reais)**

Firmado em 22/08/2022

Vigência: 12 (doze) meses.

SIGNATÁRIOS: DIÓGENES JOSÉ NETO DE AMORIM e **DEYSIANE NAYARA WANDERLEY PINTO****EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2022**

Pregão Eletrônico nº 29/2022

Fundamento Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei Complementar nº 123/2006, acrescentada pelas leis complementares 147/2014 e 155/2016, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

Órgão Gerenciador: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Equipamentos Permanente, destinados a atender as necessidades das Secretarias Municipais do Poder Executivo do Município de Satuba/AL.

Fornecedora Registrada: **CEZARIOS MOVEIS E COMERCIO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 03.016.072/0001-15Valor Registrado: **R\$ 28.245,25 (vinte e oito mil, duzentos e quarenta e cinco reais e vinte e cinco centavos)**

Firmado em 22/08/2022

Vigência: 12 (doze) meses.

SIGNATÁRIOS: DIÓGENES JOSÉ NETO DE AMORIM e **JULIANA CEZARIO FORTES****EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2022**

Pregão Eletrônico nº 29/2022

Fundamento Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei Complementar nº 123/2006, acrescentada pelas leis complementares 147/2014 e 155/2016, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

Órgão Gerenciador: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Equipamentos Permanente, destinados a atender as necessidades das

Secretarias Municipais do Poder Executivo do Município de Satuba/AL.

Fornecedora Registrada: **W.K.M SOLUÇÕES TECNOLÓGICA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 29.529.181/0001-20

Valor Registrado: **R\$ 29.264,00 (vinte e nove mil, duzentos e sessenta e quatro reais)**

Firmado em 22/08/2022

Vigência: 12 (doze) meses.

**SIGNATÁRIOS: DIÓGENES JOSÉ NETO DE AMORIM e WELLINGTON KLEBSON DE MELO OLIVEIRA**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2022

Pregão Eletrônico nº 29/2022

Fundamento Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei Complementar nº 123/2006, acrescentada pelas leis complementares 147/2014 e 155/2016, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

Órgão Gerenciador: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Equipamentos Permanente, destinados a atender as necessidades das Secretarias Municipais do Poder Executivo do Município de Satuba/AL.

Fornecedora Registrada: **MC INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 41.043.317/0001-92

Valor Registrado: **R\$ 84.900,00 (oitenta e quatro mil, novecentos reais)**

Firmado em 22/08/2022

Vigência: 12 (doze) meses.

**SIGNATÁRIOS: DIÓGENES JOSÉ NETO DE AMORIM e MARIA CECILIA MEIRA LINS DE SOUSA DIAS**

**Publicado por:**  
Morgana Bernadi Leite  
**Código Identificador:**16C03D20

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EXTRATO DO CONTRATO Nº 61/2022

Processo Nº 3016/2022- Dispensa de Licitação;

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso II da Lei nº 8.666 de 23 de junho de 1993;

Partes: MUNICÍPIO DE SATUBA/AL e **R J F DE ALBUQUERQUE CARVALHO EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 17.414.193/0001-20;

Objeto: Contratação de empresa para aquisição de camisas/uniformes para o SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo) do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), do Município de Satuba/AL.

Valor: **R\$ 3.312,50 (três mil, trezentos e doze e cinquenta centavos);**

Vigência: **90 (noventa) dias, ou até entrega total do produto**

Celebração: 30/08/2022;

Signatários: Diógenes José Neto de Amorim e Rennyne Jandira Ferreira de Albuquerque Carvalho

Processo Nº 3016/2022- Dispensa de Licitação;

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso II da Lei nº 8.666 de 23 de junho de 1993;

Partes: MUNICÍPIO DE SATUBA/AL e **R J F DE ALBUQUERQUE CARVALHO EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 17.414.193/0001-20;

Objeto: Contratação de empresa para aquisição de camisas/uniformes para o SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo) do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), do Município de Satuba/AL.

Valor: **R\$ 3.312,50 (três mil, trezentos e doze e cinquenta centavos);**

Vigência: **90 (noventa) dias, ou até entrega total do produto**

Celebração: 30/08/2022;

Signatários: Diógenes José Neto de Amorim e Rennyne Jandira Ferreira de Albuquerque Carvalho

**Publicado por:**  
Morgana Bernadi Leite  
**Código Identificador:**B12F5E39

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS DESPACHO RATIFICADOR DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 16/2022

#### DESPACHO RATIFICADOR

Tenho por satisfeitas as razões da douta procuradoria do município, portanto, RATIFICO, na forma do *caput* do art. 26 da Lei nº 8.666/93 a dispensa de licitação para Contratação de empresa do ramo da engenharia para construção de ponte em concreto Pré-moldado no povoado Apolônia – Zona Rural do Município de Satuba.

AUTORIZO a contratação da empresa **J C S AUGUSTO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº **43.331.939/0001-41**, estabelecida No Conjunto Aires do Sol, nº 08 – Quadra 08 – Centro – Messias/AL, representada pelo Senhor **Júlio Cesar Silva Augusto**, inscrito CPF sob nº 076.944.444-01, pelos preços propostos pela empresa, na forma do art. 24, IV, da Lei de Licitações e **Decreto Municipal 08 de 03 de julho de 2022**.

Publique-se o presente despacho como condição de eficácia dos atos.

Satuba, 13 de setembro de 2022.

**DIÓGENES JOSÉ NETO DE AMORIM**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Morgana Bernadi Leite  
**Código Identificador:**FDB24029

#### ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR RUI PALMEIRA

#### GABINETE DA PREFEITA AVISO DE LICITAÇÃO

Processo nº: 08290003/2022

Pregão Eletrônico - SRP nº: 16/2022

Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios destinados a merenda escolar para atender às necessidades dos alunos matriculados na rede municipal de ensino fundamental.

Modalidade: Pregão Eletrônico - SRP.

Tipo: Menor Preço.

Data da abertura da sessão pública: 28/09/2022.

Horário da abertura da sessão pública: 10:00 horas (horário de Brasília).

Local: Através do Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br)

Informações Gerais: Comissão de Licitação, localizada na Rua Santa Terezinha, nº 229 - Centro – Senador Rui Palmeira – AL. Cep: 57.515-000, através do e-mail [setorlicitacoessrp@hotmail.com](mailto:setorlicitacoessrp@hotmail.com) –

Senador Rui Palmeira - AL, 14 de setembro de 2022.

**ROGÉRIO VIEIRA CABRAL**

Pregoeiro

**Publicado por:**

Jaime Nunes

**Código Identificador:**7ABD9833

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TANQUE D'ARCA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS**  
**INEXIGIBILIDADE PROCESSO DE Nº 0825016/2022**

Em cumprimento ao Artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, considerando o que consta nos autos do presente processo, RATIFICO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO para Contratação de atração artística para realização das festividades da Emancipação política do estado de Alagoas, com fulcro na inteligência do art.25, inc. III, do mesmo diploma legal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº INEX 08.250.16/2022-1 Contratação de atração artística para realização das festividades da Emancipação política do estado de Alagoas do Município de Tanque d'Arca/AL. Contratado: ASSOCIAÇÃO DOS FORROZEIROS E TRIOS PÉ DE SERRA DE CARUARU (CANTOR LUCAS COSTA) inscrito no CNPJ: 11.706.770/0001-70 no valor de R\$ 30.000,00(trinta mil reais); Vigência:12(doze) meses; celebrado em 14/09/2022.Signatários: Wilmário Valença Silva e Edilano Teixeira de Carvalho.

**Publicado por:**

Francisco Carlos de Moraes Almeida

**Código Identificador:**F8B320B0

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARANA**

**GABINETE DO PREFEITO**  
**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

Ratifico por este termo, o processo administrativo nº 08100002/2022, que tem como objeto é a Contratação de Palestrante para realização do Seminário em alusão a campanha socioeducativa do Agosto Lilás – “I Seminário sobre violência contra mulher e Lei Maria da Penha em Taquarana”, em favor da proponente, empresa **Ilton Santos do Nascimento Filho 03399422407**, inscrito no CNPJ nº 26.272.139/0001-88, localizada na Rua Grajau, nº 17, Bairro Santa Lucia, CEP: 57.082-040, Maceió/AL, neste ato representada pelo Sr. Ilton Santos do Nascimento Filho, portadora do CPF nº 033.994.224-07, com base na Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações e demais legislações correlatas, bem como parecer da Procuradoria Jurídica, e tendo em vista os elementos que instruem o processo.

Taquarana/AL, 15 de agosto de 2022.

**GERALDO CICERO DA SILVA**

Prefeito

**Publicado por:**

Janete de Oliveira Gomes Barbosa

**Código Identificador:**B7490A03

**GABINETE DO PREFEITO**  
**SUMULA DE CONTRATO N.º 038/2022 – CPL**

DAS PARTES: MUNICÍPIO DE TAQUARANA E EMPRESA ILTON SANTOS DO NASCIMENTO FILHO 03399422407, CNPJ: 26.272.139/0001-88.

OBJETO: O objeto do contrato é a contratação de Palestrante para realização do Seminário em alusão a campanha socioeducativa do Agosto Lilás – “I Seminário sobre violência contra mulher e Lei Maria da Penha em Taquarana”, em conformidade com as normas e exigências contidas no Termo de Referência, assim como, aquelas definidas pela Secretaria Municipal de Assistência.

VALOR: 3.000,00 (três mil reais).

Vigência: 31/12/2022

Data de assinatura do contrato: 16/08/2022

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei de Licitações 8.666/93 e alterações posteriores.

SIGNATÁRIOS: GERALDO CICERO DA SILVA / ILTON SANTOS DO NASCIMENTO FILHO.

**Publicado por:**

Janete de Oliveira Gomes Barbosa

**Código Identificador:**2BA53BD0

**GABINETE DO PREFEITO**  
**EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 04/2022**

Fundamento Legal: Federal Nº 8.666/93 e Decreto Municipal 16/2020.

Órgão não Participante: MUNICÍPIO DE TAQUARANA/AL;

FORNECEDORA REGISTRADA: S S MÍDIA GRÁFICA E COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB N.º 26.346.150/0001-45;

Objeto: Registro de preços para eventual e futura Aquisição de Materiais de Serigrafia, para atender a demanda das secretarias do Município de Feira Grande, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I do Edital do Pregão ELETRÔNICO nº 14/2022, realizado pelo Município de Feira Grande/AL.

Valor: R\$ 491.166,66 (quatrocentos e noventa e um mil, cento e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos).

Prazo: 12 (doze) meses.

Firmado em 02/09/2022.

Signatários: Geraldo Cícero da Silva e Filipe José de Souza

**Publicado por:**

Janete de Oliveira Gomes Barbosa

**Código Identificador:**F6FC6B92

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOTONIO VILELA**

**GABINETE DO PREFEITO**  
**RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO EXTRATO DO TERMO**  
**ADITIVO AO CONTRATO Nº 081/2021 – PREGÃO**  
**ELETRÔNICO Nº 070/2021**

Retifica-se o Extrato do Termo Aditivo ao Contrato nº 081/2021 PE nº 070/2021, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Alagoas e no Diário oficial da União no dia 09 de Agosto de 2022. **Onde se Lê:** “Unidade Orçamentária: 0123 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E EVENTOS, Dotação: 04.131.0002.2118 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E EVENTOS Elemento: 339039000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica”. **Leia-se:** “Unidade Orçamentária: 20001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EVENTOS Dotação: 04.122.0003.2064 - Viabilizar Gestão e Manutenção da Secretaria Municipal de Eventos Elemento: 339039000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica”



**Publicado por:**  
Ivanildo Almeida Silva  
**Código Identificador:**3A2488A5

**GABINETE DO PREFEITO**  
**EXTRATO DO CONTRATO Nº 127/2022 – INEXIGIBILIDADE**  
**DE LICITAÇÃO Nº 014/2022**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE TEOTÔNIO VILELA, Pessoa Jurídica do Direito Público, inscrita no CNPJ nº 12.842.829/0001-10.

**CONTRATADA:** NF SHOWS E REPRESENTAÇÕES LTDA, brasileiro, pessoa Jurídica do Direito Privado, inscrita no C.N.P.J/M.F. sob o nº 43.974.964/0001-43.

**OBJETO:** contratação de artista “NADSON “O FERINHA”, por intermédio da Secretaria Municipal de Eventos, do Município de Teotônio Vilela conforme especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência deste processo, para realização da celebração das festividades do Povoado Mutuns, do município de Teotônio Vilela/AL, o qual ocorrerá em 17 de setembro de 2022, às 22h30min.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR:** O valor perfaz o total de **R\$30.000,00 (trinta mil reais)**.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** A presente contratação encontra-se fundada no art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93, inexigibilidade de licitação devidamente justificada.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes para contratação dos serviços, em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Eventos, será acobertada pela Lei Orçamentária do Município de Teotônio Vilela/AL, para o exercício de 2022, consignadas nas seguintes rubricas:

Órgão: 20000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EVENTOS

Unidade Orçamentária: 20001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EVENTOS

Dotação: 24.691.0009.2161 - Promover e Manter as Atividades Cívicas Tradicionais no Município, Elemento: 339039000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

**VIGÊNCIA CONTRATUAL:** O contrato terá vigência pelo período de 60 (sessenta) dias, não podendo haver prorrogações na forma do art. 57, II, da Lei de Licitações, ou enquanto perdurarem as obrigações.

Teotônio Vilela/AL, 14 de setembro de 2022.

**PEDRO HENRIQUE DE JESUS PEREIRA**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Ivanildo Almeida Silva  
**Código Identificador:**F9F7F442

**GABINETE DO PREFEITO**  
**RATIFICAÇÃO CONTRATO Nº 127/2022**

Consoante as informações procedentes da Procuradoria Geral do Município, **RATIFICO** a Inexigibilidade de Licitação de nº 014/2022, e os entendimentos firmados ao tempo em que **AUTORIZO** a celebração do contrato com a empresa **NF SHOWS E REPRESENTAÇÕES LTDA**, pessoa Jurídica do Direito Privado, inscrita no C.N.P.J/M.F. sob o nº 43.974.964/0001-43, sede na Rua Walter da Silva Leite, Centro, nº223, Andar-A, CEP: 49.300-000, na Cidade de Tobias Barreto/SE, neste ato representado pelo o Srº Nadson de Jesus Alves solteiro, Cantor, inscrito no CPF sob nº 101.007.805-47, residente e domiciliado na Rua: Walter da Silva Leite, nº223, CEP: 49300-000, na cidade de Tobias Barreto/SE, doravante denominado **CONTRATADO**, perfazendo um gasto totalizando o valor do contratado de **R\$30.000,00 (trinta mil reais)**, **sob** os fundamentos do artigo nº25, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993

Teotônio Vilela/AL, 14 de setembro de 2022

**PEDRO HENRIQUE DE JESUS PEREIRA**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Ivanildo Almeida Silva  
**Código Identificador:**DFB2B393

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA**

**GABINETE DO PREFEITO**  
**PORTARIA Nº. 118/2022 DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.**

Dispõe sobre a concessão de Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA – ALAGOAS e o DIRETOR PRESIDENTE do IPASMV, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

Considerando tudo constante no Processo Administrativo de Benefício de nº 35/2022.

**RESOLVEM:**

**Art. 1º** – Conceder Aposentadoria Idade e Tempo de contribuição a servidora **RÚBIA LÚCIA CORREIA DA SILVA**, portadora do RG nº 602009 SEDS/AL e inscrita no CPF sob o nº 348.354.744-49, admitida em 23 de janeiro de 1983, ocupante do cargo efetivo de **Assistente Administrativo Educacional Nível IV**, inscrita sob a matrícula nº 796, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por ter preenchido os requisitos do **art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 61 da Lei Municipal nº 900 de 26 de janeiro de 2015**.

**Art. 2º** - O valor dos proventos será integral, conforme artigo 61 citado acima, sendo equivalente ao valor da última remuneração de contribuição ao cargo em que se deu a aposentadoria, conforme **art. 17 da Lei Municipal nº 900 de 26 de janeiro de 2015**, com paridade com os servidores ativos e acrescido de 35% (trinta e cinco por cento) de adicional de tempo de serviço, conforme art. 74da Lei Municipal 619/1996.

**Art. 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Viçosa/AL, 14 de setembro de 2022.

**JOÃO VICTOR CALHEIROS AMORIM SANTOS**  
Prefeito Municipal

**JOÃO DOS SANTOS SILVA**  
Diretor Presidente – IPASMV

**Publicado por:**  
Luiz Matheus Marques de Gois  
**Código Identificador:**C724AEC5

**IPASMV - INST. DE PREV. E ASSIST. DOS SERV. MUNICIP**  
**PORTARIA Nº. 119/2022 DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.**

Dispõe sobre a concessão de Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA – ALAGOAS e o DIRETOR PRESIDENTE do IPASMV, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

Considerando tudo constante no Processo Administrativo de Benefício de nº 37/2022.

**RESOLVEM:**

**Art. 1º** – Conceder Aposentadoria por idade e tempo de contribuição a servidora **MARIA LENEIDE BRANDÃO DOS SANTOS**, portadora do RG nº 839720 SEDS/AL e inscrita no CPF sob o nº 629.931.004-91, admitida em 12 de setembro de 1988, ocupante do cargo efetivo de **Auxiliar de Serviços Educacionais Nível I**, inscrita sob a matrícula nº 361, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por ter preenchido os requisitos do **art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 61 da Lei Municipal nº 900 de 26 de janeiro de 2015**.

**Art. 2º** - O valor dos proventos será integral, conforme artigo 61 citado acima, sendo equivalente ao valor da última remuneração de contribuição ao cargo em que se deu a aposentadoria, conforme **art. 17 da Lei Municipal nº 900 de 26 de janeiro de 2015**, com paridade com os servidores ativos e acréscimo de 30% (trinta por cento) de adicional de tempo de serviço, conforme art. 74da Lei Municipal 619/1996.

**Art. 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Viçosa/AL, 14 de setembro de 2022.**

**JOÃO VICTOR CALHEIROS AMORIM SANTOS**

Prefeito Municipal

**JOÃO DOS SANTOS SILVA**

Diretor Presidente – IPASMV

**Publicado por:**

Luiz Matheus Marques de Gois  
**Código Identificador:**B32D522D

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**  
**MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE – ALAGOAS - AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇO**

O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/AL, por intermédio do SETOR DE LICITAÇÕES, solicita de empresa especializada orçamento para a **Prestação de Serviço de Eficácia da Eletrotermofototerapia na Reabilitação Fisioterapêutica Prática Baseada em Evidências**, para atender as necessidades da **Secretaria Municipal de Saúde**. Conforme formulário abaixo, devendo a cotação ser enviada no endereço eletrônico cotacoespma@outlook.com / cotacoespma@gmail.com, Telefones: (82) 99131-9206/ 99637-7059/. Prazo para entrega da cotação 19/09/2022 (segunda-feira) até as 17h00min.

Item	DESCRIÇÃO	UND	QNTD	MARCA	VLR UNIT	VLR TOTAL
01	<b>CURSO DE EFICÁCIA DA ELETROTHERMOFOTOTERAPIA NA REABILITAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA PRÁTICA BASEADA EM EVIDÊNCIAS</b> - abordagem para aplicação e raciocínio clínico, utilizando a estimulação elétrica neuromuscular e/ou estimulação elétrica funcional (EENM/FES), a estimulação elétrica nervosa transcutânea (TENS), a fototerapia e a termoterapia na reabilitação musculoesquelética e reabilitação neurofuncional. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: curso com o objetivo de aula didática expositiva (10 horas) e prática (6 horas), compostas pelos seguintes: Estimulação Elétrica Neuromuscular e Estimulação Elétrica Transcutânea - Eletrofisiologia da Contração Muscular e Correntes Excitomotoras. Parâmetros Físicos das Correntes Terapêuticas. Características Físicas das Correntes de Média Frequência: Corrente Russa - Corrente Interferencial Corrente Aussie - Características Físicas das Correntes de baixa Frequência: TENS - EENM / FES - Comparação entre todas as correntes de média e baixa frequência, bem como, suas vantagens e desvantagens. Evidências clínicas das correntes de média Frequência. - Evidências clínicas das correntes de baixa Frequência. Evidências científicas da EENM / FES no treinamento de resistência, força e hipertrofia muscular. Evidências científicas da TENS na analgesia para dor aguda e crônica. Técnicas de aplicação e colocação de eletrodos e identificação de ponto motor, para otimização do tratamento/treinamento. - Protocolos de tratamento para as disfunções musculoesqueléticas, neurofuncionais e cardiorrespiratórias mais incidentes e prevalentes em todas as fases de reabilitação. Seguindo os melhores Guidelines e Best Practices, Ultrassom Terapêutico - Conceitos - Características físicas - Interações biofísicas e Aplicações clínicas - Propriedades Acústicas dos Tecidos e Interações Biofísicas - Efeito térmico - Efeitos mecânicos - Procedimentos de aferição - Evidências clínicas do ultrassom terapêutico na reabilitação fisioterapêutica. Precauções e Contra-indicações. Fototerapia na reabilitação e na performance muscular (Lasers e LEDs) Principais efeitos fisiológicos. Parâmetros Físicos - Dosimetria adequada para o sucesso do tratamento. Evidências Científicas Protocolos de tratamento para analgesia, cicatrização, reparação tecidual e desempenho muscular. Importante Durante as atividades práticas serão utilizados equipamentos de eletroterapia (a combinar), bem como, caneleiras, faixas elásticas e anilhas. Sendo assim, necessário a utilização de trajés esportivos para a aula prática.	Serviço	1			

**ELITANIA FERNANDA DA SILVA BATISTA**

Comissão Permanente de Licitação

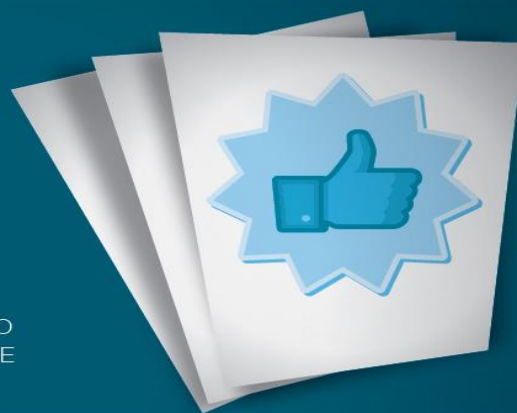
Núcleo de Cotação

**Publicado por:**

Sâmara Mayra da Silva Ferreira  
**Código Identificador:**B4D9A791

# É LEGAL PUBLICAR

AS PUBLICAÇÕES VEICULADAS NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS CUMPREM TODOS OS REQUISITOS DO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE E POSSUEM A MESMA VALIDADE LEGAL QUE AS PUBLICAÇÕES IMPRESSAS.



PARA INFORMAÇÕES  
**82 2122.7300**  
ama@ama.al.org.br

